

JOSÉ MANUEL SITA GOMES

ESTUDANTES NA TERRA DOS OUTROS:
A Experiência dos Universitários Angolanos da
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
da Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Educação.**

Área de Concentração: Sociedade, Cultura e
Educação

Orientador: Prof^o Dr. Rogério de Cunha Campos

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2002

GOMES, José Manuel Sita

G633 Estudantes na terra dos outros : a experiência dos
universitários angolanos da Universidade Federal de Minas
Gerais – Brasil / José Manuel Sita Gomes. –
Belo Horizonte : UFMG/ FaE, 2002.

172 f.

Dissertação – Mestrado em Educação

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Cunha Campos.

1. Estudantes universitários - teses 2. Estudantes angolanos
no Brasil. 3. Estrangeiros - Brasil. I. Título. II. Campos, Rogério

Cunha. IV. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Educação.

CDD – 378.198

Catlogação da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Ao meu pai José Pedro (*in memoriam*) que injustamente fizeram-no partir antes da hora, mas a tempo de deixar em mim boas lembranças, a Ele dedico essa obra.

AGRADECIMENTOS

Essa parte do trabalho normalmente é reservada para fazermos menção às pessoas e instituições que, pela relevância de suas contribuições diretas ou indiretas no processo de efetivação da obra, valem a pena ser eternizadas. Para não fugir à regra, também, farei isso aqui de formas a agradecer aqueles que comigo choraram, sorriram, se alegraram, suportaram os maus humores, acompanharam as noites em claro, demonstraram confiança em minha capacidade humana e intelectual, aqueles que, de longe ou pertinho, oraram comigo, enfim, a todos esses é que dedicarei, em especial, esta parte. Perdoem-me, desde já, aqueles que por “esquecimento” não venham a ser mencionados aqui.

Inicialmente à Deus porque é nEle que tenho encontrado forças para prosseguir essa “batalha” diária pela vida. Obrigado meu Deus!

Ao longo dos dois anos do mestrado, tive o importantíssimo apoio financeiro do Conselho Nacional Pesquisas-CNPq sem o qual a realização dessa pesquisa estaria comprometida; por isso, deixo aqui, os meus agradecimentos a essa instituição brasileira.

O caminho da vida faz-nos conhecer muitas pessoas; algumas delas ficam conosco para sempre, mas as outras, simplesmente as esquecemos, porque suas “pegadas na areia” da nossa vida foram fraquíssimas. Sendo assim, quero começar por externar esse sentimento de agradecimento aos meus professores (as) Dr. Luis Alberto; Dra Ana Gomes; Dra Maria das Graças Castro Sena (“Dade”) e o Dr. Leôncio (“Leo”) pelas suas contribuições na minha vida pessoal e intelectual. Às professoras doutorandas Ceres Prado e Nilma Gomes por seus aportes específicos na construção desse trabalho. Às amigas Marli Tiago de Souza e a Sra Alaíde Maria Fonseca, muito obrigado pela revisão da bibliografia desta obra. À Prof^a Eunice Galery que fez a revisão do texto no português brasileiro, muito obrigado pelo aprendizado.

Ao Prof^o Dr. Rogério de Cunha Campos, meu orientador, obrigado pela colaboração e incentivo ao longo do trabalho.

À Rosemary(“Rose”), Célia e Silvia, funcionárias da secretaria do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação e do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFMG, respectivamente, muito obrigado pela atenção. Aos funcionários da biblioteca da FAE, meus sinceros agradecimentos pelo carinho com que me trataram em todos esses anos.

Nessa mesma ótica vou também expressar o mais profundo dos agradecimentos aos meus colegas e amigos do núcleo da Educação de Jovens e Adultos do Mestrado que foram os verdadeiros “portos seguros” nos momentos mais alegres, mas também nos mais difíceis neste caminho. São eles: a psicóloga Jacqueline Barbosa, as pedagogas Vera Lúcia Nogueira e Rita Tavares (de Montes Claros-MG), o geógrafo Charles e as matemáticas Cleusa e Neusa.

Essa obra não seria possível sem as pessoas que livremente deram os seus depoimentos. Quero, portanto, agradecer, de coração aberto, a todos os estudantes angolanos da UFMG, em especial, àqueles que expuseram para mim parte de suas vidas.

Aos meus amigos: Dr. André Luzayadio, o prof^o Francisco Gil e a Dona Guida, a Dra Elisa Alves(“Lili”), a Dra Aildes, a prof^a Graziela Arêda, o sociólogo Miguel Nzinga e Dona Cecília Germana, o Josué Ngunga, a Dra Ana Mônica, o André Júnior e, especialmente, a Dra Adriana do Nascimento, com a qual tenho aprendido a ser “eu mesmo”, Deus seja convosco.

Para fechar quero dedicar mais algumas linhas para falar da participação daqueles que são parte do “sangue do meu sangue”: minha família. Para começar, à Dona Joana Sita, minha mãe, e à sobrinha Dra Rosa Maria (“Rosita”), muito obrigado pela compreensão; ao meu tio Dep. Emílio Homem, aos primos Dr. Martinho Nombo e José Caetano, aos meus irmãos Eng^o Henrique Sambo e José Paulo Sita Gomes, a vós o meu profundo agradecimento pela ajuda e contínuo incentivo nesse processo. Às irmãs Suzana, Benvinda, Madalena, Juliana e Conceição, obrigado pela dedicação e pelas orações.

RESUMO

Essa obra procura analisar a experiência de ser estudante e viver na terra dos outros, a partir das vivências dos angolanos que vieram ao Brasil no período compreendido entre 1975-1997 e que estavam matriculados na Universidade Federal de Minas Gerais no momento da realização dessa pesquisa. Colheram-se depoimentos de seis, dos 24 estudantes angolanos dessa universidade levando em consideração os seguintes parâmetros: sexo, grupos étnicos, cidades natais, formas de ingresso à universidade, ano de chegada no Brasil.

Analisa-se as questões inerentes ao dia-a-dia dessas pessoas em relação à convivência que têm com a sociedade brasileira nos seus variados espaços (na escola e fora dela) e também acerca da convivência que esses estudantes angolanos estabelecem entre si no interior dessa comunidade angolana. Além disso, estão em evidência os processos de hibridização das culturas angolana e brasileira, as relações raciais e os conflitos que cercam a vida dessas pessoas em função de suas múltiplas identidades: africana, angolana, pertencentes a grupos étnicos específicos, negros, brancos, homens, mulheres, enfim, pode-se dizer que é sobre esses processos, que marcam a interação dos estrangeiros entre si e os **outros** é que estão alicerçadas as bases dessa obra.

ABSTRACT

This subject aims at analyzing the experience of being angolan student, living in someone else's land through the experience of Angolan who came to Brazil from 1975 to 1997, who were enrolled in "UFMG" while this resource was carried out. Six out of Angolan students were questioned, being three points: sex, ethnic groups, the way of being enrolled in University, and time of arrived in Brazil.

Topics which were inherent to the day-by-day life of these people were analyzed considering the familiarity with the Brazilian society in its several spaces (inside and outside the university) and also related to the intimacy these Angolan students established among themselves in this Angolan community. Furthermore, the hybridization processes of the Angolan and the Brazilian cultures are in evidence, as well as the racial relations and the conflicts which enclose these people's lives in keeping with their multiple identities: African, Angolan, belonging to specific ethnic groups, black and white, men, women, in short we may say that it is about these processes which point out the interactions between the foreigners and the others is where the bases of this work lays its foundation.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por modalidade de entrada	37
TABELA 2	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por sexo e modalidade de entrada	38
TABELA 3	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por províncias de natalidade	39
TABELA 4	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por grupos étnicos	40
TABELA 5	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, seleccionados na fase inicial para entrevista	45
TABELA 6	Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, seleccionados na fase final para entrevista	47
GRÁFICO 1	Estudantes angolanos ingressos à UFMG nos cursos de graduação e de pós-graduação, nas dec. 80 e 90	169
GRÁFICO 2	Áreas de concentração das carreiras dos estudantes angolanos da UFMG no período compreendido entre 1975 e o primeiro semestre lectivo do ano 2000	170
GRÁFICO 3	Estudantes angolanos da UFMG por áreas de concentração das carreiras no período compreendido entre o ano de 1975 e o primeiro semestre lectivo do ano 2000	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 PROJECTO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OS SUJEITOS DA PESQUISA	14
2.1 Introdução	14
2.2 O projecto de pesquisa	15
2.2.1 A educação e a formação de quadros em Angola no período pós-independência	15
2.2.2 As linhas gerais do projecto de pesquisa	22
3 Revisão teórica	26
2 Os procedimentos metodológicos	31
2.4 Os sujeitos da pesquisa	36
2.4.1 O processo de selecção dos sujeitos entrevistados: da fase inicial à final	42
3 AS ORIGENS E OS MOTIVOS DOS FLUXOS DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DA UFMG AO BRASIL	49
3.1 Introdução	49
3.2 Ocupação dos estudantes angolanos entrevistados, antes da sua vinda ao Brasil	50
3.3 Motivos que os fizeram vir ao Brasil	52
3.4 Que informações tinham esses estudantes sobre o Brasil	57
3.5 Os primeiros contactos do estudante com a realidade do Brasil	61
3.6 Valorização/desvalorização/revalorização de aspectos da cultura de origem	66
4 A VIDA DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE	72
4.1 Introdução	72
Primeira Parte:	
4.2 Os primeiros contactos do estudante angolano com a universidade: a recepção	73
4.2.1 A função dos conterrâneos nos primeiros contactos do estudante angolano com a universidade e outros espaços	79
4.2.2 A convivência dos estudantes angolanos com os professores e outros alunos	83
Segunda Parte:	
4.3 As relações raciais DENTRO e FORA da universidade	92
4.3.1 Aproximações/Distanciamentos entre os estudantes angolanos e os motivos que favorecem essas práticas	105
Terceira Parte:	
4.4 O significado da experiência de viver no Brasil para os estudantes angolanos da UFMG	115

4.4.1 A vida religiosa como parte importante da experiência dos universitários angolanos da UFMG	118
4.5 Homens e Mulheres: diferenças e identidades nas trajectórias no Brasil	121
5 “EU SINTO FALTA DA FALTA DE...”	124
5.1 Introdução	124
5.2 Tenho saudade da minha terra	125
5.3 O diálogo e as visitas aos conterrâneos como uma das formas de “matar a saudade”	128
5.4 As confraternizações (as festas) como uma das formas de “matar a saudade”	130
5.5 Outras formas de “matar a saudade”: os trabalhos escolares e a participação em actividades artísticas	133
5.5.1 Participação em actividades artísticas: música e dança	133
5.5.2 Os trabalhos escolares	136
6 “NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA?”	140
6.1 Introdução	140
6.2 A língua portuguesa angolana X a língua portuguesa brasileira	143
6.3 Estratégias usadas pelos estudantes para preservar a língua portuguesa angolana no Brasil	150
6.4 As variações no uso da “nossa língua portuguesa” no ambiente doméstico e em outros ambientes	152
6.5 A língua como um dos traços distintivos que identificam os estudantes angolanos no Brasil	154
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
8 BIBLIOGRAFIA	159
9 ANEXOS	
Mapa da África (GRAVURA-A)	20
Mapa de Angola (GRAVURA-B)	21
Um breve histórico da entrada e saída de estudantes angolanos à UFMG no período compreendido entre 1975 e o Primeiro Semestre Lectivo do ano 2000 (ANEXO-C)	164
Mapa da distribuição dos principais grupos étnicos de Angola (GRAVURA-D)	35
Fotografia do grupo “Áfrican Kiese” (GRAVURA-E)	139
Cópia do Visto de Estudante (ANEXO-F)	172

INTRODUÇÃO

Após a Proclamação da Independência aos 11 de Novembro de 1975, alguns angolanos, através de instituições públicas e particulares puderam sair do país para estudar. Algumas dessas pessoas vieram ao Brasil para realizarem seus estudos em níveis que variaram desde a graduação até à pós-graduação(Especialização, Mestrado e Doutorado).

Desde 1975 a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG é palco de estudos para alguns desses angolanos que vêm para o Brasil. Até o primeiro semestre lectivo do ano 2000, totalizaram-se 74 entradas de angolanos nessa instituição. Desse grupo, 44 estudantes terminaram seus cursos no tempo previsto, 6 foram excluídos e 24 estavam, ainda, em andamento, no momento da coleta dessas informações no Departamento de Registro e Controle Acadêmico-DRCA* da UFMG. É sobre esses últimos que incidiu esta pesquisa.

As principais diretrizes para a efetivação desta pesquisa pautaram-se *nas condições de vida desses estudantes no local de estudos, nas suas origens e nas circunstâncias que os fizeram sair do país*, procurando, com isso, caracterizar suas experiências nesse percurso formativo, a partir da maneira pela qual essas pessoas vêm a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca, no âmbito das relações que elas estabelecem com o sistema escolar(universitário) brasileiro, com a sociedade brasileira e, como não poderia deixar de ser, nas relações que elas estabelecem entre si no interior da comunidade.

Procura-se, portanto, evidenciar, nas entrelinhas deste estudo o viver e o conviver dessas pessoas que estão em terras alheias e que, por causa disso, carregam consigo permanentemente a qualidade de serem estrangeiros, em várias áreas de suas vidas, na fala, na escrita, no ouvir, na estética, na culinária, no vestuário, nos gostos musicais, etc, condição essa que pode deixá-los, às vezes, em situações pouco confortáveis na interação com os nativos.

Embora o sumário possa dar já uma noção daquilo que se tratou em cada capítulo desta pesquisa, penso que é bom explanar resumidamente as informações que neles poderão encontrar. Importa, portanto, adiantar que, no início da cada capítulo, há uma introdução onde explicito, de antemão, o que nele é tratado. Contudo, cabe ressaltar que somente uma

leitura do corpo do trabalho é que poderá garantir uma compreensão mais eficaz desta pesquisa.

No segundo capítulo, apresento o projecto que deu origem a essa pesquisa incluindo a Revisão Teórica. Nele, também explico os procedimentos metodológicos usados na coleta dos dados e que resultaram na constituição do corpo deste trabalho. Logo em seguida, caracterizo os sujeitos da pesquisa e descrevo, passo a passo, o processo de selecção dos depoentes da mesma. Gostaria de ressaltar que, por se tratar de um estudo feito dentro da comunidade de que faço parte, foi importante, para mim, apoiar-me em estudos de pesquisadores (Burgess, Velho, e outros), que orientam como lidar com situações de pesquisa familiares, para que pudesse fazê-lo com maior segurança. Isso, também, está ressaltado nesse capítulo.

No terceiro capítulo, que se refere **às origens e aos motivos dos fluxos dos estudantes angolanos da UFMG ao Brasil**, falo das ocupações desses estudantes angolanos no país de origem, onde se destaca, em primeiro lugar, o exercício da docência e do jornalismo. Também se explora, nesse momento, os motivos que fizeram com que essas pessoas viessem ao Brasil e o que eles sabiam sobre o país a que vieram. É bom esclarecer, desde já, que essas motivações podem sofrer mudanças ao longo da estada desses angolanos no local de estudos, pelo que não se deve entendê-las como algo petrificado, ou parado no tempo, pois isso, creio eu, acompanha as transformações que ocorrem com o portador. Esse capítulo, a meu ver, já começa a evidenciar, no seu interior, a condição de estrangeiro que permanecerá nesse sujeito que vem *estudar na terra dos outros*.

Ainda neste capítulo, abordarei as tensões que envolvem o processo de valorização/desvalorização/revalorização das culturas de origem desses estudantes, diante de um cenário que lhes exige, constantemente, a qualificação e a desqualificação das mesmas. Para fazer a análise dos depoimentos desses estudantes, referentes a essas questões, apoiiei-me em André, Pastore, Park, Weber, Cunha e outros autores.

O quarto capítulo é, entre todos, o mais extenso. Para melhor entendimento da proposta de trabalho, subdividi-o em três partes, que se complementam entre si. Na primeira parte, retratam-se os dilemas inerentes aos primeiros contactos do estudante angolano com a universidade, os papéis dos conterrâneos nesse momento inicial em que precisam conhecer a

universidade e outros espaços da cidade. Para fechar, abordo, com clareza, a convivência dos estudantes angolanos com os professores e outros alunos. Os trabalhos de Viñao Frago, Juarez Dayrell, Nilma Gomes, Filho, Dermaival Saviani e outros autores permitiram-me fazer uma leitura cuidadosa e rica dos depoimentos desses estudantes em relação a essas questões.

Na segunda parte, são evidenciadas as relações raciais no interior da universidade e fora dela, assim como a convivência dos estudantes angolanos entre eles e os motivos que regulam esse convívio. Procuro mostrar as experiências desses estudantes angolanos com relação à discriminação e ao preconceito mas também deixo claro como é que essas questões se manifestam no meio dos angolanos. Alguns dos pesquisadores dessas questões que me ajudaram a interpretar os depoimentos desses estudantes são: Zilá Bernd, Kabengele Monanga, Antônio Sérgio Guimarães, entre outros.

A terceira e última parte deste capítulo sobre **a vida dos estudantes angolanos dentro e fora da universidade** dediquei-a para falar, especificamente, daquilo que ficou de mais profundo nessas pessoas, em relação às suas experiências como *estudantes na terra dos outros*, o lugar das experiências religiosas e, por fim, elucidei também algumas identidades e diferenças entre homens e mulheres nesse percurso. Gostaria de adiantar que essa última dimensão da vida desses angolanos não foi suficientemente explorada ao longo da coleta dos dados, por isso a sua análise ficou limitada.

Está no centro das discussões, no capítulo cinco, a **saudade**. O que procuro fazer, nesse capítulo, é evidenciar, com base nos depoimentos destes estudantes, aquilo de que essas pessoas mais sentem falta ao longo de suas experiências na *terra dos outros*. Também destaco as formas mais usadas por elas para “matar a saudade”. Entre essas formas encontram-se as conversas com os conterrâneos, as confraternizações e as atividades acadêmicas que, além de ser uma das formas de “matar a saudade”, também propiciam a esses indivíduos a aquisição de um conhecimento específico sobre o seu país de origem.

Para tratar das variações e da complexidade da “nossa língua portuguesa”, baseando-me nos estudos de Pierre Bourdieu e em outros estudiosos, procurei fazer, no sexto capítulo, uma resenha das experiências desses estudantes angolanos em relação à língua portuguesa. Os seus depoimentos expressam claramente suas vicissitudes quando

precisaram comunicar suas idéias, seus sentimentos, seus desejos, suas atitudes, etc, num contexto diferente ao de produção de suas línguas, tanto na escrita, quanto na fala. Também apontam-se as estratégias de que essas pessoas lançam mão para tentar preservar a língua portuguesa da forma como é usada em Angola. Dentre as estratégias usadas por esses estudantes pode-se adiantar que *as conversas com os conterrâneos e as correspondências via internet com amigos e parentes em Angola* são algumas delas. Esse capítulo vem para tentar mostrar que o facto de o Brasil e Angola possuírem, oficialmente a mesma língua, não elimina a possibilidade de que hajam dificuldades na comunicação entre os cidadãos desses países, pois elas assumem particularidades em função dos contextos de uso e produção da língua de cada país. Sendo assim, no texto desta dissertação, apesar de ter passado por uma revisão de português, no modelo brasileiro, poderão e deverão aparecer, também, aspectos próprios da língua portuguesa, na forma como é usada em Angola, como forma de demonstrar os conflitos vivenciados por esses estudantes angolanos em relação à língua mas, também, para tentar preservar características discursivas da origem do pesquisador.

Para terminar, mas sem a pretensão de dar por encerrado este assunto sobre *estudantes na terra dos outros*, procuro retomar algumas idéias trabalhadas ao longo do texto e teço alguns comentários em torno disso nas **Considerações finais**.

2 O PROJECTO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OS SUJEITOS DA PESQUISA

2.1 Introdução

Nessa parte pretendo, inicialmente expor, com algumas adequações, o projecto de pesquisa, tal como foi aprovado no colegiado do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG. Num primeiro momento farei um breve esboço sobre a situação da *educação e da formação de quadros em Angola no período pós-independência*, com pequeno preâmbulo ao período colonial, visando ressaltar a importância que esse setor assume após a independência, pois é a partir daí que se torna necessária esta pesquisa. O que pretendo aqui não é senão a elucidação das bases para esse estudo, a partir do contexto que lhe deu origem. Depois disso, apresentarei as linhas gerais do projecto de pesquisa onde explicito, de maneira mais clara, o problema e os objectivos do estudo e, para terminar, mostro, na Revisão Teórica, as diretrizes por onde será encaminhada a pesquisa.

Na segunda parte, referente aos *procedimentos metodológicos*, falo da adequação da pesquisa como estudo de caso com base na literatura e faço, também, uma explanação dos instrumentos usados na coleta de dados, com alguns comentários específicos desse processo.

Para fechar o capítulo, apresento os *sujeitos da pesquisa*, com todos os detalhes que favorecem a compreensão da diversidade desse grupo, assim como o processo de selecção dos depoentes. Também explicito, ao longo dessa exposição, os conflitos inerentes ao processo de pesquisa em ambiente familiar. Mostro, portanto, o quanto foi difícil, para mim, seleccionar os depoentes em função da aproximação que tinha com eles e, finalmente, quais foram as estratégias adotadas para que tal processo pudesse prosseguir sem maiores transtornos.

2.2 O Projecto de Pesquisa

2.2.1 A educação e a formação de quadros em Angola no período pós-independência

Na região ocidental da África Austral, ao Sul do Equador, encontra-se **Angola**, um dos países do continente africano colonizados por Portugal. Sua superfície territorial é de 1.246.700 Km² e conta com uma população estimada em, aproximadamente, onze milhões e meio de habitantes.

Angola tem, como limites geográficos ao Norte e NE, a República Popular do Congo (designado também como Congo francês) e a República Democrática do Congo (designado também como Congo belga); ao Leste, a República da Zâmbia e a República Democrática do Congo; ao Sul, a República da Namíbia e, ao Oeste, o Oceano Atlântico. Há que se salientar que, entre a Província de Cabinda e o extremo Norte do resto de Angola, existe uma separação geográfica por causa do rio Zaire, que passa por ali, e uma parcela do território congolês, que se estende até ao Oceano Atlântico. Isso faz com que essa província não tenha nenhuma ligação terrestre com a outra parte do país.

A dominação colonial em Angola teve uma duração aproximada de 500 anos, isto é, se considerarmos nesse somatório os anos que vão desde a chegada dos primeiros portugueses à foz do rio zaire em 1482 até a Proclamação da Independência em 1975. Esse período pode ser dividido, na minha opinião, em dois períodos complementares: o primeiro período, que é o mais longo, é o que chamarei de *período de resistência e revolta dos nativos contra a colonização* (até 1961) e o segundo período que denominarei de *período de luta de libertação nacional* (1961-1975).

Em relação ao primeiro caso, pode-se dizer que, nesse período os colonizadores sofriam oposição dos nativos de forma isolada, mas segundo período, não podemos dizer a mesma coisa pois, segundo nos narra a história oficial angolana, nesse período iniciou-se um processo de desestabilização da hegemonia dos portugueses com a união de várias forças nacionais e, no dia 4 de Fevereiro de 1961, o Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA deu início à Primeira Luta de Libertação Nacional dirigindo assaltos às

prisões de Luanda (a atual capital de Angola) para libertar os dirigentes e outros militantes que ali se encontravam presos(ANDRÉ, 1995:13). Alguns anos antes da eclosão desses conflitos em Luanda, segundo Everdosa (s/d, apud, ANDRÉ, 1995:14), o MPLA tinha distribuído, naquela cidade, um manifesto onde deixava clara a necessidade do uso da força e da união de todos os grupos nacionais para a libertação do país dos colonizadores.

“[...] o colonialismo português não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária; será apenas vitoriosa com a realização de uma frente unida de todas anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, credos religiosos e tendências. Será vitoriosa graças à formação de um vasto movimento popular de libertação de Angola”.

Tanto no período estável da colonização quanto no outro, “o objectivo estratégico dos portugueses era de manter o domínio branco e o controle do estado, da administração e da economia”(ANDRÉ, 1995:37). Para isso, os negros, aos quais se destinavam os trabalhos manuais que não exigiam iniciativa, criatividade e nem uma qualificação prévia do operário, estavam cada vez mais distantes de alcançar postos de trabalho de prestígio. Não era, portanto, de interesse dos colonizadores oferecer aos nativos uma escolarização, pois quanto mais ignorantes os mantivessem, maiores seriam as suas chances de continuarem dominando-os, pelo que lhes eram colocados todos os obstáculos possíveis para impedi-los que chegassem a níveis de escolaridade mais elevados, como, por exemplo, à universidade.

Sendo assim, uma política mais real, de alcance nacional, que visasse a escolarização, qualificação e requalificação profissional de cidadãos angolanos, tanto dentro quanto fora do país, embora se tenha verificado também no período colonial – a meu ver, de maneira insignificante – somente após a Proclamação da Independência, quando os angolanos assumiram o poder é que se começou a investir efetivamente nesse setor.

Creio que a decisão tomada pelos governantes de Angola, que tinham assumido o poder, estava ligada à urgente necessidade de se propiciar o acesso aos saberes escolares a milhões de angolanos que não tiveram oportunidade de fazê-lo na época da colonização. Além disso, era imprescindível a imediata preparação de profissionais bem qualificados, que pudessem substituir àqueles que, nos períodos pré e pós-independência, para preservarem

suas vidas e, inclusive, a de seus familiares, tiveram que abandonar o país e buscar refúgio em outros lugares, dentre eles o Brasil.

Dados do Ministério da Educação e Cultura de Angola-MEC, 1999 indicam que “o país tinha herdado do regime colonial uma taxa bruta de analfabetismo de cerca de 85% da sua população economicamente ativa”. Conforme aponta André(1995:37), o analfabetismo foi a estratégia e arma dos portugueses para manter os angolanos sob seu domínio.

Diante desse contexto o Governo instituído, no início de sua gestão, começa a empenhar-se gradativamente na formação de quadros dentro do país e, através de convênios de cooperação internacional, algumas pessoas começaram a ser enviadas para outros países, principalmente para aqueles que faziam parte do Conselho de Ajuda Mútua Econômica-CAME ao qual eram associados os países seguidores da linha socialista, inclusive Angola, e para outros, que não faziam parte desse “bloco” mas que também recebiam angolanos a fim de formá-los, a exemplo do Brasil. Parece-me que os líderes angolanos já vislumbravam, no investimento na educação do homem, um dos caminhos importantes para a construção da sociedade que queriam: *uma sociedade onde não houvesse diferenças entre as pessoas.*

Nesta conformidade, sob lemas como: “*estudar é um dever revolucionário*”, “*quem sabe ensina, quem não sabe aprende*” ou ainda, “*Alfabetizar é um Direito Revolucionário*”, deu-se início, um ano após a Proclamação da Independência, em todo o território angolano, a *Primeira Batalha Oficial da Alfabetização*. No período de 1976 a 1998 foram realizadas 25 Campanhas de Alfabetização nas quais participaram um total de 7.317.877 indivíduos. Desse contingente, foram efetivamente alfabetizadas 2.421.276 pessoas.

Entre as campanhas realizadas, destaca-se a Sexta, que decorreu de Abril a Dezembro de 1980, período em que conseguiram alfabetizar 343.413 dos 789.671 candidatos inscritos. No entanto, a vigésima campanha, que se estendeu de Fevereiro a Agosto de 1993, registrou apenas 6.944 pessoas alfabetizadas o que representa a menor cifra em todos esses anos.

Uma das razões que tendeu a justificar a diminuição dos números de alfabetizados, segundo o MEC(1999), foi a generalização e a expansão da instabilidade político-militar no

país, o que dificultou a adesão contínua das pessoas aos programas de escolarização, sobretudo no meio rural onde, de acordo com este documento, grande parte da população (65%) se encontra ainda na condição de analfabeta.

Ao longo do período em referência (1976-1998), as campanhas de alfabetização tiveram particular sucesso, no que tange ao número total de pessoas alfabetizadas, nas províncias de Cabinda, Luanda, Cuanza-Sul, Malange, Huambo, Huíla e Benguela. Porém nas províncias de Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Cuando-Cubango e Zaire verificaram-se os menores índices de pessoas alfabetizadas, conforme apontou o relatório do MEC.

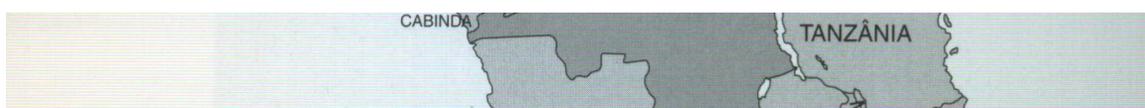
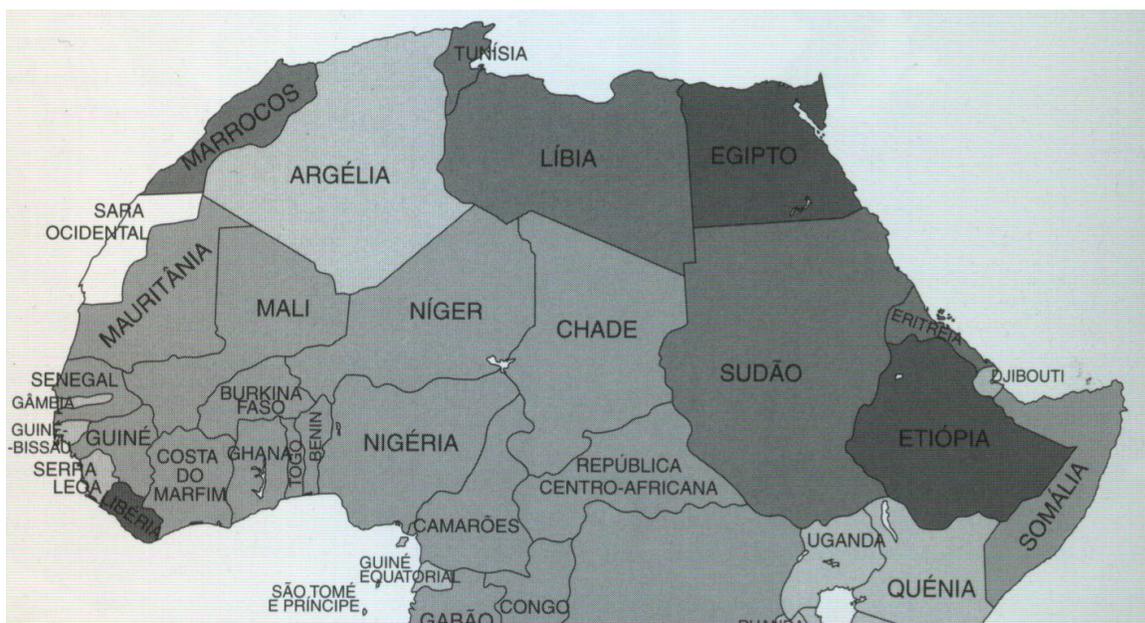
Embora a temática de alfabetização de adultos não seja objecto específico deste estudo, diante das evidências, não poderia deixar de externar algumas questões que se vislumbram sem que sejam necessariamente alvos de respostas aqui: quais seriam as justificativas para esses resultados tão desiguais? estariam nos materiais didáticos? na formação dos professores? ou em outras dimensões que abarcam e/ou extrapolam as citadas?

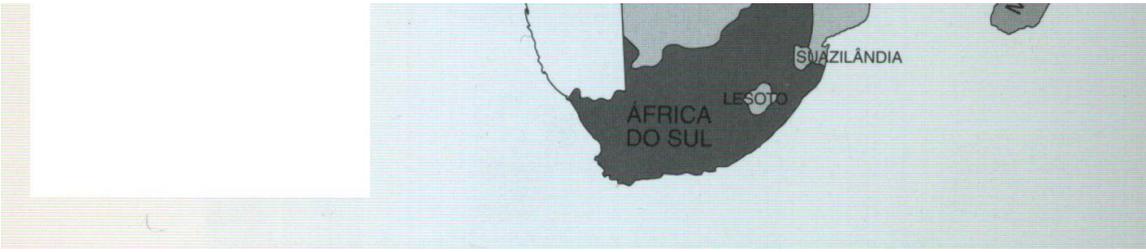
Para que o processo de formação de mão-de-obra nacional qualificada pudesse prosseguir sem contratempos, foi criado o Instituto Nacional de Bolsas de Estudos-INABE, entidade que se instituiu, durante muito tempo, como o Órgão Oficial do Governo angolano e que tinha a função de seleccionar e enviar angolanos candidatos a bolsas de estudos para fora do país. Porém, nos últimos anos (a partir de 1993), além desse órgão oficial, outras instituições se uniram à causa da formação de quadros no exterior.

Encontram-se, nesse cenário, além das instituições do Governo como, por exemplo, a Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola(Sonango) e Governos Provinciais, empresas particulares tais como, a Cabinda Golf Oil Company-CABGOC, que vêm trabalhando com os mesmos objectivos: selecção e envio de angolanos fora do país, para fins de estudos. É, portanto, sobre essas pessoas que, através dessas instituições, buscaram sua formação na República Federativa do Brasil e aquelas que o fizeram por outras vias e que estão vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, que incidirá o meu olhar investigativo de forma a caracterizar suas experiências nesse percurso formativo.

GRAVURA-A

Fonte: ANGOLA,
1982





2.2.2 As linhas gerais do projecto de pesquisa

Minha inquietação em relação à problemática dos *estudantes angolanos fora de Angola* é fruto da experiência que tenho como estudante no exterior onde tive a oportunidade de vivenciar *in loco* as circunstâncias que cercam a vida dessas pessoas durante os seus percursos formativos fora do país. A convivência desses estudantes angolanos entre si e a interação dos mesmos com as sociedades anfitriãs, em todas as suas dimensões, constituem as bases para a efetivação deste trabalho.

Ao longo dessa experiência “*na terra dos outros*”, a vida ensinou-me muitas coisas: ensinou-me a dar o devido valor a cada conquista; ensinou-me a saber compartilhar com os outros não só as alegrias mas também as tristezas e ensinou-me também a compartilhar as vitórias assim como as derrotas pois elas fazem parte da dialética da construção e constituição da própria vida.

Os momentos de alegria que tive no decorrer dessas estadas “longe de casa” pude encontrá-los até em pequenos gestos que, aos olhos dos outros, podem parecer insignificantes como, por exemplo, quando estava em Cuba onde as correspondências provenientes de Angola demoravam em chegar, alegrava-me o simples facto de receber uma carta da família ou ver outro angolano receber carta de sua família. Já os momentos de tristeza eram perceptíveis – com base na minha experiência no Brasil vou citar apenas um exemplo – quando via meus conterrâneos andarem de um lado para o outro sem lugar fixo para morarem, ou morando em situações pouco dignas por falta de condições financeiras para custearem imóveis. O que era pior é que, mesmo percebendo nessas pessoas a vontade de continuarem os seus estudos até o fim, não podia ajudá-los mais do que já fazia, porque eu também não tinha como fazê-lo. Isso era muito triste.

Lembro-me que nos primeiros meses em BH, por algumas vezes tive que hospedar numa quitinete alugada alguns colegas que não tinham onde ficar. Vivenciar esses momentos não foi nada agradável sobretudo para quem já tinha passado por outras experiências onde não ocorreram episódios desse tipo; isso parecia, no mínimo, estranho.

Contudo, para meu espanto, à medida que fui conhecendo e convivendo com os demais colegas angolanos comecei a perceber que essas dificuldades não atingiam, de igual

modo, a todos os estudantes apesar de todos serem do mesmo país, pois alguns deles tinham uma condição financeira boa o que lhes permitia ter uma vida melhor, quando comparados aos seus compatriotas, que estavam com uma condição financeira inferior ou, em alguns casos, muito precária. Aos primeiros apesar das dificuldades que o processo de aluguel de casas acarreta, mesmo assim podiam enfrentá-lo porque eles tinham as condições financeiras ideais para custear essas residências sem grandes problemas. Isso começou a fazer-me pensar e, entre uma conversa e outra, fui constatando que havia vários aspectos que estavam na base daqueles dilemas que, inicialmente, pareciam ser tão generalizados aos meus olhos. Por que será que alguns estudantes estavam financeiramente bem e outros não?

A minha convivência com essas pessoas permitiu-me perceber que a resposta para essa questão estava centrada, em princípio, nas diferenças inerentes às fontes de manutenção desses estudantes, pois elas diferiam de umas às outras na sua assiduidade e no valor monetário auferido. Além disso, existiam também os que não tinham uma renda fixa para sua manutenção e viviam com ajudas de familiares e de amigos.

Só para se ter uma idéia da diversidade de fontes mantenedoras desses angolanos no Brasil, somente os poucos estudantes da UFMG(Ver o item 2.4 referente aos sujeitos da pesquisa) que tinham direito a esses benefícios(ou, malefícios) eram mantidos por quatro instituições diferentes: as Forças Armadas Angolanas(FAA's), a Sonangol e os Governos Provinciais de Cabinda e da Lunda Sul. Dentre todas, a única que era assídua na remessa dos estipêndios é a Sonangol. As outras instituições faziam-no com excesso de atraso, o que levava esses estudantes a ficarem sem a bolsa durante vários meses ou, até mesmo, anos inteiros. Eu mesmo vivi muitas vezes esse dilema, pois durante a minha estada no Brasil cheguei a permanecer muitos meses sem receber a prometida bolsa em dia.

Diante dessas questões financeiras que, apesar de tudo, como já disse, não atingiam de igual modo a todos os estudantes angolanos, como é que todos eles conseguiam conciliar-se entre as tarefas que *o ofício do aluno* lhes impunha e as questões inerentes à própria sobrevivência numa sociedade com formas de vida diferentes das suas e que, certamente, exigia deles a construção e reconstrução constantes de suas práticas lingüísticas, seus hábitos estéticos, musicais, alimentícios, indumentários, culturais, etc.

Foi para tratar dessas questões que envolvem a vida dos estudantes angolanos no exterior em todas as suas dimensões(cultural, econômico, político e social), dentro e fora do âmbito escolar, é que me propus a desenvolver esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação-FaE da UFMG, com o objectivo de poder caracterizar as experiências desses universitários angolanos que vieram ao Brasil no período pós-independência(1975 a 1997) e que estavam matriculados nessa instituição.

As principais diretrizes para tal análise pautaram-se *nas condições de vida do estudante no local de estudos, nas suas origens e nas circunstâncias que os fizeram sair do país*, procurando, com isso, caracterizar suas experiências nesse percurso formativo, a partir da maneira pela qual essas pessoas vêem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca, no âmbito das relações que elas estabelecem com o sistema escolar(universitário) brasileiro, com a sociedade brasileira e, como não poderia deixar de ser, nas relações que elas estabelecem entre si.

Este estudo é mais uma alternativa que se apresenta no sentido de somar esforços para ajudar a trazer à luz situações vividas por esses e outros estudantes que, vivendo em terras alheias, encontram-se numa condição permanente de estrangeiros em relação à sociedade anfitriã. Assim, caracterizar as experiências desses estudantes angolanos permitir-nos-á conhecer também as condições de vida deles no local de estudos, descrever as redes de relações, que eles estabelecem entre si e com a sociedade brasileira, no ambiente escolar e fora dele e, além disso, esses dados poderão ajudar às instituições responsáveis por esse tipo de público a controlarem e acompanharem melhor seus estudantes, já que essa tem sido uma das grandes dificuldades que tenho percebido nelas.

Em suma, os objectivos dessa pesquisa ficaram assim definidos:

Objectivo geral:

Caracterizar as trajectórias dos estudantes angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais buscando perceber os significados que eles atribuem a seus percursos a partir da vida deles no Brasil, das suas origens e os motivos que os fizeram vir ao Brasil.

Objectivos específicos:

- descrever as redes de relações que os estudantes angolanos estabelecem entre eles e com a sociedade brasileira em todas as suas esferas e espaços;
- conhecer as condições de vida dos estudantes angolanos da UFMG;
- verificar como a experiência de vida e a experiência escolar do estudante angolano no Brasil podem ser influenciadas pela sua vida no Brasil, pela origem e pelos motivos do fluxo;

2.2.3 Revisão teórica

Na revisão dos estudos que versam sobre trajetórias de estudantes, percebi que eles nos remetem, quase sempre, a uma abordagem dicotomizada entre *sucesso e fracasso escolar* na qual os pais(a família) dos alunos se configuram como os elementos norteadores na apreensão dos factores que fazem com que o aluno trilhe este ou aquele percurso. No entanto, nessa pesquisa, analisar-se-á a trajetória dos estudantes angolanos, tomando como foco a sua inserção no local de estudos, o que envolve, na minha opinião, a vida nos espaços acadêmicos e fora desses; longe, portanto, da dicotomia sucesso/fracasso escolar, pois embora tenha conhecimento desses factos entre os universitários angolanos, por ser parte integrante desse grupo, não é de meu interesse, pelo menos por enquanto, encaminhar o estudo por esse tipo de análise, isto é, explicitar na pesquisa se os estudantes angolanos que estão na UFMG tiveram ou não trajetórias escolares de sucesso e/ou de fracasso.

Os indicadores que tomei como referências para encaminhar esse estudo foram os seguintes: *a vida do estudante no Brasil, a origem do estudante e os motivos que os fizeram vir ao Brasil*. Como farei isso?

Ao destacar o indicador *a vida do estudante no Brasil*(em outros momentos, nessa pesquisa, esse indicador poderá aparecer também sob o título: **vida no Brasil**) faço-o porque haverá um olhar atento aos momentos da vida desses sujeitos, no local de seus estudos, para que possa identificá-los e mapeá-los pela voz dos próprios atores. O que se pretenderá aqui, não é senão tentar perceber essa complexidade de relações em que estão envolvidas essas pessoas, que vieram de outras culturas, e têm que conviver com isso ao longo de suas estadas neste país, ou enquanto durar a sua formação, dentro e fora da universidade. Isso possibilitará fazer um levantamento mais completo, não só das questões ligadas à interação desses com a sociedade brasileira, mas também da interação desses angolanos entre si. Além disso, esse é também o lugar mais adequado para poder falar das “marcas” que a sociedade brasileira tem, de alguma forma, deixado neles, e vice-versa, através da interação no dia-a-dia nos espaços comuns em que participam: lojas, restaurantes, cinemas, parques, escolas, autocarros, etc.

Em relação à *origem do estudante*(em outros momentos, nesta pesquisa, esse

indicador poderá aparecer também sob o título: **origem**), minha idéia inicial, ao destacá-la, é tentar captar o máximo de informações possíveis que caracterizem o meu sujeito de pesquisa no seu local de origem. Aqui serão focalizadas as questões étnicas, suas ocupações antes da sua vinda ao Brasil, as informações que possuíam antes de virem ao Brasil, etc, pois, fundamentado por leituras(MARTINS, 1973), e por minha experiência nesse campo, acredito que a história de vida da pessoa, no país de origem, poderá influenciar também os rumos de sua vida fora do seu país, ou seja, sua relação com o país anfitrião poderá ser interpretada a partir da sua condição de imigrante temporário ou definitivo, chegando a propiciar, desta forma, uma interação diferenciada nos diversos espaços e relações que estabelecem dentro e fora do ambiente escolar.

Os motivos que os fizeram vir ao Brasil(em outros momentos, nesta pesquisa, esse indicador poderá aparecer também como: **fluxo** ou ainda **motivos do fluxo**): os dados desse indicador permitirão explorar os motivos que fizeram com que esses angolanos saíssem de sua terra natal e viessem, necessariamente para o Brasil, apesar de que essas motivações iniciais, acredito, podem ser reavaliadas, refeitas e/ou re-significadas ao longo dessa trajetória. Contudo, gostaria de frisar que a minha proposta de trabalho está centrada, por enquanto, numa perspectiva de análise que envolve somente o movimento de lá para cá e não o contrário, isto é, o movimento de Angola para o Brasil e não do Brasil para Angola.

No meu entender, num país como o “nosso” que, nas vésperas do terceiro milênio encontra-se mergulhado ainda nos efeitos nefastos da guerra civil, embora os efeitos dela não se sintam com a mesma intensidade, em todas as regiões, vários poderiam ser os motivos que fariam com que as pessoas saíssem de lá. Desta forma, é muito provável que, num grupo de 24 estudantes(inclusive o pesquisador), hajam variados interesses que os tenham feito empreender essa marcha, que pode ter um carácter temporário ou permanente. Por isso é que me interessa salientar a importância desse indicador, pois ele me dará também outros subsídios que ajudarão na compreensão dos propósitos dos sujeitos desta pesquisa em relação a sua vida no Brasil, visto que, esta, como já disse, poderá interpretar-se à partir da sua condição de imigrante temporário ou definitivo.

Embora tenha enfatizado que a análise da trajetória desses estudantes se alicerçará, fundamentalmente, em três indicadores devo ressaltar que, apesar de cada um deles ter

merecido uma atenção específica, eles se entrelaçam e se complementam entre si, de modo que, juntos, possam proporcionar um sentido, um significado e uma informação relevante à pesquisa. Por causa disso eles não devem ser vistos isoladamente. Separei-os somente para efeitos de explicitação teórica. Mas por quê esses e não outros indicadores?

Os estudos relativos às trajetórias escolares, que tomam como referência as famílias dos alunos, para explicar o sucesso e/ou o fracasso dos mesmos em certos níveis de escolaridade, têm sido objecto de pesquisas constantes(VIANA, 1998:15-43) e, mesmo assim, não atendem aos meus propósitos. Como já disse atrás, vou explorar as questões ligadas à vida desses estudantes universitários angolanos no Brasil, sua origem e os motivos do fluxo, tomando os próprios alunos como sendo os reais atores de suas ações ao longo desse percurso formativo, já que se trata de um grupo com características específicas pois, na sua maioria, são pessoas adultas e alguns deles já tinham uma vida “independente” de seus familiares no país de origem. Deseja-se, nesse caso, perceber esses estudantes como sujeitos históricos fazedores, portanto, de sua própria história de vida.

Baseando na minha experiência e nos contactos que mantenho com o grupo pesquisado, sei que muitos desses estudantes vieram para o Brasil desacompanhados de seus pais e assumiram, sós, os riscos e responsabilidades que implicam no estar longe da sua terra natal (e da família) durante o seu processo de formação, o que me leva a crer que, se nos remetermos às famílias para tentarmos explicar a trajetória desses alunos aqui, ou então nos prendermos somente ao sucesso e fracasso para atingir esse fim, parece-me que seria pouco proveitoso.

Não quero dizer com isso que a família é irrelevante nesse processo; aliás, alguns dos pais desses estudantes são peças importantes em suas trajetórias. O que estou a tentar ressaltar é que essas pessoas também têm aspirações próprias, desejos próprios, motivações próprias, etc, que não passam necessariamente pelas decisões da família e que devem ser levadas em conta, se queremos conhecê-los verdadeiramente. Além disso, são eles que sentem na “pele” as conseqüências de viver na “*terra dos outros*” e não os pais.

Quando falo em trajetória, refiro-me ao binômio *trajetória escolar* e *trajetória de vida*, isto é, é uma análise de **trajetória** na qual não se privilegia estritamente o percurso acadêmico das pessoas, mas considera-se, também, sobretudo, as vivências ou as

experiências que esses sujeitos têm ao longo desse percurso formativo que engloba diversas áreas de suas vidas e que ultrapassa os marcos e as marcas da escola. Em função disso, em alguns momentos, nesse trabalho, poderei usar a expressão **experiências ou experiência**(como aparece no título e em outros momentos atrás) para designar esse fenômeno da *trajectória dos universitários angolanos da UFMG* por considerar o significado dessa palavra mais ampla e abarcador, enquanto a outra tende a dar a idéia de que se falará apenas do percurso escolar.

A experiência tem-me permitido perceber que a vida do estudante angolano no Brasil é permeada, o tempo todo, de outros aspectos que transcendem a *lógica do ofício de aluno* e alcança a lógica que rege a sociedade como um todo, no âmbito das *relações socioeconômicas e culturais*, onde ele tem que saber conviver e administrar a carência, a abundância, a discriminação, o preconceito, a insegurança, a alegria/tristeza, a felicidade/infelicidade, a fome, a falta de moradia, a falta de dinheiro ou a abundância dele, a falta de amigos, a angústia e desgosto, ou seja, viver tudo isto com muita sabedoria e ainda ter que abraçar, com ousadia, a tarefa de ser estudante que é, para alguns, o objectivo oficial que torna regularizada sua permanência no Brasil.

A *trajectória escolar* é entendida aqui como *o caminho percorrido pelos atores sociais ao longo do sistema escolar e o significado atribuído pelos próprios atores a esse percurso*(PORTES, 1993). Com esse objectivo, propus-me a perceber as nuances que permeiam o trajecto formativo do meu sujeito de pesquisa procurando perceber o maior número possível de elementos da relação que ele estabelece com o sistema escolar (universitário) brasileiro. Vale, portanto, adiantar que não fiz um acompanhamento escolar sistemático desses estudantes, isto é, não os acompanhei desde a sua entrada na faculdade à conclusão do curso. Os dados que obtive em relação a isso refletem *a leitura que eles fazem de suas experiências*, desde a entrada até o nível e ano em que se encontram no curso – o que pode ter sido no início, no meio ou no fim do curso.

Do outro lado, em relação à *trajectória de vida* ou, dito de outra forma, *a experiência de vida*, privilegio a apreensão das práticas e atitudes ideológicas ou morais que, consciente ou inconscientemente, esses estudantes lançam mão para levar adiante suas vidas quando se vêem privados de seus *bens culturais*, nesse espaço que não é deles, onde

têm que re-significar constantemente suas práticas, conceitos e preconceitos, fruto desse processo contínuo de *hibridização das culturas* angolana e brasileira.

Enfim, penso que encaminhar o estudo por esse lado, possibilitará uma maior compreensão das redes de relações que esses estudantes estabelecem entre si e com a sociedade brasileira, também no campo político, econômico, social e cultural, o que quer dizer que há uma extrapolação (voluntária ou involuntária, consciente ou inconsciente) dos marcos e marcas do *ofício de aluno* para a esfera das outras relações.

2.3 Procedimentos Metodológicos

Dado o objecto de estudo atrás descrito, sua complexidade, e os princípios teóricos que orientam essa pesquisa, optei por uma abordagem qualitativa pois, por sua característica dá condições ao pesquisador para chegar à compreensão ou interpretação dos fenômenos sociais, com base nas perspectivas dos atores e através da participação em suas vidas, o que lhe possibilitaria compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações, de maneira mais clara.

Nesse sentido, para conseguir captar, com eficácia, a maneira como essas pessoas vêm a si mesmas, as suas experiência e o mundo que as cerca, no interior das relações que eles estabelecem na (e com a) sociedade brasileira e também nas relações que têm entre si, a meu ver, fazia-se necessário o uso de uma abordagem que permitisse conhecer os fenômenos sociais e humanos, as perspectivas implícitas nas ações e nos discursos dos diferentes atores sociais envolvidos nesse processo, reconhecendo-os em todas as suas dimensões: social, cultural, econômica e política.

Portanto, optei por fazer um *estudo de caso*, pois essa técnica possibilita ao pesquisador “reunir informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a apreender a totalidade de uma situação”. ROESE(1998:193) acrescenta que o estudo de caso nos permite responder como e por quê aquelas características específicas que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo; como as grandes tendências se manifestam, ou não, em realidades sociais concretas. Portanto, diz ele, a especificidade do caso é o traço diferenciador dessa técnica, o que, ao contrário de ser uma característica fragilizadora, é a sua grande força. Ele enfatiza ainda que, através de estudos de casos, “muitas vezes, a vida de uma comunidade, que é um facto cotidiano e banal para esta, é reconstituída pelo cientista e mostra aspectos inusitados e que suscitam grandes questões sociológicas”.

Becker (1997) em sua obra **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**, ressalta que

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo:

quem são os seus membros? Quais são suas modalidades de actividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais.

Becker (1997:122) ressalta ainda que o pesquisador, que efetua o *estudo de caso* sobre uma comunidade – como no meu caso – ou de uma organização, normalmente faz uso do método de observação participante aliada, muitas vezes, a outros métodos mais estruturados, tais como as entrevistas, que podem realizar-se isoladamente ou em grupo. Nas entrevistas individuais – diz ele – o pesquisador poderá “examinar as origens sociais e as experiências anteriores de um participante, assim como suas opiniões particulares sobre questões correntes”. Porém, fazê-las em grupo poderá fornecer-lhe aspectos que são mais perceptíveis por meio da interação do indivíduo com os outros no interior do grupo, pois “a diferença entre opinião particular e comunicação pública pode fornecer indicações importantes das normas de convivência do grupo”.

Para colher as informações que precisava em relação a esses universitários angolanos da UFMG, aliada às minhas observações como integrante do grupo pesquisado, propus-me a realizar entrevistas individuais de modo a ter acesso, pelo interior, a uma realidade particular de cada uma dessas pessoas, o que propiciaria, a meu ver, a apreensão do vivido por esses sujeitos, suas práticas, na maneira pelas quais eles negociam as condições sociais que lhes são particulares e também compreender o universo do qual eles fazem parte e, além disso, isso me permitiria obter uma visão cumulativa, múltipla e panorâmica da experiência desses estudantes.

Para isso, precisava-se adequar o número de entrevistados de acordo com essa proposta metodológica adotada para o estudo, pois a minha intenção era a de trabalhar intensamente com um número pequeno de informantes sem que isso prejudicasse a noção da diversidade presente no interior do grupo pesquisado. Foram definidos como depoentes seis universitários angolanos cujo processo de seleção pode ser acompanhado, passo a passo, no item referente aos **sujeitos da pesquisa**, neste mesmo capítulo.

As entrevistas efetuaram-se no período compreendido entre o dia 20 de abril e o dia 17 de outubro do ano 2001. Elas foram gravadas em fitas cassetes do tipo rádio-gravador e tiveram, em média, a duração de uma hora e quinze minutos. Não tinha um tempo pré-determinado para a conclusão da entrevista; isso, normalmente, dependia do clima no decorrer da conversa e da disponibilidade do depoente.

Todas as entrevistas foram marcadas previamente em local, horário e data de acordo com a disponibilidade do depoente. Três delas foram feitas nas residências dos próprios entrevistados e as outras na sala de convivência do Programa de Pós-graduação em Educação da FaE. É uma sala que, pela sua estrutura, oferecia condições e conforto para receber um visitante, por isso a escolhi.

Antes de passar para a fase onde condensarei as actividades pós-entrevistas, gostaria de salientar que a leitura da obra de Thompson (1992:254-278), na parte em que o autor refere-se a entrevista, ajudou-me bastante nas orientações em relação a minha postura ao longo dela, pois, na sua opinião, *há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir*: uma delas é que o entrevistador precisa ter interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade em relação a eles. A segunda é que ele tem que ter a capacidades de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar, pois “quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas”.

Essas orientações foram muito úteis ao longo das conversas com os entrevistados por isso as ressaltarei aqui.

De posse das entrevistas, elas eram transcritas por mim e encaminhadas aos respectivos depoentes para que tomassem ciência do conteúdo de suas falas, corrigissem e/ou acrescentassem aquilo que achassem conveniente. Após essa etapa passei, a partir desses textos, para a formação de grupos temáticos afins, isto é, grupos de idéias retiradas dos depoimentos desses estudantes e que pudessem fazer parte da mesma linha de raciocínio. São esses temas, extraídos das próprias falas dos entrevistados, que, posteriormente, fundamentados em referenciais teóricos, deram corpo aos dados aqui apresentados.

Antes de iniciar cada entrevista relembra com o depoente os objectivos do estudo explicitando-os de maneira mais esclarecedora possível. Muitas vezes, apesar desse assunto ser de domínio dos meus interlocutores, por ser relativo as suas próprias vivências, antes de acontecer a conversa, logo depois de re-explicitados os objectivos, os entrevistados manifestavam uma certa preocupação e apreensão em não poder contribuir de maneira significativa ao trabalho com os seus depoimentos. Dizia um deles: “*será que eu vou saber falar sobre isso!?*”

Em situações como essas a minha postura era sempre a de valorizar esse sujeito, no sentido de mostrar para ele que a sua experiência era muito importante e que só ele saberia colocá-la para mim e para os outros que terão acesso ao trabalho, com todos os preciosos detalhes nela contida. O inusitado de tudo isso é que, quando eles recebiam os seus depoimentos transcritos, surpreendiam-se com a riqueza das informações que tinham fornecido.

Em relação aos momentos das entrevistas posso acrescentar que eles foram extremamente ricos para mim em função das particularidades e também das semelhanças nas experiências desses depoentes entre si e com o pesquisador. Cada entrevista possibilitava-me vivenciar uma experiência nova e rica em detalhes.

2.4 Os Sujeitos da Pesquisa*

Para definir os sujeitos dessa pesquisa dirigi-me, inicialmente, ao DRCA da UFMG onde solicitei informações referentes aos estudantes angolanos, que estavam matriculados na instituição, naquele ano. Os dados que deles recebi indicavam que se encontravam matriculados, no primeiro semestre lectivo do ano 2000, 24 estudantes angolanos, distribuídos em diversos cursos, na Graduação e na Pós-Graduação(Mestrado e Doutorado), cujo ingresso se deu de formas diferenciadas. Constatei, analisando essas informações, que havia, entre esses estudantes, aqueles que ingressaram por intermédio do Programa de Estudante Convênio de Graduação-PEC-G, do Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação-PEC-PG, dos Exames de Seleção e, por último, os que ingressaram através do programa para estudantes Refugiados Políticos.

Considerando as formas de entrada à universidade, pude constatar que mais da metade(13) dos estudantes ingressaram pelo PEC-G e estavam matriculados nos seguintes cursos: Engenharia Elétrica(um estudante), Engenharia de Minas(cinco estudantes), Engenharia Civil(um estudante), Psicologia(dois estudantes), Administração(dois estudantes), Direito(um estudante) e Fisioterapia(um estudante). Registrou-se, também, ainda no âmbito dos programas de convênios de cooperação bilateral entre Angola e Brasil, dois estudantes que ingressaram através do PEC-PG, dos quais, um era Doutorando em Ciência Animal e o outro, Mestrando em Parasitologia.

Havia também um pequeno número de angolanos que ingressaram por intermédio dos Exames de Seleção. Nessa modalidade, estavam inclusos somente três estudantes(incluindo o pesquisador). Encontravam-se matriculados nos cursos de Pós-Graduação: Mestrado em Educação, Doutorado em História e Doutorado em Estudos Lingüísticos. Por último, houve os estudantes que, através do programa de Refugiados Políticos(RP), ingressaram na universidade nos cursos de graduação, perfazendo seis alunos, distribuídos nos seguintes cursos: Fisioterapia, Ciências da Computação, Geologia, Direito, Enfermagem e Medicina tendo, nesse caso, havido uma correspondência biunívoca entre o número de cursos, vagas e estudantes.

Quando analisei os dados contidos na TABELA 1, onde também se encontram condensadas as informações acima expostas, pude perceber que, considerando a distribuição dos alunos na Graduação e na Pós-Graduação há mais alunos na graduação(19) do que no segundo caso(05).

TABELA 1

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por modalidades de entrada

Modalidades	Frequência	Porcentagem
PEC-G	13	54
PEC-PG	02	8
Ex. de Selecção	03	13
RP	06	25
Total	24	100

Fonte: Elaborado com base nos dados do DRCA-UFMG, de 26 de Abril do ano 2000.

Com relação à distribuição por sexo, embora ela se tenha mostrado desigual entre as modalidades de entrada à universidade, há, no total de estudantes, um número idêntico de homens e de mulheres. É o que pode ser confirmado através dos dados apresentados, na seqüência, na TABELA 2:

TABELA 2

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre letivo do ano 2000 na UFMG, por sexo e modalidade de entrada

MODALIDADES					
SEXO	PEC-G	PEC-PG	EX. de Selecção	PEC-RP	Total
Feminino	07	01	02	02	12
Masculino	06	01	01	04	12
Total	13	02	03	06	24

Fonte: Elaborado com base nos dados do DRCA-UFMG, de 26 de Abril do ano 2000

Ao analisar as cidades de nascimento desses estudantes(ver TABELA 3), pude perceber que eles são nativos de dez províncias angolanas diferentes, que são: Cabinda, Uíge, Bengo, Luanda, Kwanza Sul, Huambo, Huíla, Benguela, Moxico e Lunda Sul; porém, a maior parte(37,5%) deles é da província de Luanda. As menores cifras de estudantes – conforme a TABELA 3 – aparecem na província do Bengo, Benguela, Lunda Sul e Moxico onde, cada uma apresenta-se com apenas um aluno.

TABELA 3

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por províncias de natalidade

PROVÍNCIAS*	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
Cabinda	03	12.5
Uíge	02	8.3
Luanda	09	37.5
Bengo	01	4.2
Kwanza Sul	02	8.3
Huambo	02	8.3
Huíla	02	8.3
Benguela	01	4.2
Lunda Sul	01	4.2
Moxico	01	4.2
Total	24	100%

Fonte: Elaborado com base nos dados do DRCA-UFMG, de 26 de Abril do ano 2000

Tendo em conta a minha vivência como angolano e o conhecimento que possuo daquela realidade, diante da variedade de províncias de natalidade desses estudantes, já era possível prever que haveria também, entre eles, uma grande diversidade de grupos étnicos representados, conforme já vinham mostrando os resultados da pesquisa exploratória. A própria a divisão político-administrativa oficial do território angolano não corresponde necessariamente aos limites entre os grupos étnicos, ou seja, a distribuição espacial dos grupos étnicos não se restringe às áreas demarcadas pelo poder político mas, sim, aos limites estabelecidos pela dinâmica das populações de cada região. (Ver GRAVURA D)

Nessa conformidade, a TABELA 4 que apresentarei a seguir, traz uma síntese da incidência de indivíduos em cada um dos grupos étnicos por eles identificados e, também, daqueles angolanos que não se identificaram como integrantes de nenhum dos grupos étnicos em Angola.

TABELA 4

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, por grupos étnicos

GRUPOS ÉTNICOS	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
Bacongo	05	21
Kimbundo	10	42
Ovimbundo	04	17
Tchokwe	02	8
Não sabem	03	12
Total	24	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa exploratória efetuada nos meses de Maio a Novembro de 2000.

Em função dos resultados apresentados na TABELA acima, pode-se perceber que entre os estudantes angolanos da UFMG, há um número expressivo daqueles que são do grupo étnico Kimbundo, já que representam exatamente a metade dos que declaram pertencer a algum grupo étnico. Na minha opinião, isso se deve ao facto de que eles são nativos de Luanda ou próximo dela(Província do Bengo), lugar onde a guerra não atingiu de maneira incisiva como o foi em outras regiões de Angola, o que possibilitou que as pessoas pudessem ter mais oportunidades para estudar dentro do país. Além disso, o ser e o estar em Luanda significa que se podem potencializar as possibilidades de sair do país, para estudar, ou para outros fins, pois é nesse lugar que se concentram reunidos os poderes político e econômico do país.

O que mais me chamou atenção na TABELA 4 e que, ao mesmo tempo, deixou-me surpreendido, foi o facto de haver entre esses angolanos pessoas que não se identificaram como integrantes de nenhum grupo étnico, ou seja, pessoas que, quando pedi para elas que me dissessem o nome dos seus grupos étnicos, diziam que não tinham ou que não sabiam.

Isso tornou-se muito significativo para mim porque, a partir das minhas referências, julgava que todos os angolanos, sobretudo os universitários, tinham “na ponta da língua” o nome do seu grupo étnico. É certo que isso não tem uma relação direta com o aprendizado escolar, mas ele pode, também, influenciar esse conhecimento, que reforçado por outros caminhos como, por exemplo, a convivência com os pares, favoreceria o fortalecimento dos laços de identidade e dos sentimentos de pertencimento ao grupo. Logo, um pouco decepcionado, pensei: eu não esperava isso.

As justificativas que esses estudantes deram para esclarecer sua condição foram as seguintes: 1) *a nacionalidade dos pais*: houve casos em que os estudantes disseram que seus pais, ou um deles, era estrangeiro e isso dificultava-lhes uma identificação dentro do cenário étnico angolano; 2) *local de nascimento*: um deles declarou ter nascido fora de Angola, onde ficou durante muito tempo antes de ir para Angola e, segundo ele, isso teria impedido a identificação com esses grupos; 3) *ter saído de Angola muito cedo*: outro afirmou que saiu de Angola muito cedo e isso lhe impediu ter uma convivência mais próxima com pessoas de outros grupos, o que poderia ter propiciado uma identificação pessoal com algum grupo étnico angolano.

Esse facto que parece ser simples ajudou-me a repensar a postura de investigação, diante desse fenómeno “familiar”, ao longo das outras fases do estudo, pois o que parecia ser óbvio, claro e cristalizado tornou-se, depois disso, um motivo de preocupação, isto é, uma armadilha à qual deveria prestar mais atenção para evitar que os meus preconceitos pudessem impregnar totalmente o objecto pesquisado.

É acerca desses perigos que um cenário como esse pode armar para o próprio pesquisador que VELHO(In: Nunes, et. al. 1978:41) adverte que o processo de pesquisa em ambiente familiar pode, sem dúvida, envolver mais dificuldades do que em relação ao que é exótico, pois o conhecimento que presumimos ter do objecto pode estar seriamente contaminado pela rotina, hábitos, estereótipo, etc, o que quer dizer que esse conhecimento não é suficiente para entendermos a lógica das relações que imperam entre o grupo a ser estudado.

Burgess(1997), em seu livro intitulado “A Pesquisa de Terreno”, no primeiro capítulo dessa obra (Dos campos de coral às ruas da cidade: a pesquisa de terreno “a casa volta”) ele descreve, com muita propriedade, os factores a favor e os que podem ser nefastos, nos casos de trabalhos realizados em ambientes familiares ao pesquisador e dá algumas sugestões que podem ser úteis para aqueles que vierem a aventurar-se nesse tipo de trabalhos.

Nele, ele salienta que o pesquisador, que estuda questões familiares, deve manter uma preocupação especial de como pode conciliar, nesse processo, suas observações como integrante do grupo pesquisado e a visão que possui do fenómeno, como um todo, para não

prejudicar um lado e privilegiar o outro. Burgess acrescenta ainda que, nesses casos, “um esforço adicional é requerido para assegurar que o investigador que pertence ao sistema não tome as coisas como garantidas ou escamoteie situações que à primeira vista aparecem como demasiado familiares”.

Para ajudar a solucionar esse tipo de dilemas Stephenson e Greer (1981 apud BURGESS, 1997) sugerem, ainda que o pesquisador que se encontra em situações de pesquisas como essas, deve registrar todos os pormenores possíveis acerca do objecto pesquisado independentemente da sua relevância e, aos tópicos familiares deve atribuir-se um “valor exterior”, como sendo vistos através dos olhos de um estranho.

2.4.1 O processo de selecção dos sujeitos entrevistados: da fase inicial à final

a) Fase inicial

Conforme já elucidei atrás, esse estudo tinha à disposição 24 estudantes (incluindo o pesquisador) que estavam matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000, segundo informações do DRCA. Essas informações foram, posteriormente, confirmadas e enriquecidas pelos respectivos estudantes para poder adequá-las aos propósitos da pesquisa. Isso foi feito em conversas individuais, por telefone, ou presencialmente.

Esses contactos iniciais com os integrantes do grupo pesquisado serviram para tornar-me conhecido, entre eles, como pesquisador do tema desse trabalho, tanto para aqueles conterrâneos que já conhecia, quanto aos desconhecidos, por falta de uma convivência assídua com eles. Nesse breve contato aproveitava para falar dos objectivos da pesquisa e procurava responder também possíveis questionamentos dos estudantes com a maior clareza possível. Lembro-me que uma das indagações, que sempre surgia a cada uma das minhas apresentações/representações, antes de aderirem ou não ao estudo, era saber se a pesquisa tinha algum fim político-partidário. Para minha surpresa, todos os estudantes contactados concordaram em participar do estudo sem estabelecer restrições.

A aceitação maciça desses estudantes em participar da pesquisa, apesar de ter sido uma grande demonstração de apoio e valorização do estudo, trouxe-me também pequenas preocupações. Exemplo: como é que eu faria para incluir todos eles na pesquisa? haveria

tempo suficiente para entrevistá-los? quês critérios seriam usados para optar por um ou por outro?

É importante chamar a atenção, aqui, para o facto que os dados do DRCA sobre os estudantes angolanos, com vínculo de estudos com a UFMG, foram elaborados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 e a selecção dos sujeitos, para as entrevistas, realizou-se no ano 2001 e, portanto, alguns desses estudantes já tinham concluído os seus cursos e já não estavam no Brasil. Diante disso, um primeiro critério que foi usado é que o estudante deveria ter vínculo atualizado com a universidade, ou seja, tinha que estar matriculado em algum curso na UFMG; o segundo era que o estudante devia ter moradia fixa em BH.

Possuir vínculo atual com a universidade, a meu ver, era uma condição importante para o estudo, já que os sujeitos envolvidos na pesquisa estariam, aparentemente, sob as mesmas regras escolares, o que me daria a chance de oferecer um tratamento mais uniforme a todos, no que tange a experiência escolar e, até mesmo, a experiência de vida desses universitários angolanos. Quanto à questão da moradia fixa em BH, era imprescindível, porque, além de ser um mecanismo que ajudaria no controle das variáveis sociais dadas na e pela convivência que se estabelece no dia-a-dia da vida cidadina, isso possibilitaria um contacto mais freqüente entre o pesquisador e os pesquisados, o que poderia facilitar a obtenção dos dados.

Após essa primeira avaliação, o número que, no início, era de 24 estudantes passou para 19(incluído o pesquisador). Esses são os que passaram por uma fase selectiva, para que se pudesse atingir um grupo de sujeitos que, ao serem entrevistados, estariam em condições de satisfazer os objectivos da pesquisa com seus depoimentos. É, portanto, nesse ponto que se concentraram os esforços da fase seguinte das actividades da pesquisa, no sentido de obter uma selecção de depoentes que pudesse preencher os requisitos da pesquisa.

Minha preocupação nesse momento era visível: a de poder estabelecer critérios de selecção correctos, que pudessem favorecer a composição de um grupo de depoentes que conseguissem expressar e incorporar, no seu interior, a diversidade que existia no seio dos estudantes angolanos da UFMG, em todas as suas dimensões. Pensando nisso, usei como critérios de selecção: o grupo étnico, a cidade natal e cidade de proveniência, o ano de chegada no Brasil, a modalidade, o ano de ingresso na UFMG e o sexo.

Em função dos objectivos que perseguia no estudo acreditava, nesse momento, que esses critérios eram os mais adequados, pois cada um deles contribuía de maneira peculiar e particular à pesquisa. Devo salientar, ainda que, apesar desses critérios serem expostos separadamente para efeitos de esclarecimentos, eles não devem ser tratados isoladamente e nem a sua seqüência pode ser vista como uma hierarquização, pois constituem uma unidade de análise.

Julguei pertinente usar o **grupo étnico**, como um dos critérios de selecção, em função da relevância desse aspecto na vida dos estudantes angolanos e, conseqüentemente, para a pesquisa. No entanto, posso adiantar que em função da diversidade étnico-cultural da população angolana, o facto perceptível também entre os estudantes angolanos da UFMG(Ver TABELA 4), é importante ter em conta esse aspecto, pois ele possibilitará conhecer a experiência dos sujeitos envolvidos nesse estudo, sem homogeneizá-los, ou seja, sem tratá-los como iguais, como tem sido feito usualmente por pessoas e instituições que, ao desconhecerem as múltiplas facetas da sociedade angolana, acabam concebendo essas pessoas como uma comunidade homogênea, na qual tudo se sobrepõe, o que faria com que se dispensasse um tratamento diferenciado ou, até mesmo individualizado, a pessoas específicas desse público.

Tanto o **grupo étnico**, quanto a **cidade natal** e a **cidade de proveniência** do estudante angolano da UFMG são critérios que tratam, mais diretamente, das origens desses sujeitos. Conhecendo os dois últimos podem-se saber, em termos gerais, as condições de vida do local onde nasceu o sujeito que investigamos, já que elas podem provocar – como já disse atrás – a instabilidade e a mobilidade social, o que poderá influenciar também sua experiência no Brasil.

O critério **ano de chegada no Brasil** tem a sua importância ressaltada, porque suponho que o tempo de estada nesse país possibilitaria, ao sujeito, uma interação maior ou menor com a sociedade anfitriã, o que poderá, por sua vez, influenciar os depoimentos dos sujeitos em relação às suas experiências.

A **modalidade** faz-se necessária como critério porque, além de haver no interior do grupo formas diferentes de entrada, também inclui em si outros aspectos que expressam, de maneira clara, a diversidade desses estudantes angolanos da UFMG, como é o caso, por

exemplo, da condição sócio-econômica do estudante no local de estudos. Para início de conversa, as diferenças entre eles já começam pela condição oficial de permanência no Brasil.

Quanto ao **sexo**, apesar de haver equilíbrio entre eles, ou seja, um número igual de homens e mulheres, julguei necessário mantê-lo como um dos critérios de seleção dos depoentes da pesquisa, nessa primeira fase, porque a convivência com os meus conterrâneos, fora do país (na Rep. Fed. do Brasil, na Rep. de Cuba e na Rep. Dem. do Congo) tem me levado a perceber que há diferenças no *modus vivendi* dos homens e das mulheres, nessa condição de estudante no país estrangeiro. Assim, para que se pudesse ressaltar e captar a riqueza das experiências advindas dessas diferenças, fazia-se necessário um grupo que pudesse contemplar também essas nuances e que fosse, talvez, quantitativamente equitativa, inclusive em relação aos sexos.

Com base nesses critérios, foram seleccionados, nesse momento, nove estudantes (Ver TABELA 5) levando-se em conta que esses angolanos pudessem representar a densidade da diversidade existente no interior do grupo pesquisado.

TABELA 5

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo de 2000 na UFMG, seleccionados na fase inicial para entrevista

Nome*	Sexo	Grupo Étnico	Cid. Natal	Cid. de Prov.	Ano de Cheg.no Brasil	Modalidade	Ano de Ingr. UFMG
Camila	F	Não Sabe	Lubango	-	1975	Ex. Seleccção	1º/00
Lorena	F	Ovimbundo	Huambo	Huambo	1988	RP	1º/2000
Manito	M	Ovimbundo	K. Sul	Luanda	1993	RP	1º/99
Zezinho	M	Tchokwe	Saurimo	Luanda	1995	PEC-G	1996
Pámela	F	Ovimbundo	Lobito	Luanda	1995	PEC-G	1995
Tetê	F	Kimbundo	Bengo	Luanda	1995	PEC-G	1995
Odete	F	Ovimbundo	Huambo	Luanda	1996	PEC-G	1996
Filipe	M	Bacongo	Uíge	Luanda	1996	PEC-G	1996
Manuela	F	Kimbundo	Luanda	Luanda	1997	PEC-G	1997

*Esses nomes são fictícios, pois apesar desses estudantes terem sugerido que pusesse seus nomes verdadeiros, optei por não fazê-lo. Resta esclarecer, ainda, que embora não apareça nessa lista o nome do pesquisador, ele é participante desse grupo.

Foram seleccionados, nessa fase, nove sujeitos: seis estudantes do sexo feminino e

três do sexo masculino.

Em relação aos **grupos étnicos** – considerando a diversidade presente no grupo pesquisado – todos os grupos étnicos identificadas foram contemplados, incluindo um representante daqueles que declaram não pertencer a nenhum dos grupos étnicos de Angola. Quanto às cidades de nascimento, também, por consequência dos grupos étnicos, havia uma grande diversidade, pelo que se procurou contemplar, na selecção, sujeitos de origens diferentes.

No que se refere ao item **ano de chegada no Brasil**, como havia estudantes de diferentes décadas (setenta, oitenta e noventa), partindo do pressuposto de que a experiência do sujeito aqui e lá, no país de origem, era importante para essa pesquisa, procurou-se ter, entre os seleccionados, aqueles que pudessem expressar a diversidade de anos de chegada ao Brasil no período compreendido entre 1975-1997. Sendo assim, foi incorporado na selecção uma estudante que chegou no Brasil na década de 70, uma da década de 80 e sete da década de 90, distribuídos da seguinte forma: um do ano 1993, três do ano 1995, dois do ano 1996 e um do ano 1997.

Relativamente à **modalidade de entrada na UFMG**, excluindo os estudantes do PEC-PG dos quais, por razões já explicitadas, não houve nenhum representante nessa etapa, todas as outras foram contempladas tendo, portanto, ficado definida a selecção, em função desse item, da seguinte forma: uma aluna do grupo de estudantes que ingressou efetuando exames de selecção, dois do RP e seis do PEC-G.

Para mim, como angolano e como pesquisador desse tema, esse foi um dos momentos de grande tensão, pois, pelo facto de conhecer os meus interlocutores e do interesse deles em participar do estudo, foi difícil e “doloroso” decidir por um ou pelo outro. Contudo, o uso dos critérios de selecção que foram definidos ao longo do processo foi essencial para tomar as decisões que julguei serem as mais acertadas nessa etapa. É como já apontava no fim do item anterior que o mais importante é saber conciliar, nesse processo, o todo com o particular e saber distinguir o que é o dado e o que é preconceito, encarado pelo viés do nosso olhar familiarizado com o objecto.

b) Fase final

Até aqui estive a explicitar o trajecto que fiz para chegar à definição dos primeiros estudantes, prováveis sujeitos que seriam entrevistados, conforme já previa o projecto de pesquisa.

Em função da abordagem metodológica optada para a realização do estudo, uma abordagem que possibilitasse trabalhar de maneira densa e exaustiva com um número pequeno de informantes, sem que isso resultasse em prejuízo para o bom andamento da pesquisa, sobretudo no que dizia respeito à diversidade presente no grupo pesquisado, percebi que poderia reduzir o número de sujeitos que seriam entrevistados de 9 para 6.

Tendo refinado essas diretrizes de trabalho retomei os dados contidos na TABELA 5, já que passaram a constituir, desde então, minha última referência para a definição dos sujeitos que seriam entrevistados.

Ao analisar os critérios usados para aquela selecção inicial, alguns pareceram-me pouco significativos, pois não ajudariam muito nessa definição, razão pela qual, poderiam ser dispensados, como é o caso do critério **cidade de proveniência**, no qual a maioria declarou ser proveniente de Luanda. Para o efeito, usando como critérios o **grupo étnico, a cidade natal, o ano de chegada no Brasil, modalidade e sexo** seleccionaram-se, finalmente, *seis estudantes* que contemplavam a diversidade presente no seio desse grupo e que seriam entrevistados exaustivamente de modo a primar pelo alcance dos objectivos dessa pesquisa.

TABELA 6

Universitários angolanos matriculados no primeiro semestre lectivo do ano 2000 na UFMG, seleccionados na fase final para entrevista

Nome*	Grupos Étnicos	Cid. Natal	Ano de Cheg. no Brasil	Modalidade	Sexo
Camila	Não sabe	Lubango	1975	Ex. de Selecção	F
Lorena	Ovimbundo	Huambo	1988	RP	F
Manito	Ovimbundo	K. Sul	1993	RP	M
Zezinho	Tchokwe	Saurimo	1995	PEC-G	M
Filipe	Bacongo	Uíge	1996	PEC-G	M
Manuela	Kimbundo	Luanda	1997	PEC-G	F

* Embora o nome do pesquisador não apareça nessa lista ele é participante desse grupo.

Sendo assim, considerando os aspectos mais significativos, dentro da diversidade dos universitários angolanos da UFMG, a selecção final ficou estabelecida da seguinte forma. Em relação a:

Grupos étnicos

Há representantes de todos os grupos étnicos identificados pelos estudantes e, inclusive, dos que não se identificaram como pertencentes a nenhum deles: dois Umbundos, dois Bacongos(incluindo o pesquisador), um Tchokwe, um Kimbundo e um que não sabe a sua etnia.

Cidade natal

Para cada província de Angola onde nasceram estudantes angolanos da UFMG, há um representante: um de Lubango(Huíla), um do Uíge, um de Saurimo(Lunda Norte), um de Cabinda, um do Huambo, um de Luanda e um do Kwanza Sul.

Ano de chegada no Brasil

Neste caso, decidi que optaria por três estudantes mais antigos e o mesmo número dos mais novatos. Dessa forma contemplou-se um estudante da década de 70(1975), um da década de 80(1988) e quatro da década de 90 sendo um de cada ano(1993, 1995, 1996 e 1997).

Modalidade

Em relação a esse item há estudantes das três modalidades que existiam no momento da selecção: Exame de Selecção (uma estudante), PEC-G(três estudantes) e RP(dois estudantes).

Sexo

Nessa categoria, seleccionou-se três estudantes do sexo feminino e três do masculino.

3 AS ORIGENS E OS MOTIVOS DOS FLUXOS DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DA UFMG AO BRASIL

3.1 Introdução

No capítulo anterior já refletia acerca da direção que tomaria esse estudo, no concernente à análise da experiência formativa desses universitários angolanos, sujeitos dessa pesquisa. Frisava, na ocasião, que, à diferença das outras pesquisas que tradicionalmente se debruçaram sobre de *trajectórias escolares*, que tomaram os pais dos alunos como parte fundamental, a fim de se entenderem os filhos, essa, por sua vez, adota os próprios estudantes como os principais atores nessa análise pois, na minha opinião, esses sujeitos são também realizadores de sua própria história de vida e, portanto, deles emanam, também, aspirações próprias, desejos próprios, interesses próprios, etc, que podem interferir em suas vidas.

Dizia que, para que tal processo pudesse prosseguir com segurança, por caminhos “próprios”, destaquei três indicadores que serviram como pontos de referência ao longo do processo de coleta de dados e que serão retomados paulatinamente ao longo dos capítulos que compõem essa sùmula. Só para lembrar. São eles: *a vida dos estudantes angolanos no Brasil, suas origens e os motivos dos fluxos*.

Ressaltava que, apesar de terem sido anunciados separadamente, o que podia sugerir, também, uma certa autonomia entre eles, não devem ser entendidos como factores isolados uns dos outros, mas sim como partes integrantes de um mesmo objecto, em que somente a união das partes possibilitaria a leitura e a configuração do fenômeno pesquisado com maior exatidão.

Sendo assim, nesse capítulo, como muito bem sugere o seu título, serão apresentados, com especial atenção, os dois últimos indicadores supracitados, isto é, os aspectos que se referem ao cenário das *origens* e os *motivos* que fizeram com que esses estudantes viessem ao Brasil. Nele são compreendidos os seguintes itens: *ocupação dos estudantes angolanos entrevistados, antes da vinda ao Brasil; motivos que os fizeram vir ao Brasil; que informações tinham esses estudantes sobre o Brasil; os primeiros contactos*

do estudante com a realidade do Brasil e, para terminar, falarei acerca da valorização/desvalorização/revalorização de aspectos da cultura do país de origem.

3.2 Ocupação dos estudantes angolanos entrevistados, antes da vinda ao Brasil

Além dos aspectos já abordados, referentes à *origem* desses estudantes, como, por exemplo, grupos étnicos, achei necessário discorrer, igualmente, acerca das principais ocupações dos mesmos, antes da sua vinda ao Brasil. Ao debruçar-me sobre esse item, além de poder enfatizar características específicas desse grupo, dessa forma posso aproveitar para realçar a condição de “independência” desses estudantes em relação a seus pais, diante da aventura de estudar “na terra dos outros”.

Mediante os depoimentos desses angolanos pude constatar que, à exceção de duas estudantes, que vieram ao Brasil em idade imprópria para o exercício de actividades remuneradas, pelo menos, com base na legislação trabalhista local – uma veio ao Brasil com 5 anos e a outra aos 17 –, os demais já dividiam suas actividades escolares com os afazeres laborais antes de vir ao Brasil, como forma de provimento de seu sustento ou de parte dele.

Se levarmos em consideração o número de sujeitos que há em cada uma das ocupações constatadas pode-se dizer que, entre os estudantes entrevistados, *o exercício da docência* em escolas do Ensino Médio e no Ensino Fundamental (em Angola isso equivale ao Ensino de Base: 1º, 2º e 3º nível) ocupa o primeiro lugar; em segundo lugar está *o exercício do jornalismo* e, por último, *o trabalho em estabelecimentos comerciais*. Há que se ressaltar que embora alguns desses estudantes estivessem freqüentando o ensino universitário em Angola, nenhum deles, até então, possuía curso superior concluído.

O exercício da docência se destaca em primeiro lugar porque há entre esses os sujeitos da pesquisa entrevistados, três estudantes (inclusive o pesquisador), que declaram ter como ocupação principal essa actividade; por isso é que ela se destaca, aqui, como sendo a primeira na hierarquia das ocupações desses jovens universitários angolanos quando estavam no seu país. Já a segunda opção, *o jornalismo*, teve dois sujeitos, já que um dos

estudantes, além de docente também foi jornalista.

“Eu fui jornalista, trabalhei no exército do governo por muito tempo; fui professor, como a maioria dos jovens angolanos, a gente termina a 8ª classe vai dar aula na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe; termina o ensino Médio; vai dar aula na 8ª classe. Quando vai para a faculdade, no 2º ano, vai dar aula no ensino Médio então, essa era a minha vida. Eu dividia os afazeres com as obrigações nas FAPLA, onde eu trabalhava, com as aulas. Lecionava História e Geografia Econômica nessas escolas do 2º grau e no Ensino Fundamental”. (Manito, 16.08.2001)

A última ocupação supracitada é a do exercício de actividade ligada a *estabelecimentos comerciais* e, nesse caso, tivemos apenas uma estudante que admitiu ter trabalhado, pouco tempo antes de vir para o Brasil, como balconista de um estabelecimento comercial, só para ocupar o seu tempo; o que demonstra, na minha opinião, o carácter relativo da independência dessas pessoas, em relação aos seus familiares, tal como falei anteriormente.

Esses estudantes, além de ocuparem o seu tempo com o trabalho, também estudavam e, inclusive, alguns deles já estavam com vaga garantida na universidade mas, apesar disso, eles aderiram ao projecto de estudar “longe de casa”, como bem afirmou um dos entrevistados.

(...) *“no ano em que eu vim, que eu consegui a bolsa, eu ainda fiz exame de aptidão lá em Angola e consegui passar, mas como tinha a oportunidade da bolsa disse: não. Aproveito a oportunidade de ir fora porque aqui, já sabe a situação do país, às vezes, falta professor, às vezes o professor ‘te marca’, aquela coisa toda... aí acabei vindo para cá”.* (Filipe, 29.05.2001)

Quais as causas que poderiam estar na base dessas decisões? É uma questão de preferência, ou de necessidade? É acerca disso que falarei no próximo item desse capítulo.

3.3 Motivos que os fizeram vir ao Brasil

No projecto que deu origem a essa pesquisa destacava, entre outros aspectos que seriam explorados no estudo, os motivos que fizeram com que esses angolanos saíssem de

sua terra natal e viessem ao Brasil, embora acreditasse que essas motivações pudessem ser também re-avaliadas, re-feitas e/ou re-significadas ao longo dessa trajetória. É necessário, no entanto, ressaltar-se que a proposta do estudo estava concentrada, desde já, numa perspectiva de análise que envolvesse somente o movimento de lá para cá e não o contrário, isto é, a sua vinda e presença no Brasil e não se propunha a tratar da sua re-inserção na sociedade angolana.

Julguei mais pertinente e necessário fazer essa análise porque, no meu entender –como já frisei atrás –, num país com a complexidade que tem Angola que, em pleno terceiro milênio encontra-se ainda mergulhado nos malefícios da guerra civil, embora os seus efeitos não se sintam com a mesma intensidade em todas as regiões do país, vários podem ser os motivos que fariam com que essas pessoas saíssem de lá para empreender uma marcha que pode ter um carácter *temporário* ou *definitivo*. Nessa conformidade, a relação desse sujeito com o país anfitrião, na minha opinião, tenderá a interpretar-se a partir de sua condição como imigrante *temporário* ou *definitivo*.

Outrossim, é mister reconhecer que o estar “longe de casa”, longe, portanto, das pessoas que os viram nascer, dos amigos, da comida, da música, entre outras coisas, é um acto de coragem, pois não são todos os indivíduos que estão dispostos a enveredar por esse caminho. Num acto como esse, as pessoas precisam estar preparadas e, mesmo assim, não é possível prever-se tudo. Imprevistos podem acontecer.

Conforme explicitiei, no capítulo anterior, que os angolanos, ingressos à UFMG, o fizeram por meio de convênios(PEC-G, PEC-PG e RP) e, também, através de Exames de Selecção. Partindo dessa ótica das modalidades de entrada à universidade já era possível que houvesse também motivos diferenciados que os fizessem deslocar-se para o Brasil, embora, é claro, essas motivações pudessem, ao longo do percurso, serem re-significados em função da realidade vivenciada no local de estudos, tal como já disse atrás.

Com base nos depoimentos desses estudantes posso apontar dois, os principais motivos que justificam esse trajecto: o grupo daqueles que atravessaram o Atlântico tendo como objectivo principal o de *estudar* e os que o fizeram para *exilar-se*. Desse modo, enquadram-se, no primeiro grupo, quatro estudantes e apenas dois, no segundo.

Dentre os que se inserem no primeiro grupo vale a pena destacar o caso da estudante Lorena pois, a partir dela, é possível elucidar-se a questão da mudança de perspectivas, da re-significação e da re-elaboração das metas pessoais, em função da realidade no local de estudos. Quando veio ao Brasil, em 1988, o fez com o único objectivo de dar continuidade aos seus estudos, mas, quando cá chegou, depois de ter concluído o Ensino Médio, com o intuito de dar continuidade aos mesmos na universidade o que seria, na opinião dela, a ordem natural das coisas, para quem saiu de tão longe para estudar, viu-se sem condições para fazê-lo.

Como ela não tinha alguém que a pudesse sustentar financeiramente ao longo desse processo, para conseguir emprego e também para poder permanecer no Brasil, na esperança de realizar o seu sonho, que era o de ser Médica, teve que adquirir o Visto das Nações Unidas para refugiados políticos, que lhe dava a oportunidade de permanecer legalmente no país e, por sua vez, também lhe dava acesso ao mercado de trabalho.

O que parecia ser apenas um Visto que lhe dava direito legal à permanência no Brasil, trouxe também implicações (positivas e negativas) muito sérias que, desde então, passaram a fazer parte da sua vida. Se, de um lado, ela já podia exercer legalmente actividades remuneradas, já que, como portadora do *Visto de estudante* não podia fazê-lo, do outro lado, passa a ser tratada com certo distanciamento por uma parte de seus conterrâneos que não possuem essa modalidade de Visto. É como bem diz um certo ditado popular: “*se correr o bicho pega e se ficar o bicho come*”. Nessas situações, creio eu que a criatividade da pessoa é muito importante, para ajudá-la a enfrentar essas condições adversas e inesperadas.

Voltemos, no entanto, a falar acerca dos motivos que trouxeram esses angolanos ao Brasil e, repito, lembrando sempre que essas motivações podem sofrer alterações ao longo desse processo em função das circunstâncias apresentadas no local. A Manuela, outra estudante entrevistada, declarou-me ser a principal causa que a teria feito vir ao Brasil o desejo que tinha de ter uma formação universitária, pois, segundo ela, já vinha, há anos, tentando conseguir vaga para cursar seus estudos fora do país, até que surgiu a oportunidade do Brasil que, embora não fosse do seu agrado teve que aceitar.

“Há muitos anos eu estava a concorrer para uma vaga, no ensino superior, em várias

instituições governamentais em Angola. Só que, quatro anos depois, a minha tia conseguiu para mim uma bolsa pelo Ministério dos Petróleos. Só o Brasil, na altura, que estava a oferecer vagas para o curso superior. Eu queria, na verdade, era ir para França, Inglaterra ou Portugal...” (Manuela, 14.06.2001).

Como podemos perceber nessas palavras que, apesar do Brasil não ter sido sequer mencionado entre os países idealizados pela estudante, ela, mesmo assim, aceita vir ao Brasil como alternativa para poder continuar seus estudos.

A mesma estudante acrescenta, ainda, no seu depoimento, que mesmo sem ser do seu total agrado, a ausência de oportunidades de estudos mais reais em Angola, impeliram-na a aceitar um curso numa área de concentração muito diferente daquela que já freqüentava – de Ciências Biológicas para Ciências Exatas – pois, segundo ela, ao candidatar-se para essas vagas fora do país, tê-lo-ia feito no intuito de poder continuar o curso de Medicina que já cursava, há dois anos, na Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, onde teve que interrompê-lo por causa da greve prolongada dos professores daquela instituição.

“Na verdade eu estava a concorrer o curso de Medicina porque eu já fazia Medicina lá em Angola; cheguei a fazer o segundo ano só que, infelizmente, parei por causa da greve que houve durante muito tempo. Apareceu a possibilidade de eu fazer um curso numa área muito diferente daquela que gostava; aí, eu optei por fazer Engenharia de Minas, que é um outro curso que também achei muito interessante para fazer. Quando eu cá cheguei, eu vim porque queria ter um curso superior mas, à medida que o tempo foi passando, fui enfrentando muitas dificuldades, vencendo muitas barreiras, agora encaro o curso de um outro jeito e já gosto do curso”. (Manuela, 14.06.2001)

As mudanças de áreas de concentração dos cursos pode parecer, à primeira vista, um facto *normal* dentro do mesmo sistema de ensino; porém, quando se trata de sistemas de ensino diferentes, entre dois países, todo o cuidado é pouco, pois isso pode trazer conseqüências, às vezes, muito dolorosas e traumáticas para os sujeitos envolvidos, como é o caso da estudante, cujo depoimento acima foi referenciado.

Como vemos, apesar de os nossos países possuírem sistemas de ensino que podemos considerar modernos e ambos baseados no modelo ocidental, nós temos, nesse meio, outros factores importantes que não podem ser desconsiderados nesse processo: os factores

sócio-culturais de cada país; mas é importante ressaltar, aqui, que especificamente para essa estudante, percebi que sua experiência no Brasil se processou de maneira muito traumática, não só pelo facto de ter mudado de curso, mas também em função de ter vindo para um país que não estava entre os seus prediletos o que fazia com que, diante das dificuldades – ao que ela mesma chama de “barreiras” – que apareciam no seu dia-a-dia ficasse cada vez mais desiludida.

No entanto, a estudante Lorena esclarece-me que sempre desejou estudar fora de Angola, sobretudo, para poder aprender uma outra língua. Para ela, a meu ver, a língua portuguesa no modelo brasileiro não estava dentre as outras línguas que poderia aprender no exterior. Essa é uma realidade muito comum a todos, até perceberem que têm dificuldades para se comunicarem com os **outros** nessa “nossa língua portuguesa” e que aquilo que falam, ou escrevem, os **outros** interpretam-no como algo errado. O capítulo 6 é inteiramente dedicado à “nossa língua portuguesa”.

“Já vim para estudar. Eu sempre quis estudar fora, era coisa minha, desde pequena. Via minhas amigas saindo, cheguei inclusive a ganhar uma bolsa de estudos para Cuba. Só que, os meus pais não deixaram; você sabe, pais cristãos e com aquele regime cubano, eles ficaram preocupados; não sabiam onde é que ficava a questão da religião, principalmente, morar em república, sem ninguém e ainda era pequena. Mas eu não queria vir para o Brasil não. Não era meu pensamento. Eu queria ir para um país que tivesse outra expressão de língua. Eu queria aprender outra língua, outra cultura, queria viver fora. Nunca imaginei vir morar aqui. Só que o meu avô como tinha filhos aqui, ele sempre insistia para que nós viéssemos para cá, que era bom, ele vinha sempre para cá então, acabou convencendo os meus pais”. (Lorena, 20.04.2001)

Se analisarmos detidamente as entrelinhas dessa fala, poderemos perceber que, para essa estudante, o Brasil, como país de língua oficial portuguesa, não estava entre os locais preferidos por ela para estudar, já que o seu interesse estava voltado também para o aprendizado de outras línguas. Contudo, ainda que contrariando parcialmente os seus desejos primários, atravessou o Atlântico disposta a estudar no Brasil.

Nesse depoimento aparece, também, um outro aspecto que, unido aos outros, pode catalisar a vinda desses angolanos ao Brasil, como é o caso dessa estudante, que é o facto de haver parentes no local de estudos pois, segundo Pastore (1969:61), “a literatura sobre migração mostra que uma das principais fontes de privação objetiva para o migrante é o

fato de ele sentir falta dos apoios psicológicos e sociais dos grupos de referência de sua área de origem (amigos e parentes).

Por outro lado, conforme já me referi no início desse item (3.3), para além dos estudantes que afirmaram ter vindo ao Brasil especificamente para estudar, há também aqueles que o fizeram na esperança de exilar-se. Dentre esses, posso destacar o depoimento do estudante Manito, que me pareceu ser o mais completo ao explicitar os motivos da sua vinda ao Brasil, ao mesmo tempo em que traduz, também, o desespero e a angústia duma pessoa que precisava, de qualquer maneira, sair do país, para que pudesse preservar sua integridade física sem, no entanto, colocar em questão se continuaria ou não os estudos, num futuro próximo ou longínquo.

“[...] naquela época, o mais importante era sair do país; eu precisava viver. E se quisesse viver eu tinha que sair do país; não importava onde. O ideal seria ir para uma Inglaterra onde os direitos humanos dos refugiados são amplos, são antigos, têm história, são tradicionais, mas naquele momento o que apareceu foi o Brasil; eu tinha que sair de Angola naquele momento se quisesse continuar com uma integridade física garantida, tinha que sair. Vim para o Brasil; cá estamos nós”.(Manito, 16.08.2001)

Como podemos ver, a diversidade que será tratada várias vezes nesse estudo já aparece nos motivos das vindas, pois além dos que vieram para estudar, os que vieram para estudar e tornaram-se exilados, há ainda os que vieram como exilados tal como acabei de demonstrar.

Para concluir essa parte eu diria que, pelos depoimentos desses estudantes pareceu-me que a decisão deles de vir ao Brasil estava atrelada, também, à oscilação do clima político reinante no país pois, a julgar pela época em que todos eles vieram ao Brasil, creio que esse factor também influenciou. Aliado a isso estão os anseios pessoais – embora estes não tenham sido respeitados, na maior parte dos casos. Tanto para os sujeitos do primeiro grupo quanto para os do segundo, a intenção inicial não era a de vir ao Brasil o que indica que já possuíam alguma informação ou conhecimento sobre o possível lugar para onde desejavam ir e para onde não queriam ir. O que é que os nossos entrevistados já sabiam sobre o Brasil antes de vir para cá?

3.4 Que informações tinham esses estudantes sobre o Brasil

Falar de informação, hoje em dia, como muito bem ressalta Scherer-Warren(1998), diante das grandes transformações pelas quais vem passando a humanidade, especialmente a partir da década de 90, reconhecidas como o processo de globalização do mundo, que traz novos desafios para se pensar a relação da pessoa com seu contexto social, ou do indivíduo com o coletivo ou, ainda, do sujeito com esse movimento que vem encurtando as distâncias espaciais, a rapidez da informação, ou seja, comprimindo a noção espaço-tempo, não indica apenas o resultado de avanços tecnológicos que permitem um novo tipo de globalização econômico-financeiro, mas que implica, também, numa reestruturação da organização social de cada país de modo a adequar-se à nova conjuntura internacional se quiser continuar “vivo” nesse cenário.

Bem sabemos nós que essas transformações, apesar da rapidez com que se propagam – “no mundo desenvolvido” –, elas não atingem, de igual modo, todos os cantos do globo terrestre. Aí é que está, na minha opinião, o grave problema, pois aqueles que detêm os meios de informação podem manipulá-los a seu gosto, impedindo que outras pessoas acessem a informação ou, simplesmente, que a tenham em partes insignificantes.

Num país como Angola em que, durante longos anos, os meios de comunicação de massa (Tv, Rádio e Jornal) estavam sob o controle e a serviço da máquina governamental e que, até hoje, precisa resolver ainda questões ligadas às *necessidades primárias*, falar em Internet, por exemplo, para a grande maioria da população não é mais do que um turpilóquio desconhecido. Para piorar mais ainda a nossa situação, dos cerca de 11.5 milhões de angolanos, segundo o MEC(1999), 60% dos mesmos com mais de 15 anos de idade são analfabetos e isso, creio eu, sem considerar a porcentagem daqueles que se encontram na qualidade de *analfabeto funcional*.

Em circunstâncias como essas parece-me que, à população angolana, não lhe resta mais alternativa, senão apelar para meios, às vezes, menos apropriados para se obter dados sobre outros lugares como é, por exemplo, conhecer o Brasil através das novelas que são televisionadas e acompanhadas por todos aqueles que podem fazê-lo.

Essa informação veiculada através da novela, por mais fiel que seja à realidade originária, sempre levará consigo um mundo fictício porque tem os seus meios e fins

direcionados para o lazer e, sobretudo, no fomento do *capital econômico* dos seus criadores. São, portanto, as entrelinhas dessas novelas com esses meios e fins pré-determinados que concorrem para a constituição do imaginário atual da população angolana em relação ao Brasil. Sendo assim, não seria muito difícil imaginar, a partir desses dados, que informações esses angolanos teriam trazido consigo em relação ao Brasil, mas para não cair na tentação de extrair de minha própria boca as palavras que elucidariam tal condição, vou fazê-lo através dos depoimentos dos estudantes entrevistados; afinal de contas esse foi, está sendo e será sempre o propósito deste trabalho: falar também através das falas dos entrevistados.

Conforme já me referi em outras ocasiões nesse mesmo trabalho, esses estudantes procedem de diversas regiões do país e, em função disso, a minha hipótese preliminar era que esses sujeitos tivessem também diferenciações em sua bagagem de informações sobre o Brasil, porém não foi o que aconteceu quando tive em mãos as transcrições das entrevistas, pois me pareceu ser muito homogênea a noção que essas pessoas apresentaram-me sobre o país anfitrião.

Para o estudante Manito,

“... a informação sobre o Brasil é exatamente aquilo que a maioria dos angolanos têm do Brasil. É um país culturalmente forte, mas o que mais ficava na gente é essa imagem de depravação moral; uma cultura muito aberta, muito libertina e totalmente diferente daquilo que é a nossa. Apesar de sermos assíduos consumidores da cultura novelística brasileira, mas o que ficava realmente eram as entrelinhas dessa novela brasileira”.(16.08.2001)

Ao ser indagado para que esclarecesse o que queria dizer quando se referiu a imagem que tinha do Brasil como uma “imagem de depravação moral” justificou-se com as seguintes palavras:

“Veja bem: o sexo explícito, naquela época não era tão explícito como hoje, mas para nós, já chocava! O aspecto relacionamento pai e filho: nós temos uma educação rígida, uma distância entre pais e filhos... mas o que nós encontramos aqui no Brasil, o que nós sabemos, vimos na televisão, é filho dando tapa nas costas do pai, filho tratando o pai por “tu”, por “você”, pelo “nome” e isso não acontecia, quer dizer, é isso, entre outras coisas, os aspectos que mais chocavam. O carnaval do Brasil, do jeito que era vendido em Angola, dava-nos uma imagem de uma sociedade depravada, nesse capítulo moral. É claro

que hoje, em termos gerais, a gente vê mais o sexo explícito na televisão, mas antigamente, já naquela época, a gente percebia isso e é o que ficava mais”.(Manito, 16.08.2001)

Conforme podemos perceber nesse depoimento, a televisão com todas as suas vantagens e desvantagens é também, como não poderia deixar de ser, um meio formador de opinião que, na ausência de outros concorrentes, onde a escola poderia (ou deveria) ser a base desse processo, de modo a proporcionar uma visão mais próxima à complexidade dessas sociedades no âmbito cultural, social, econômico e político, acaba-se criando nas pessoas uma imagem que pode ser um tanto quanto duvidosa e irreal. Não é que as novelas sejam nocivas para a sociedade angolana e/ou para a brasileira, mas o problema está em que os contextos de produção e de consumo desses produtos são diferentes e, por isso, pode e tem causado essa confusão em sua apreciação. Todavia, posso acrescentar que a percepção estereotipada que as pessoas têm através desses meios de comunicação, também não permite um conhecimento da complexidade das outras sociedades. Eles, a meu ver, deixam as pessoas a meio-caminho do conhecimento da realidade.

Outras fontes de informação a que alguns desses angolanos tiveram acesso, antes da vinda para o Brasil, foram os parentes e/ou amigos que tinham visitado o Brasil, turistas brasileiros, cidadãos brasileiros, funcionários de empresas angolanas e de multinacionais, missionários, assim como o contacto com brasileiros integrantes das forças da ONU. Em relação a essas fontes, o estudante Manito afirma que ter tido contacto com elas, lá, contribuiu para a formação de uma imagem de um Brasil cruel.

“Trabalhei muito com missionários brasileiros em Angola e além de missionários, pessoas que foram servir o Brasil na ODEBRECHT. A imagem que nos passavam sobre o Brasil, era uma imagem de um Brasil cruel, de um Brasil em que você não pode circular de madrugada, à noite, 21 horas você é assaltado, você não pode sair de casa, você tem que ter altos muros enfim, essa é a imagem que a gente tinha do Brasil conversando com pessoas brasileiras que trabalhavam em Angola. O cara chegava lá dizia: epa! Lá você tem que ter o muro bem alto senão você é assaltado diretamente. Então, faltava conhecer o lado positivo do Brasil que a gente não conheceu em Angola; lá o lado positivo era a novela, o carnaval, as mulatas do Brasil...” (Manito, 16.08.2001).

Os depoimentos desses estudantes trazem à luz uma realidade que, para nós, como educadores de países que fazem parte da Comunidade dos países de língua oficial

portuguesa (*palop*) devemos pensar nisso e tentar desenvolver mecanismos que viabilizem a troca e o acesso às informações entre os países membros, de modo a minimizar o excesso de desinformação entre nós, usando, para tal fim, os meios disponíveis em cada uma das nossas sociedades: escola, tv, rádio, jornal, palestras, enfim, tudo o que tivermos ao nosso alcance e que nos possa ser útil, porque senão continuaremos ouvindo e cultivando barbaridades a respeito de uns e dos outros.

Contudo, apesar de todas as limitações que nos imporia um processo de conhecimento à distância de outros países por prescindirmos da convivência, o que daria uma noção mais ampla da complexidade da sociedade que se deseja conhecer, creio que só com a união de forças de todos os envolvidos é que se poderá proporcionar a essas pessoas as mínimas informações que favoreçam o conhecimento dos seus patrícios lingüísticos, o que, no caso do Brasil e de Angola, por exemplo, ultrapassaria os limites do carnaval e do futebol, de um lado e, da fome e dos mutilados de guerra, do outro lado, como muito bem ressaltou a estudante Camila quando se referia a visão que os brasileiros têm de Angola pois, segundo ela

“... as imagens que eles têm de Angola são as imagens da rede Globo, onde você só tem negros e mutilados... você não tem mais nada; que é uma mentira. Você pode ter uma maioria negra e uma maioria de gente mutilada quando a guerra, agora, isso não significa que Angola se resume nisso”.(Camila, 10.07.2001)

3.5 Os primeiros contactos do estudante com a realidade do Brasil

“... nos primeiros momentos, a coisa que me indignava bastante eram aquelas perguntas absurdas que as pessoas faziam como se fosse gozação. Mais tarde comecei a ver que além de ser gozação é que o brasileiro não está, nem aí com culturas alheias. Por exemplo, tem um moço que chegou para mim e disse: Filipe. Desculpe-me lá pelo o que eu vou te perguntar, mas eu vou te dizer na minha sinceridade: o brasileiro é mais matemático e físico; em termos de História e Geografia é desleixado. Eu estou aqui na Faculdade, mas não sou aplicado em Geografia e História. Você me conta um pouco sobre Angola porque nós quando se fala de África, nem vou falar de Angola mas quando se fala de África, no 2.º grau, é como se fosse um país só. O professor dá uma aula sobre a África e acabou. Então fica aquela imagem de África e a nossa mídia, a nossa imprensa, quando apresenta a África fala mais de Savana, aquelas coisas todas, então é difícil. É a mesma coisa do

Brasil quando você vai para os EUA. O cara te pergunta do Brasil como se fosse uma Savana. Ai começamos a conversar. Eu fui notando que há quem chegava e fazia a pergunta de forma direta, mas há quem procurava ainda fazer uma introdução para fazer entender que ele não está sabendo o que é que é África e quais são os países africanos. Há quem nem sabe que na África existem, até hoje, 5 países de língua oficial portuguesa...” (Filipe, 29.05.2001).

Há um ditado popular que é, por sinal, também muito conhecido entre os angolanos que traz a seguinte mensagem: “*a primeira impressão é a que fica*”. Ele expressa bem o que muitos angolanos sentiram quando chegaram no Brasil pela primeira vez. O contacto com a sociedade brasileira serviu para desmistificar as expectativas que criaram em razão das informações, ou melhor, das desinformações que receberam sobre esse Brasil, antes da vinda deles.

Alguns dos estudantes entrevistados esperavam encontrar no Brasil uma situação social melhor do que a que viviam em suas regiões de origem; ao passo que outros já pensavam em alguma coisa muito pior. Penso que as vias pelas quais tiveram acesso às informações que tinham sobre o país anfitrião, permitiu-lhes variadas opiniões sobre um mesmo objecto que, na maior parte dos casos, não eram as mais fiéis.

O estudante Zezinho disse-me que se sentia extremamente indignado nos primeiros momentos em que chegou ao Brasil, por causa da grande desinformação das pessoas que o cercavam em relação a Angola, inclusive na universidade. Nesse caso, podemos dizer que, para muitas pessoas não-africanas, a África continua a ocupar o lugar do exótico onde prevalecem, na visão delas, apesar das mudanças que ocorrem nos quatro cantos do mundo, as marcas do “primitivismo”, do velho, do tribal, etc. Com esse tipo de olhar, os países africanos são, ainda, e quase sempre, igualados à savanas, aos safáris e, quando não, à barbárie.

Eu penso que cada um de nós, como ser humano, tem também um pouco de responsabilidade em tudo isso, a partir, é claro, das nossas pequenas posturas no dia-a-dia quando consentimos, repudiamos ou esclarecemos factos que contribuem para a construção (ou, quem sabe, para a destruição) da imagem de outras sociedades. Baseado nisso, creio também que é necessária que haja uma mudança radical de postura que nos permita estar abertos a conhecer os outros, tal como eles o são; afinal de contas ninguém é obrigado a

saber tudo sobre outros países; no entanto, também não é lícito falarmos do que mal conhecemos.

Já que nós estamos mergulhados em meio a um assunto que envolve sentimentos como, por exemplo, satisfação/insatisfação, expectativas, etc, não há nada mais apropriado para fazer, nesse momento, a não ser que nos remetamos a literatura sobre isso, para que possamos apontar algumas questões. Discutindo a situação dos migrantes em Brasília, sobre a satisfação, Pastore (1969:10) revela-nos que esse *é um 'sentimento positivo', ou seja, uma sensação favorável que aflora de um balanço entre "as expectativas" e "realizações" que os indivíduos possuem em determinado tempo e em situações sociais específicas.*

Nessa mesma linha de raciocínio, baseado-se em Morse (apud PASTORE, 1969), acrescenta ainda que *satisfação resulta do balanço entre "o que o ator deseja do mundo e o que ele obtém", mas a satisfação não pode ser considerada como um estado absoluto, como um fim em si mesmo, ou como um conceito definidor de condições exclusivas, como branco e preto.*

Sendo assim, para a estudante Lorena, por exemplo, o contacto com a situação social brasileira, marcada pela desigualdade entre ricos e pobres, constituiu *um choque muito negativo*, porque além de não ter esperado encontrar no Brasil tanta pobreza, a falta de beleza do local onde ficou hospedada deixou-a muito decepcionada, a ponto de querer voltar de imediato para Angola. É bom ressaltar aqui que pode ter sido também decisivo nessa sua desilusão inicial, as referências que tinha dos padrões estéticos das moradias de sua região de origem, visto que, essas referências estão entranhadas na cultura do indivíduo e, por sua vez, "fazem a sua cabeça" . No contacto com outras culturas ou outros padrões estéticos, entram em cena as dimensões (materiais, simbólicas, sociais e culturais) que a pessoa já possui em função de suas práticas culturais no local de origem o que lhe permite fazer julgamentos (aprovar ou reprovar) a respeito dos outros.

"vim para cá achando que viria encontrar aquilo que o meu avô nos contava, porque, quando ele saía daqui e ia para nossa casa, ele criou uma expectativa, uma imagem irreal e chegamos aqui, não era nada do que nos tinham dito. Também tem pobre. Uma coisa que eu nem imaginava. Muita pobreza. Depois, vê só, eu parei no Rio, vim para Belo Horizonte, saindo do Aeroporto de Confins você já começa a ver a realidade que nós em Angola não conhecíamos. Era noite, mas, mesmo assim, você já começa a ver e, quando

cheguei no Serra Verde... vi aquele prédio... tive vontade de voltar para o avião”.
(Lorena, 20.04.2001)

Esse depoimento remete-nos ao aspecto que já abordei nas páginas anteriores, quando me debruçava sobre as informações que esses estudantes tinham sobre o Brasil, mas isso permite-me também, como angolano, refletir um pouco sobre a qualidade dos productos culturais que consumimos no nosso país que, na ausência de outros concorrentes, os existentes tornam-se superpoderosos na formação de uma imagem deturpada da realidade de outras sociedades.

Ainda sobre esse mesmo assunto, o estudante Manito afirmou que, somente ao chegar no Brasil, é que conseguiu perceber coisas mais interessantes que ultrapassaram os limites daquilo que a mídia angolana veiculava e o que soube através dos colegas e amigos brasileiros. Aqui ele viu que havia pessoas que “brigavam” por valores mais dignos à diferença daquilo que conhecera antes do seu contacto real com a sociedade brasileira.

“Na verdade, a idéia que eu tinha em Angola era que a sociedade brasileira era assim. Andando um pouco pelo Brasil, a gente percebe que não é; existe uma minoria, uma elite financeira, que impõe determinadas condutas para o resto da sociedade... e a maioria das pessoas que não tem acesso ao ensino e à educação, mas têm acesso à mídia global segue essa conduta imposta pela minoria. Mas o Brasil é um lugar onde nós encontramos pessoas que brigam pela boa moral, pela boa conduta, pela ética”.(Manito, 16.08.2001)

A leitura de trechos dos depoimentos desses angolanos, leva-nos, de alguma maneira à percepção de que essas pessoas convivem diariamente com situações embaraçosas, proporcionadas pelo contacto inevitável com a sociedade brasileira, que precisam ser encaradas com seriedade, mas também com maturidade, para que possam tomar as atitudes mais adequadas a cada circunstância. Para meditar com maior tranquilidade sobre essas relações do sujeito autóctone com o migrante vou, mais uma vez, fazer incursão na literatura sobre migração, pois, como já frisei em outra ocasião nesse mesmo capítulo, apesar das grandes particularidades que cercam o grupo de estudantes em análise, ainda assim, há alguns conceitos dessa área que podem ser aplicáveis à pesquisa em questão.

É nesse sentido que tomei emprestado os estudos de PARK (1969), referenciados por COULON (1995), onde ele descreve o processo de desorganização-organização que

baliza as interações entre os grupos sociais autóctones e imigrantes nos quais distingue com finura quatro etapas desse processo sendo que cada uma delas representa um progresso em relação à precedente: 1) *a rivalidade*; 2) *o conflito*; 3) *a adaptação*; 4) *a assimilação*. Vou referir-me apenas aos dois primeiros, pois creio que são esses os que mais se aproximam à realidade da experiência desses universitários angolanos.

Segundo Park, *a rivalidade* é a forma mais elementar de interação, é universal e fundamental. [...] “é a interação sem o contacto social”. Caracteriza-se pela ausência de contacto social entre os indivíduos, factor que favorece o surgimento do conflito, da adaptação e da assimilação, etapas que, ao contrário da rivalidade, estão sob controle social.

Quanto à etapa que denomina *conflito*, ele diz que essa manifestação é inevitável quando populações diferentes são postas em presença. O conflito manifesta uma tomada de consciência, pelos indivíduos, da rivalidade a que estão submetidos. Enquanto a rivalidade é inconsciente e impessoal, o conflito, ao contrário, é sempre consciente e envolve profundamente o indivíduo. É um processo que sempre acompanha a instalação dos indivíduos em seu novo ambiente: “de um modo geral, pode-se dizer que a rivalidade determina a posição de um indivíduo na comunidade; o conflito atribui-lhe um lugar na sociedade”. (aspas autor)

Para terminar, eu diria que, por procederem de outras culturas e, portanto, estarem longe de suas comunidades de origem, onde não podem autorizar suas palavras como “pais da cultura” (Melman, 1992:10) em que habitam, isso leva esses estudantes angolanos a permanecerem, na terra dos outros, continuamente na condição de estrangeiros, fruto desses conflitos que balizam a interação entre nativos, e não nativos aos quais essas pessoas estiveram, estão e estarão enquanto permanecerem na terra dos **outros**.

Será que em meio a tudo isso, esses estudantes conseguem preservar ainda algum aspecto da cultura de suas comunidades de origem? Como é que isso acontece? Por quê? Essas questões serão continuamente discutidos nos próximos capítulos.

3.6 Valorização/desvalorização/revalorização de aspectos das culturas de origem

*“Eu sou duma geração em Angola que não falamos dialeto. Falar dialeto era coisa do quimbo então, quanto mais afinado fosse o português, melhor. Mas eu sempre vivi com minha avó materna, aliás, sempre tive muita ligação com os meus avós. Eu sempre tive a curiosidade de aprender o dialeto. Não falava muito, mas entendia. Eu cheguei aqui entendia muito mas não falava, até mesmo por uma questão de timidez porque quando eu falava alguma coisa para os meus avós, tios, eles tinham aquela gozação e diziam **ocemula**, quer dizer, não tem a ginga da coisa, não tem o sotaque perfeito. É como se fosse o inglês errado então, eu passei a não falar. Mas em casa sempre foi assim: a avó falava conosco em dialeto e nós respondíamos em português. Ela não precisava traduzir então, quer dizer, eu já entendia. Mas quando cheguei aqui no Brasil, com a própria cobrança dos brasileiros porque eles querem sempre saber se você fala outra língua; então, eu passei a procurar mais, passei a dar mais valor. Até mesmo porque o pessoal não quer que você africano chegue aqui e cante músicas em português. Ele quer te ouvir cantar em dialeto então, como é que você vai fazer? Você tem que procurar! Hoje eu já escrevo. Eu consigo escrever muita coisa em dialeto, mas é aqui que eu comecei a praticar isso. Hoje eu escrevo uma carta para o meu avô em dialeto. Claro que com muitos erros, mas eu escrevo”. (Lorena, 20.04.2001)*

Em Angola, os longos e penosos anos da colonização portuguesa em que os angolanos viveram impedidos de se manifestarem livremente, em relação aos seus pertencimentos étnico-culturais, foram sucedidos por um sistema monopartidário cujos pilares estavam voltados a *“reforçar e consolidar a unidade nacional com base nos princípios do socialismo científico, excluindo-se qualquer compromisso tribal, regional ou racial”*.

Com esses propósitos e na tentativa da busca da harmonia entre os nacionalmente iguais em direcção à construção de um país moderno e unido de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste como *“um só povo e uma só nação”*, muitas pessoas viram nas suas culturas empecilhos para a construção desse novo modelo pretendido, deixando assim de falar, aprender e/ou ensinar as línguas e outros costumes próprios de seus grupos étnicos.

Acerca dessa postura, a pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha (1986) avança que na África, das lutas de independência e pós-colonial, a etnicidade era vista como um empecilho à constituição de uma nação moderna e acusava-se o chamado tribalismo de

dificultar sua construção. Acreditava-se na benéfica influência das cidades, nas quais a vida seria regida por laços, principalmente contratuais - até que se descobriu que o chamado tribalismo não desapareceria nas cidades modernas africanas mas, ao contrário, tornaria-se cada vez mais forte. E, olhando à volta, começou-se a perceber que a etnicidade vigorava nos quatro cantos do globo terrestre e que era a hidra do século XX.

Ao se debruçar acerca do pertencimento à nação, Weber (1991, p. 275) esclarece que,

“a nacionalidade em seu sentido étnico corrente, comparte com o povo, a vaga idéia de que aquilo que se sente como comum tem sua base numa comunidade de procedência, ainda, que, na realidade, pessoas que se consideram pertencentes à mesma nacionalidade, não apenas ocasionalmente, mas com muita freqüência estejam muito mais distantes entre si, no que se refere a sua procedência, do que outras, que se consideram pertencentes a nacionalidades distintas ou hostis”.

Dessa forma

“a pertinência somente acontece entre comunidades contrárias quando existe, entre elas, algum objectivo comum que as aproxima ou, por alguma eventualidade, ocorra algo que seja acentuadamente significativo que concorra à aproximação dos contrários como, por exemplo, motivos políticos”.

No entanto, Weber adverte que “quando a aproximação acontece por motivos políticos, em geral, costuma manifestar-se de maneira negativa, como diferenciação ou desprezo ou, ao contrário, como medo supersticioso diante dos patentemente distintos”.

Mais adiante, Weber acrescenta ainda que,

Nas comunidades com essas formações, as pessoas que se distinguem das outras por seu hábitus externo, são simplesmente desprezadas – façam ou sejam elas o que queiram –, ou, ao contrário, são venerados de modo supersticioso quando constantemente se mostram

prepotentes e, sendo assim, nessas circunstâncias, a repulsão se torna um fato primário e normal.

Creio que agora já estamos em condições de entender melhor as palavras da Lorena, citadas logo no início desse item em construção, quando se dizia pertencer a uma geração que concebia as línguas maternas como subalternas, ou seja, inferiores à língua portuguesa, isto é, coisa do *quimbo*. Aliás, eu também sou dessa geração e, durante muito tempo, tive o mesmíssimo olhar para aquilo que eu considero como um dos melhores e mais preciosos patrimônios dos nossos povos: as línguas. Contudo, é bom ressaltar aqui que nos últimos anos tem havido, em Angola, um esforço no sentido de resgatar e valorizar as línguas nacionais através de um órgão do estado criado para esse fim que é o Instituto de Línguas Nacionais.

Mas como é que poderíamos ter um outro olhar para a nossa cultura, diante de um cenário como o que acabei de descrever? Talvez, somente a “saída da caverna” é que nos poderia dar condições de observar, à luz do dia, as belezas das nossas doces e ricas culturas angolanas. Pelo menos para esses sujeitos, ter saído de Angola possibilitou-lhes também desenvolver um outro olhar para as suas culturas de origem.

Nas palavras dos entrevistados, é possível perceber uma intensa necessidade de resgatar esses aspectos de suas culturas, pois, como bem esclarece Camila, para ela, é a manutenção dos laços com o país de origem que lhe permite reencontrar-se em meio a tantas vertentes sócio-culturais e é isso que lhe garante também a sensação de “ser alguém”. É importante, portanto, chamar a atenção para o facto de que o resgate cultural a que essas pessoas se referem não deve ser entendido aqui como o resgate de uma cultura que ficou petrificada no tempo e no espaço, mas sim como algo dinâmico e em constante transformação, como resultado do processo de *concertação das práticas, mas também das práticas de concertação*. (Bourdieu, 1983)

“... eu continuo mantendo esse laço com Angola porque é a única coisa que me dá a sensação de ser alguma coisa porque, que eu não sou brasileira eu sei; que eu não sou portuguesa eu sei; tive em Moçambique eu não sou moçambicana – apesar de ter adorado Moçambique – eu também tenho certeza. Eu tenho que ser alguma coisa... faz parte da minha identidade”. (Camila, 10.07.2001)

Isso leva-me a pensar que é a força do sentimento de pertencimento e da auto-affirmação da identidade que leva esses estudantes a buscar, nas suas origens, aquilo que pode proporcionar-lhes essa condição. Contudo, é importante, também, lembrar que esses procedimentos de resgate de aspectos de suas culturas de origem, em geral, eles não têm dia nem horário marcados para acontecer, ou seja, eles não fazem necessariamente parte de um processo intencional, mas sim na medida em que essas pessoas interagem de maneira espontânea entre si e/ou com outros grupos sociais, nos espaços públicos e privados (na universidade, em festas, em igrejas, em churrascos, em aniversários, em bares, parques, etc) na sociedade brasileira o que lhes possibilita ter a percepção de diferenças e identidades de uns nos outros e leva-os à construção de um novo olhar sobre si, suas origens e dos **outros**. É o viver e o conviver essas situações contraditórias que permite esse aprendizado das partes envolvidas pois, nessa interação, todos os aspectos concorrem para transformar esses sujeitos tanto de um lado (os angolano entre si), quanto do outro (entre angolano e os outros): a língua, as roupas, a comida, a música, as danças, os valores estéticos, a cultura escolar, etc.

No caso específico da estudante Lorena tenho a ressaltar que, para além do que já foi dito, ela admite ainda que o que contribuiu positivamente para o resgate dos aspectos de sua cultura de origem no Brasil foi também a vontade que ela tinha de escrever músicas em Umbundo – sua língua materna – o que fez com que ela recorresse aos meios disponíveis, como é o caso do hinário religioso, que continha letras de cânticos religiosos escritos em português e em umbundo. Também foi de extremo valor o incentivo produzido pelo convívio que tinha em casa com pessoas do mesmo grupo étnico, que a incentivavam a valorizar esses aspectos e, inclusive propiciavam-lhe momentos específicos no seio familiar, em que as pessoas contavam casos e contos em Umbundo procurando, dessa forma, reviver uma prática que é muito comum em várias regiões de Angola. Era, portanto, uma forma de recreação e também uma tentativa de preservação de aspectos da cultura de origem.

“Eu tenho um hinário que tem – o nosso hinário Adventista – numa mesma folha a letra em português e em umbundo, então eu procuro. Eu pergunto também ao meu tio: como é que se escreve essa palavra? E não só o meu tio incentivou muito isso, a falar muito umbundo em casa então, na época em que morávamos juntos aqui, falávamos mais umbundo do que outra coisa. Tínhamos aquelas noites de serão, de contar anedotas, o meu

tio gosta de tudo isso". (Lorena, 20.04.2001)

No entanto, o estudante Manito admite que não tem sido muito fácil para ele manter sua identidade como angolano no Brasil porque *ao mesmo tempo em que a pessoa é aplaudida, dependendo do meio, também é cerceada*, pois

"quando a gente começa a se destacar muito, dependendo do meio, isso começa a incomodar (...) O mais importante é que a gente não incomode muito; que as pessoas não percebam isso como uma tentativa de ocupações de destaque na sociedade brasileira, mas elas perceberem que isso visa buscar uma posição de destaque, se for o caso, no contexto angolano ou africano e nunca aqui, mas se perceberem que é destaque aqui no Brasil, isso vai criar incômodo e vai criar mal estar".(Manito, 16.08.2001)

Ainda sobre isso, a estudante Lorena concorda também com o colega, quanto à complexidade desse processo de valorização da cultura de origem diante de um cenário que lhe exige o tempo todo as duas ações: a qualificação e a desqualificação desses mesmos aspectos.

"Olha é difícil, mas eu procuro ter sempre a minha identidade. Eu tenho sempre na minha cabeça que eu não sou brasileira; então, se eu não sou brasileira eu não tenho que agir necessariamente como brasileira. Claro que, em algumas circunstâncias, você precisa, mas é complexo. Por exemplo, na questão do português, na questão do vestuário, da comida também... tem comidas brasileiras que eu não engulo até hoje". (Lorena, 20.04.2001)

É precisamente nessa complexidade que residem as vantagens e as desvantagens desses processos que balizam – lembrando aqui as palavras de PARK – as interações dos sujeitos autóctones com os imigrantes, pois enquanto estes não alcançarem o estágio de *assimilados* no qual subentende-se que venham a viver, a vestir, a sentir, a comer, a beber, etc, como os próprios nativos, essa tensão continuará a fazer parte dessas relações que poderão ser de convivência verdadeira, de tolerância, de valorização/desprezo ou, simplesmente de repulsa.

Para terminar, eu diria que esses estudantes angolanos da UFMG vivem constantemente numa situação de conflito a propósito de suas identidades, no qual eles têm que procurar conciliar-se entre o ser africano, o ser angolano, o ser angolano de uma certa província de Angola, o ser de um determinado grupo étnico ou de nenhum deles e, além

disso tudo, ter que viver ainda com a dimensão da fronteira entre as culturas brasileiras e as não brasileiras.

4 A VIDA DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE

4.1 Introdução

Esse capítulo está subdividido em três partes que se complementam entre si para garantir a noção de um *corpus* que vem caracterizando esse trabalho desde o seu começo.

Na *primeira parte* começarei por dissertar acerca dos primeiros contactos desses estudantes angolanos com a universidade e da ação de seus conterrâneos nesse momento que é também significativo, tanto para os veteranos, quanto para os novatos, já que ambos só têm a ganhar nesses contactos primários. No primeiro caso, o veterano poderá obter informações mais recentes do país e até saber de seus familiares, se for o caso. O novato, por sua vez, terá a oportunidade de ouvir do veterano sua experiência de vida no Brasil e receber conselhos que lhe poderão ser úteis ao longo do seu percurso formativo. Esses contactos iniciais possibilitam, também, dentre outras coisas, as trocas lingüísticas entre os conterrâneos (veja acerca disso no Capítulo 6). Ainda nessa parte, falarei também das relações de convivência desses estudantes angolanos com a comunidade escolar universitária, particularmente com professores e outros alunos, o que possibilitará colocar em evidência as culturas escolares.

Na *segunda parte* enfocarei as relações raciais no interior da universidade e fora dela. Também, nesta parte, abordarei as interações entre os estudantes angolanos, isto é, as aproximações e distanciamentos no interior dessa comunidade, assim como os motivos que favorecem e desfavorecem tais práticas.

Na *terceira e última parte* falarei, no início, especificamente das lições de vida que esses estudantes absorveram para as suas vidas no âmbito pessoal e profissional, ao longo de suas trajetórias no Brasil. Ainda no interior desse item, farei também uma pequena explanação sobre as experiências religiosas desses universitários angolanos no Brasil e em Angola, mas com o enfoque prioritariamente voltado para o Brasil.

Para encerrar a *terceira parte* e, conseqüentemente, o capítulo 4, tentarei elucidar algumas diferenças e identidades que marcam a vida de homens e mulheres angolanos, nessa

experiência como estudantes no exterior. No entanto, vale adiantar que essa dimensão da vida desses estudantes angolanos não foi o suficientemente explorada no trabalho, pelo que a análise que farei não será profunda. Ela será limitada às informações que possuo.

PRIMEIRA PARTE

4.2 Os primeiros contactos do estudante angolano com a universidade: a recepção

Creio que a mudança de nível de escolaridade, em qualquer cultura de tradição moderna, cria expectativas no sujeito e, quando se trata da entrada para a universidade não é diferente; pelo menos foi o que eu senti. Mas quando o caso envolve, além disso tudo, também a mudança de país, com todas as conseqüências resultantes disso, creio que a tensão é ainda maior. Foi, portanto, pensando nisso que resolvi falar um pouco das vivências desses angolanos nos primeiros contactos que tiveram com a UFMG, no que concerne à recepção dos mesmos.

Conforme já elucidado em outras ocasiões, há entre esses estudantes aqueles que ingressaram por meio dos convênios (PEC-G, PEC-PG e RP) assim como os que o fizeram através dos Exames de Selecção. Pelo que percebi nos depoimentos deles, existem certas diferenças nos contactos iniciais com o *campus* universitário, em função da forma de entrada à universidade e que, por isso, vale a pena ressaltar isso aqui.

Devido às circunstâncias que cercam a chegada à universidade dos estudantes do PEC-G e do PEC-PG creio que eles são, dentre todos, os que vivenciaram situações de maior dificuldade nesses primeiros contactos com a universidade, já que se juntou à desinformação que traziam da realidade do país anfitrião, a política da instituição que os recebeu mostrou-se, na altura, pouco eficaz, conforme aparecerá explicitado nos depoimentos dos próprios estudantes.

Não se pode dizer que os estudantes que entraram por outras modalidades não enfrentaram situações similares, pois, na minha opinião, a longa estada destes, no Brasil, não elimina totalmente a condição de estrangeiro que esses alunos carregam em si. Isso quer

dizer, também, em outras palavras, que a vulnerabilidade do estrangeiro, diante dos conflitos implicados na interação cultural, são contínuos ao longo da sua permanência *na terra dos outros*.

No que concerne a recepção que esses estudantes receberam ao chegar no Brasil, um dos que ingressou via PEC-G assegurou ter pensado que encontraria, na UFMG, uma estrutura de recepção de estudantes igual à que recebeu quando foi estudar na extinta República Democrática Alemã-RDA.

“Olha, o contato aqui com a Universidade, para mim, foi um choque porque a idéia que eu tinha, a princípio, é como se fosse nos tempos da experiência que eu tive na então RDA. Quando a pessoa chegava era bem acolhida... enfim, teria um alojamento próprio... enfim, o que não aconteceu. Então, para mim, foi um choque”.(Zezinho, 29.05.2001)

Talvez seja necessário, agora, tentar esclarecer um pouco como é que o estudante angolano do PEC-G e PEC-PG chega até a universidade brasileira, para que possamos entender melhor o por quê considere esse grupo como sendo o mais sofrido nessa experiência inicial.

Os angolanos que vêm para o Brasil por essas vias, sabem, de antemão, o nome da instituição para onde vão, pois trazem consigo toda a documentação fornecida pelas autoridades diplomáticas brasileiras no país de origem, dentre a qual se inclui o visto de entrada no Brasil, que comprova a condição de estudante-convênio, para facilitar a sua legalização.

Como o desembarque aéreo é feito, normalmente, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro partem, em seguida, de avião ou de autocarro para outros Estados; a grande maioria desses estudantes optam pelo transporte terrestre, por ser mais barato.

Foi assim que, no meu caso, por exemplo, que estava alocado no Estado de Minas Gerais, pensando em economizar o pouco dinheiro que possuía, tomei o autocarro que saía à meia noite do Rio de Janeiro e que chegava ao amanhecer a Belo Horizonte, já que eram apenas seis horas de viagem. Decidi viajar nesse horário porque me parecia ser mais seguro chegar, durante o dia, numa cidade desconhecida, do que à noite; mas, para minha surpresa, nada disso impediu que fosse assaltado no mesmo dia em que cheguei a Belo Horizonte: levaram-me todo o dinheiro que até então tinha economizado com todo o esforço. Até hoje,

lembro-me disso com muita tristeza e, às vezes, prefiro pensar que aquilo não passou de um pesadelo de um dia que, por coincidência, era uma Sexta-feira, não 13, mas sim 11 de Março de 1994.

Ao chegar a Belo Horizonte – seja pelo terminal rodoviário ou pelo o aeroportuário – o estudante que não tem um conhecido que o receba, em seguida apanha um táxi e pede ao motorista que o leve ao hotel mais próximo do local onde estiver, ou então, o mais próximo à universidade.

No meu caso nem precisei apanhar um táxi porque, tão logo desci do autocarro, apareceu-me uma pessoa que se ofereceu para carregar a minha bagagem e que dizia conhecer também hotéis com valores ideais para estudantes, tal e qual era a minha condição. Naquele momento era tudo o que eu precisava: uma pessoa que pudesse dar-me alguma orientação.

Normalmente depois de acomodarem-se em algum lugar na cidade, essas pessoas procuram a universidade para oficializarem suas chegadas e obterem a documentação complementar para a legalização da permanência deles no Brasil, através da Unidade da Polícia Federal-PF órgão oficial do governo brasileiro que regula a permanência de estrangeiros no país.

Nesse momento de chegada, em que o sujeito está vulnerável às ações dos marginais e aproveitadores, um período também cheio de certezas e incertezas, alegrias e tristezas que exige do estudante, de um lado, o cumprimento do dever de estudante, ou seja, aquilo que PERRENOUD(1995) caracterizou por *ofício de aluno* e, do outro lado, o enfrentamento das dificuldades próprias do acesso ao novo, ao desconhecido, é que o papel da instituição anfitriã deveria ser mais visível, no que tange à recepção e orientação dessas pessoas como bem ressaltou o estudante Filipe, em tom de desabafo, no seu depoimento.

“... eu sempre discuti com os meus colegas que o país tinha que velar por esses pontos todos porque imagine que a pessoa não encontre ninguém numa certa cidade... ele está lançado à sorte. Tudo pode acontecer com a pessoa porque ela não conhece ninguém! Acho que, dentro dos convênios, tinha que haver necessidade de, pelo menos, um pouco de responsabilidade da parte das universidades; ter alguém, pelo menos, para recepcionar as pessoas, dirigir em bons lugares, dizer não: tem que ficar nesse ou naquele lugar para que nos 1.ºs momentos a pessoa se adapte. Então a pessoa fica assim: no alheio! Aqui você vem, chega e se vira!”. (Filipe, 29.05.2001)

Para tentar resolver esse e outros problemas que assolavam os estudantes estrangeiros da UFMG, essa instituição promoveu, em 1998, a Primeira Jornada do Estudante Estrangeiro, que contou com a presença de dirigentes da própria universidade, da PF, do Ministério da Educação brasileira vindos de Brasília e de outros organismos que se fizeram representar no evento.

Nesse encontro os estudantes estrangeiros de diversas nacionalidades ressaltaram, dentre outros factos, a falta de estrutura da universidade para recepcionar, com o mínimo de zelo possível, os estudantes estrangeiros que chegam anualmente para estudar nas unidades escolares da UFMG. As frases retiradas do depoimento da estudante Manuela soam como apelo e resumem bem, parte do que foi discutido nesse encontro.

“Houve um encontro para estudantes estrangeiros que foi, se não me engano, há dois anos atrás, no qual nós levantamos uma série de questões em relação ao estudante-convênio; uma delas era com relação à recepção. Chegamos aqui desorientados e sem ninguém que nos receba. A universidade devia olhar por isso. Ver dentro dos estudantes estrangeiros que estiverem na universidade alguém que possa receber os estudantes quando chegarem; orientá-los a princípio. Que eles organizem alguma coisa nesse sentido.”(Manuela, 14.06.2001)

O DRCA é, normalmente, o primeiro ponto de contacto do estudante estrangeiro que chega a universidade, pois é lá que ele se registra para tornar-se oficialmente aluno da instituição. Lá, ele recebe as orientações preliminares que o ajudam a se locomover na universidade, recebe o Manual de Estudante-convênio – livro que contém as normas que regulam a vida do estudante-convênio – e já sai munido também da documentação complementar para que possa apresentar-se ao departamento da PF local, conforme já disse atrás.

Creio que vale a pena pararmos por alguns instantes, para que possamos ressaltar um dos aspectos que, a meu ver, às vezes não é visto pelas pessoas que recebem esses estudantes, como sendo uma das dificuldades que eles podem enfrentar no local de estudos ou, pelo menos, não é visto com muita seriedade e dá-se prioridade a outros aspectos: refiro-me ao reconhecimento do espaço e à locomoção nele como algo conflituoso, pois a

percepção do espaço como uma dimensão simbólica também é direcionada e permeada pelo viés dos referenciais culturais de cada pessoa.

Sendo assim, houve casos de alguns estudantes que, mesmo depois de terem recebido as orientações acerca do percurso que deveriam fazer para chegar à PF, a fim de resolverem questões ligadas a sua permanência no Brasil, ao tentarem chegar ao local seguindo as informações do DRCA da UFMG, não conseguiram e, para solucionar o impasse, tiveram que recorrer aos seus conterrâneos (Falarei do papel dos conterrâneos no próximo item).

“ o DRCA deu orientação com relação a documentação junto à PF e nos explicaram o que é que nós tínhamos que fazer, mas só que não nos disseram qual era o ônibus que ia para a PF...(risos) Na altura nos disseram: tem aqui um angolano e ele pode vos orientar mais... não sei quantos. Esperávamos que essa orientação, com relação a essa deslocação dentro da cidade, viesse do DRCA ou que tivessem lá um mapa que nos orientasse melhor, porque o nosso conterrâneo não podia estar conosco também porque ele trabalha; não podia andar conosco por todo quanto é lado. Nesse sentido, o DRCA não ajudou”.(Manuela, 14.06.2001)

A minha intenção ao referir-me a esse episódio que aconteceu com a estudante Manuela e que pode ter ocorrido também com outros, não é nada mais que uma forma que encontrei para elucidar, mais uma vez, essa condição permanente de estrangeiro, que já começa desde sua chegada no Brasil, continua na entrada à universidade e que o leva a um estado de vulnerabilidade, de fragilidade e de quase total “incapacidade”, até para fazer coisas que podem parecer muito simples para os nativos, como é o caso, por exemplo, da percepção e da locomoção num dado espaço físico.

Outrossim, isso também ajuda-nos a entender que para ser uma instituição acolhedora de estudantes estrangeiros não basta a disponibilização da vaga nos cursos; significa, sobretudo, perceber essas pessoas na sua integridade, como agentes culturais que têm muito a contribuir com os nativos, na construção de identidades sócio-culturais, mas que também são desprovidos de certos saberes e que precisam adquiri-los para garantir sua própria sobrevivência *na terra dos outros*.

Não é que essas pessoas sejam pueris a ponto, por exemplo, de não saberem peregrinar na cidade, pois o facto é que, apesar das nossas sociedades terem o seu dia-a-dia

baseado em rituais inerentes às sociedades modernas, as dinâmicas impressas pelos sujeitos em cada uma delas, a meu ver, obedecerão características específicas daquele lugar, às quais o estrangeiro terá que se adaptar e isso requer um certo investimento dos dois lados: do lado do nativo e do lado do estrangeiro. Quando falo em dinâmica das cidades em sociedades modernas, refiro-me às ações próprias de uma rotina como, por exemplo, o corre-corre das pessoas, o fluxo do trânsito de veículos e pedestres, o confiar ou não nas pessoas em sua volta, saber onde pode ou não deve permanecer, os horários dos transportes públicos, enfim, coisas desse tipo, que o nativo domina e que ao estrangeiro são desconhecidas e que precisam ser apreendidas para tornar a sua vida menos complexa *na terra dos outros*.

Creio que agora já é possível entender melhor o por quê eu disse, no início, que esses estudantes são os que vivenciaram, na minha opinião, experiências mais duras nos primeiros contactos com a universidade, pois, como podem ver, a eles tudo era novo, inclusive aquilo que parecia ser muito simples para os moradores da cidade. Ou seja, juntou-se, ao novo, o inesperado e a desinformação, o que os diferencia dos estudantes das outras modalidades (RP e Exames de Seleção) que já chegaram à universidade depois de algum tempo de vida no Brasil. Mesmo assim, acredito que esses também tenham tido, naturalmente, os seus instantes de tensão e de estranhamento dessa nova conjuntura, mas que, nesse momento específico da entrada à universidade, isso já não constituía um grande problema, porque a convivência anterior com a sociedade brasileira já lhes tinha dado as ferramentas que precisavam para estabelecerem esses percursos iniciais na universidade, com maior segurança que os outros, para os quais, até a sua língua portuguesa soava “*esquisita*” para os nativos, o que desfavorecia, desde já, a eficácia na interlocução com eles. (Para maiores informações sobre os contextos e o uso da língua portuguesa por esses estudantes, ver o capítulo 6).

Em situações como essas, o que normalmente amenizava a angústia dessas pessoas era a presença dos conterrâneos e é sobre o papel deles que falarei no próximo item, pois eles não atuam só como guias turísticos, mas também como amigos, conselheiros, ajudam a conseguir moradia, a preveni-los dos perigos, ajudam na reconstituição das identidades, etc.

4.2.1 A função dos conterrâneos nos primeiros contactos do estudante angolano com a universidade e outros espaços

As relações entre Brasil e Angola, são históricas e datam de longo tempo, isto é, desde a época em que ambos eram ainda colônias de Portugal. Após a Proclamação da Independência angolana, essas sociedades produziram, a meu ver, laços mais profundos, estáveis e duradouros, pois, como já disse, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a Independência de Angola. Creio que isso favoreceu na vinda de angolanos ao Brasil, tanto para fins de estudos, como também para estabelecerem suas moradias, seja com carácter temporário ou definitivo. Dados da Embaixada angolana no Brasil em 2000, indicam que existem 4.414 angolanos no Brasil e a maioria(2.319) vive no Rio de Janeiro.

No estado de Minas Gerais há cerca de 500 angolanos e, em Belo Horizonte, esse número atingem a marca dos 160 indivíduos – esses últimos dados foram-me fornecidos pela ASAMAN que os adquiriu na PF no ano 2000; são números aproximados e englobam tanto estudantes como, também, não estudantes angolanos.

Apesar desses números indicarem a presença de angolanos no Brasil, não é sempre que o estudante angolano novato tem a sorte de encontrar, no local de estudos, logo na sua chegada, um conterrâneo que possa dar-lhe alguma orientação inicial – exceptuando-se os casos em que já o tenha conhecido antes da sua vinda ao Brasil ou tenha vindo com alguma referência –, mas quando esse contacto acontece, ainda que seja com uma só pessoa do grupo das que estão no terreno, criam-se grandes possibilidades de contactos com os demais angolanos, que residam naquela cidade, por causa das redes de comunicação e sociabilidade existentes entre eles, que favorecem, em pouco tempo, a propagação da notícia e, com isso, promover também um despertar à simpatia e à solidariedade no grupo para com o recém-chegado.

O novato é convidado, aos poucos, para conhecer a residência de uns e de outros, nisso ele toma ciência dos angolanos existentes no local e também de outros africanos que, porventura estudem na mesma faculdade. Nesses contactos, normalmente é informado das possibilidades reais de conseguir casa para morar, questão essa que é, como bem disse o estudante Zezinho, “*o grande bico de obras para nós*” estudantes estrangeiros em razão das

exigências feitas por parte das imobiliárias e/ou proprietários de imóveis como, por exemplo, a presença de avalistas com imóveis quitados na cidade, condição sem a qual não é permitido alugar residências.

Por esses e por outros motivos é que o contacto do recém-chegado com os outros angolanos, além de todos os benefícios que isso trás, como, por exemplo, a segurança de estar próximo a pessoas com as quais compartilha-se, aparentemente, as mesmas origens, pode também abrir perspectivas interessantes em relação a conseguir moradia, pois há sempre alguém desejoso em dividir sua residência com outras pessoas, a fim de diminuir os encargos financeiros e é através dos contactos com os conterrâneos que é possível saber disso.

Contudo, é bom deixar claro aqui que essas relações que se estabelecem no momento da chegada entre novatos e veteranos, ou entre novatos e novatos, muitas delas não perduram por muito tempo por causa de outros factores que, aos poucos, minam a convivência dessas pessoas dentro do grupo. Porém, não há como não reconhecer que, a princípio, os conterrâneos mostram-se dispostos a ajudar em tudo o que for necessário com o que estiver ao seu alcance. (Mais detalhes do convívio dos angolanos entre si, cf o item 4.3.1)

O estudante Zezinho, por exemplo, ressaltou, com clareza, no seu depoimento, que a presença dos conterrâneos possibilitou-lhe uma melhor orientação e que, segundo ele, não podia imaginar como é que foi a vida daqueles que chegaram aqui sem alguém que lhes pudesse dar uma ajuda nesse sentido.

“Pena que já existiam aqui algumas raízes, isso em função de certos compatriotas meus que estavam aqui que puderam me dar uma linha de orientação para que eu pudesse não me perder. Eu imagino os que tiveram aqui antes, acho que foi extremamente difícil. Se para mim foi difícil, para eles foi muito mais”. (Zezinho, 29.05.2001)

Outro estudante, que também afirmou ter encontrado, num dos conterrâneos de sua região de origem, o “porto seguro”, para ancorar-se quando chegou a Belo Horizonte, foi o Filipe, pois ele foi a pessoa que o recebeu e, junto com outros colegas, deu-lhe as diretrizes fundamentais para que pudesse solucionar as questões eminentes à sua permanência, alojamentos e os contactos com o campus universitário.

“Ele foi a pessoa que me recebeu pela primeira vez, e fez companhia durante os primeiros dias que a gente foi tratando os problemas lá na Polícia Federal e lá na Universidade; ajudou muito porque nós chegamos, praticamente, ele é que nos encaminhou, nos primeiros dias, nos mostrar os alojamentos – pensão onde nós ficamos –, nos mostrou o Campus, aquela coisa toda...” (Filipe, 29.05.2001)

Já o estudante Manito, afirmou que apesar de ter conhecido muitos brasileiros em Angola que – lembra ele – em seus discursos, lá, incentivaram, inclusive, sua vinda para Brasil e, além disso, a indicação que tinha do Alto comissariado da Nações Unidas para Refugiados-ACNUR e da Cruz Vermelha Internacional, não foi o suficiente para prescindir-se da ajuda dos conterrâneos, pois foi graças ao acolhimento dado por eles e de outras instituições como, por exemplo, a Igreja, que pôde amenizar seus problemas nos momentos em que precisou de auxílio.

“Quando a gente saiu de Angola para aqui, tentamos alguns contactos com essas pessoas, não obtivemos resposta e, outra coisa, o discurso desse pessoal em Angola é um: incentivam, inclusive, a saída de pessoal para aqui mas, quando se chega no Brasil, a situação é outra. O discurso é outro. As condições são outras e aí tem que partir para outras ajudas. Se bem que quando eu saí de Angola, eu já saí com indicações do pessoal do ACNUR, da Cruz Vermelha Internacional mas, mesmo assim, não foi o suficiente; não foi o bastante e os conterrâneos que estão aqui e outras instituições é que tiveram que me receber porque as pessoas que eu conheci em Angola não me serviram para nada aqui. Não me serviram para nada”. (Manito, 16.08.2001)

Quanto ao apoio que recebeu dos conterrâneos, nos seus primeiros instantes em Belo Horizonte, Manuela destacou que, apesar de não ter, na altura, nenhum conhecido seu aqui, o angolano que os recebeu – um amigo da família de um de seus colegas de viagem – foi muito atencioso e lhes cedeu toda a ajuda possível e, inclusive, alojamento onde morou por algum tempo, conforme expressam suas próprias palavras.

“[...] a pessoa que nos recebeu foi muito paciente. Nos recebeu bem do jeito angolano com aquela recepção, instalação, orientação para tratar os papéis junto à universidade, Polícia Federal, se mostrou aberto para qualquer coisa que nós precisássemos. Ficamos um mês em casa dele, por conta dele, e depois é que eu fui para uma pensão para meninas e o meu colega foi para um outro lugar. Sempre que possível ele está em contacto conosco para saber como é que nós estamos. Ele é quem foi, bem dizer, o meu salvador da pátria aqui”. (Manuela, 14.06.2001)

Ainda sobre isso, pode-se perceber também, nas palavras da Lorena, o reconhecimento pelo apoio que recebeu de seus conterrâneos, pois, segundo ela, a presença deles em Belo Horizonte foi crucial, porque foram eles que deram toda a estrutura, toda a orientação e todo o apoio quando ela chegou.

Em todos esses casos é bom lembrar que essas pessoas, às quais eles se referem como referências de suporte nos primeiros momentos de sua chegada, não são, necessariamente, pessoas que vieram para estudar, ou que estejam no Brasil nessa condição. Podem ser estudantes ou não, isto é, estudantes ou imigrantes de carácter temporário ou definitivo.

Essas redes de sociabilidade e solidariedade entre esses angolanos em Belo Horizonte também são favorecidas pelas instituições, criadas no seio da comunidade, também para esse fim, como é o caso da ASAMAN(Associação dos Amigos de Angola) e da ARAB(Associação dos refugiados angolanos no Brasil), que contribuem, com suas ações, para a aproximação desses angolanos residentes em BH e nas cidades circunvizinhas, formando, assim, uma grande família. Da primeira associação, a participação é aberta a todos os que o desejarem (africanos em geral, angolanos, brasileiros, etc), mas na última, apenas os que ostentam a condição de exilados dela participam.

Para terminar, diria que a presença de pessoas da comunidade de origem no local de estudos, tem uma relevância significativa, para esses estudantes, porque isso possibilita, não só esse acolhimento primário, mas também reforça os sentimentos de pertencimento ao grupo, o que ajuda, também, no processo de valorização/revalorização de suas culturas de origem. Como já vimos, esse é um momento em que essas pessoas sentem-se vulneráveis e frágeis, em função da sua condição permanente de estrangeiros; então, encontrar alguém que seja ligado às suas origens, que pode ser um angolano (resguardando as especificidades da complexidade dessa sociedade), ou um africano, é uma grande satisfação para essas pessoas, pois no interior dessas comunidades as duas qualificações andam juntas o que torna indivisíveis essas identidades.

4.2.2 A convivência dos estudantes angolanos com os professores e outros alunos

Como se trata de uma convivência entre seres humanos temos que lembrar, de antemão, que ela poderá balizar-se também por conceitos, preconceitos, desejos, expectativas, pela cultura e práticas escolares das instituições, enfim, esses e outros factores próprios dos relacionamentos humanos que podem exacerbar-se, neste caso, em razão do distanciamento que os sujeitos envolvidos têm de sua cultura de origem, até mesmo por mecanismos de defesa e de auto-afirmação da identidade que, querendo ou não, podem influenciar, acredito eu, na relação entre os angolanos e os **outros**.

Os sujeitos dessa pesquisa, como já foi dito, procedem de outros contextos culturais e, com base nisso, se entendermos as práticas e culturas escolares conforme os definiu FRAGO (2000:100), como sendo “el conjunto de ideias, princípios, critérios, normas y prácticas sedimentadas a lo largo del tiempo en las instituciones educativas: modos de pensar y de actuar que proporcionan a sus componentes estrategias y pautas para desenvolverse tanto en las aulas como fuera de ellas – en el resto del recinto escolar y en el mundo académico – e integrarse en la vida cotidiana de las mismas” podemos deduzir que esses indivíduos estão propensos a ter comportamentos diferenciados dos **outros**: os nativos.

As práticas e culturas escolares vistas dessa forma, como inerentes às instituições escolares onde são produzidas, pode levar-nos a reforçar a idéia de que esses angolanos que vieram estudar na UFMG tiveram que adequar-se ou não – a inadequação pode trazer conflitos – a esses aspectos também, visto que os professores e alunos ali encontrados já participavam ativamente na construção desse espaço e de si mesmos, por meio da interação contínua com as normas e princípios locais e que, ao longo do tempo, sedimentaram-se.

Essa definição de FRAGO(2000) traz-nos também uma noção de que a cultura escolar é algo que é construído ao longo do tempo, ou seja, há um investimento – que pode ser físico, intelectual, temporal, etc – para que se possa falar em cultura duma instituição. As pessoas que fazem parte desses estabelecimentos e as que possam vir a pertencer-lhes são, de certa forma, conduzidas a adotarem essas práticas como suas, sob o risco de serem

rotuladas como “os diferentes”, “os calados”, “os certinhos” e, até mesmo, os “estrangeiros”, por quê não?!

Em outras palavras, poderia dizer que a cultura de uma instituição exige que o seu integrante “vista a camisa” da equipa e dance conforme o ritmo da música entoada. Só que até chegar a esse ponto, o novo integrante, provavelmente, já teria passado por vários constrangimentos inoportunos.

Certamente, quem já teve como aluno e/ou colega de sala um estudante angolano sabe muito bem o que estou a dizer, pois pode ter percebido que, durante as aulas, a maior parte do tempo, quase sempre ele se mantém quieto no seu lugar e, evitando ao máximo aqueles movimentos de vai e vem na sala, conversas paralelas, falar sem ser autorizado pelo professor, enfim, posturas essas que com o andar do tempo ficam, a meu ver, menos marcantes, ou seja, vão ficando menos marcantes e outras ocupam o seu espaço. É claro que não podemos generalizar essas posturas a todos os estudantes angolanos da UFMG, pois comportamentos como esses, além de serem fruto de uma cultura, também guardam, na minha opinião, uma estreita relação com as particularidades de cada sujeito: seu temperamento, sua educação, sua história de vida, seus temores, seus desejos, etc.

Esse comportamento dos estudantes angolanos muitas vezes causa espanto, por parte dos professores e dos outros alunos, que chegam a demonstrar, inclusive, preocupação por isso. Se pudéssemos olhar por dentro da *cultura escolar* angolana, perceberíamos que o comportamento desses estudantes não é mais do que o reflexo daquilo que se vive em várias esferas da sociedade angolana e até mesmo na escola, onde o aluno, diante do professor, geralmente, só deve proferir a palavra ao ser autorizado a fazê-lo, aliás, como bem ressalta FILHO(2000) “*a escola é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo*”, ou seja, há uma tendência a reproduzir-se na escola o que se vive fora dela, pelo que, em Angola não seria diferente.

A perda desses costumes por parte dos angolanos leva-me a pensar em outras palavras do FRAGO(200:99) onde ele diz que “*el espacio y el tiempo escolares no sólo conforman el clima y cultura de las instituciones educativas, sino que también educan*” o que faz crer que esses estudantes têm, aos poucos, “vestido a camisa” das instituições das quais participam, na mesma medida em que incorporam, também, outros aspectos que

perfazem a cultura brasileira, conforme expressos pelos depoentes como, por exemplo, a *espontaneidade*, a *simplicidade*, a forma de falar, a forma de escrever, a forma de vestir, enfim, tudo isso sem nunca superar, nem anular, a sua condição de estrangeiro. Da mesma forma, penso eu e, como bem esclarece GOMES(1996:88), “*isso nos mostra também que como processo, a construção da identidade não é estática, antes se modifica em função da convivência entre os sujeitos, a partir das relações sociais e de sua inserção no mundo*”.

Em relação à maneira de ser dos brasileiros, que a estudante Lorena caracteriza no seu depoimento por ser simples e espontânea, quando a indaguei sobre o que achava da relação professor-aluno nas escolas por onde havia passado no Brasil, disse-me que achava ser muito boa o que diferia, na sua opinião, das do nosso país onde o orgulho e a exaltação do “eu” tomam conta dessa relação tornando-a muito tensa e extremamente hierarquizada. E acrescente: *Você vê o seu professor, você chama de doutor? Não! Você chama pelo nome!*

Se, de um lado, a estudante Lorena ressalta essa convivência entre professor-aluno nessas bases como sendo algo positivo como, por exemplo, dirigir-se ao professor pelo nome pessoal ao invés de referir-se primeiramente à sua função, o estudante Filipe afirma que teve muitas dificuldades em fazer a mesma coisa, ou seja, dirigir-se aos seus professores(as) diretamente pelo nome pessoal sem antes fazer menção à sua função: dizer *professor fulano* ao invés de dizer apenas *fulano* como o faziam os seus colegas brasileiros.

Estamos, mais uma vez, imersos nesse campo denso de relações culturais que permeiam essa pesquisa e seus sujeitos onde também as culturas escolares que configuram as sociedades angolana e brasileira entram em conflito e fazem com que as pessoas que carregam a condição de estrangeiros precisem saber decidir quais os procedimentos mais adequados para não perderem suas características originais, mas também para que não sejam vistos como os “diferentes”, ou os “esquisitos”, em meio aos demais estudantes. Conforme mostrei no capítulo anterior, essa questão da valorização/desvalorização/revalorização dos traços culturais, constitui um processo cheio de conflitos e, às vezes, muito doloroso; porque, o tempo todo, a pessoa precisa equilibrar-se entre o sim e o não; entre o preservar e o não preservar seus traços culturais diante do olhar dos **outros** que, ora qualificam, ora desqualificam suas características.

“... o professor a gente respeita como professor e, ao invés de chamar pelo nome, a gente chama de professor. Então acho que aquilo foi um impacto enorme, não só do meu lado, mas todos nós angolanos, que viemos pela 1.ª vez, porque não estávamos acostumados a aquela coisa de chegar: oh fulano... estávamos acostumados de chegar assim: professor... professora... aquela coisa toda. É muito difícil porque até hoje eu não consigo chamar o professor pelo nome dele”. (Filipe, 29.05.2001)

Essa revelação não começa nem acaba no simples facto de chamar ou não o professor diretamente pelo seu nome. A grandeza desse facto atinge dimensões maiores e que podem, inclusive interferir, direta ou indiretamente, no rendimento acadêmico, no seu convívio com os colegas e na sua relação com os professores, pois isso é algo que está entranhado no mais íntimo dessas pessoas e já faz parte dos rituais que configuram suas práticas sociais no país de origem.

Pode-se dizer que a relação *professor-aluno* no Brasil é descrita, pela maioria dos entrevistados, como sendo uma relação que é caracterizada por cordialidade sem, com isso, rejeitar o profissionalismo que deve pautar nesses contactos. Há, no entanto, uma estudante que discorda parcialmente dessa afirmação de convívio cordial entre ela e seus professores na escola.

É importante esclarecer que essa relação professor-aluno, vista como sendo cordial por alguns desses estudantes angolanos, nem sempre se caracterizou assim no Brasil. Isso tem a ver também com o momento atual da sociedade brasileira e, talvez, num campo mais restrito, às peculiaridades de cada docente.

De acordo com SAVIANI(1995), em função de mudanças ocorridas no âmbito sócio-econômico e político mundial, no Brasil, essa relação sofreu também transformações que interferiram no processo educativo como um todo, inclusive na atuação dos professores e dos alunos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. É importante ressaltar, também, que a emergência das teorias pedagógicas (*Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova ou Pedagogia Tecnicista*) nesse processo, cada qual trazendo consigo os seus propósitos para a configuração do mesmo objecto, acabavam por direcionar também um lugar para os docentes, para os alunos e para os conteúdos.

Para a estudante Lorena, a convivência entre ela e seus professores é marcada pela cordialidade pois, segundo ela, procurar o professor fora da sala de aulas, em caso de dúvidas, não é uma prática muito comum entre os estudantes angolanos em Angola e, mais difícil ainda é ter a ousadia de contestar o que o professor disser na sala de aula.

“...onde em Angola você vai procurar o seu professor fora da sala!? Primeiro, não pode chamar o seu professor pelo nome. Tem essa questão muito forte. Aqui você pode contestar o que o seu professor está dizendo porque lá, o professor é o dono da verdade! O professor disse tá, tá falado. Você aqui pode dizer não, professor, não concordo. Isso é fantástico! Depois, o professor está disponível fora do horário da aula, a hora que você quiser, até dá o telefone de casa, se você precisar!” (Lorena, 20.03.2001)

Sob essa mesma linha de pensamento o estudante Zezinho afirma que não haveria comentário a fazer a esse respeito, pois

“.. a relação professor–aluno aqui é uma coisa fantástica. Eu não tenho como não reconhecer isto porque os nossos professores lá, não são como aqui; você tem dúvida, mesmo na sala de aula ou fora da aula, no corredor, você vai consultá-lo, enfim, lá é como se ele tivesse o rei na barriga. Tem portões de ferro. Você não consegue consultá-lo excepto na sala de aula. A própria literatura já é escassa... ele é que tem o livro... é o rei do saber e acabou. Ao passo que aqui não tem isso não. Então, é excepcional essa área, é formidável a relação aluno–professor aqui”. (Zezinho, 29.05.2001)

Contudo, a estudante Manuela comunga apenas em parte da opinião dos outros colegas, pois, segundo ela, existem alguns professores que agem dessa maneira, porém há outros que não são tão receptivos. Afirma ainda, como justificativa, que nessa relação influi bastante o factor racial.

“Há professores que são muito receptivos, mas há outros que, infelizmente, não o são. Tem outros professores que são muito receptivos que aconselham, se põe à disposição para qualquer dificuldade, inclusive tem outros até que não podem falar abertamente, mas que nos chamam para um canto e dizem: cuidado porque tem professores que não vêem com bons olhos vossa presença na universidade; cuidado, não se exponham muito porque eles não vêem isso com bons olhos; então, é isso. Eu, para acreditar que o factor raça influenciava, foi por causa disso, quer dizer, a chamada de atenção por alguém de aqui de dentro e, de dois professores mais precisamente, me mencionaram o facto, ou melhor, me mencionaram indirectamente o facto”. (Manuela, 14.06.2001)

Ainda sobre o **convívio dos estudantes angolanos com os professores e outros**

alunos, agora, porém, com especial atenção para a relação aluno-aluno, baseando-me nos depoimentos dos entrevistados pude perceber que há também diferenças de opinião a esse respeito. Alguns afirmaram ter uma relação de convivência amena com seus colegas, mas há outros que não compartilharam da mesma opinião. Embora esses factos sejam tratados separadamente, eles não deixam ser um *continuum* entre si e, além disso, aqui também estão em evidência as mesmas características realçadas na anterior relação retratada: a condição de estrangeiro e as culturas escolares brasileira e angolana.

O estudante Manito que reconhece, na relação com os colegas e com os professores, uma forma de investimentos futuros, admite que não é nenhuma vantagem manter-se isolado dos colegas, pois é através deles que é possível estabelecerem-se laços úteis com o mercado de trabalho. Descreve o convívio com os seus colegas na faculdade como sendo muito bom.

“Eu estou num curso em que você não pode se isolar. O nosso curso, feliz ou infelizmente, é um curso para lidar com o ser humano; com gente. Dogmaticamente e ideologicamente, nós aprendemos, no curso de direito, a servir ainda que, na prática, não seja isso... (risos) nós aprendemos a tirar vantagem (risos)... na verdade, nós aprendemos a servir e, nesse aprender a servir, você tem que se relacionar porque vai depender de colegas no futuro, de professores que são juízes... então, o meu relacionamento hoje com a Faculdade de Direito da UFMG é muito bom... nós estamos bem inseridos aí, graças a Deus”. (Manito, 16.08.2001)

A estudante Lorena admite que, apesar da advertência que lhe foi feita pelos colegas angolanos que fizeram o mesmo curso, a respeito das dificuldades no convívio com os outros alunos, afirma, no seu depoimento, que nunca teve nenhum problema desse tipo, pois tem tido um relacionamento agradável com os seus colegas e acredita que isso se deve ao seu jeito de ser; naturalmente alegre.

“Com os meus colegas, graças a Deus, temos um relacionamento muito bom. Não sei se por eu ser africana... talvez seja. Não sei, mas eu me dou bem com todo o mundo na minha sala, diferente do que os outros colegas angolanos me falavam. Por exemplo, uma delas me dizia assim: tem que prestar muita atenção. Na hora de fazer trabalho em grupo ela estava sempre de fora porque as pessoas já tinham um grupinho ali, mas eu não estou tendo esse problema porque eu me dou bem com todo o mundo e... num trabalho eu estou nesse grupo, no outro eu estou com outro e não só, às vezes, eu nem procuro por grupo, as pessoas é que brigam para eu ficar no grupo delas; não que eu seja inteligente, mas eu acho que é a companhia mesmo. Eu sou uma pessoa muito aberta, alegre, é uma das coisas que eles falam: possas Lorena! Você tem tantos problemas, mas está sempre alegre!?” Eu

digo sempre: graças à Deus”. (Lorena, 20.04.2001)

Já os depoimentos dos estudantes Filipe e Manuela não retratam suas realidades com a mesma tranqüilidade com que os outros o fizeram. A Manuela, por exemplo, acredita que no Brasil há muita competitividade entre os estudantes e isso favorece a criação de “barreiras” que, por sua vez, impedem a implantação de relações mais verdadeiras aluno-aluno baseadas em laços de amizade sinceros, sem outros interesses subentendidos, como acontecia nas escolas de Luanda, sua cidade natal. Outra questão, por ela apontada como limitador no estabelecimento, ou melhor, no não estabelecimento de laços firmes com os colegas é o jeito de ser do mineiro que é caracterizado por ser reservado e que o leva, às vezes, ao ponto de magoar as pessoas em sua volta, pois é muito difícil conseguir estabelecer uma amizade com eles.

“... lá em Angola ou, propriamente, em Luanda onde eu estudei, onde eu sempre vivi, existe um intercâmbio maior entre estudante-estudante; tanto que o teu colega passa a ser teu irmão. Mesmo que seja bom ou mau colega em sala você o trata e o vê como um irmão em muitas das situações que vocês enfrentam na escola. Vocês se encontram no mesmo patamar; são todos estudantes e almejam ter uma formação. Existe interajuda... existe intercâmbio entre colegas. Aquela competitividade existe sim, mas não tanto como se observa aqui na universidade e já tive a oportunidade de observar que não é só aqui na universidade, mas no cotidiano em si também e em outros níveis mais abaixo, nas primeiras séries, também observa-se isso. Existe uma competitividade e, por causa disso, uns passam por cima dos outros, não passam o que sabem no sentido de ajudar o colega, enfim, é isso que eu observei muito. Realmente, esse lado, muitas das vezes, fere quem está a volta...” (Manuela, 14.06.2001)

Quando perguntei a ela se recebia algum tipo de ajuda de seus colegas de escola, admitiu que a relação dela, com eles, tomou outros rumos a partir do momento em que perceberam que ela tinha capacidade intelectual compatível com a dos outros alunos; por isso, passaram a admirá-la e a ajudá-la, já que sabiam que o contrário também seria possível. Esses gestos não foram entendidos por ela como atos espontâneos, mas sim, como atos cheios de segundas intenções: interesse.

Antes de mais nada, creio que é importante ressaltar-se aqui que as múltiplas identidades que caracterizam o entorno da estudante Manuela podem também estar como influências de pano de fundo nos resultados e na determinação das relações que ela

estabelece na escola com os outros alunos. O facto dela ser africana, ser angolana, ser negra, ser mulher num curso que é predominantemente de estudantes do sexo masculino, tudo isso contribui, na minha opinião, para a configuração de suas relações com um certo grupo de pessoas em que está inserida.

“Eu notei que a ajuda dos colegas, eu passei a ter quando eles observaram que tinha ou teria, a mesma capacidade que eles e que como eles, estudantes, eu também batalho, eu também consigo “colher louros” pelo trabalho feito; que posso ser uma boa ou média aluna nas matérias que eles podem ser ou seriam os melhores alunos. Fui ganhando respeito e admiração por aí. Aí é que muitos deles se chegaram e tentaram dar ajuda, o que eu não vi como ajuda, mas sim, como interesse; interesse no sentido de que hoje eu sei, vou te ensinar porque, eu sei que, amanhã, você quando souber, vai me ensinar, porque você sabe que eu, quando sabia, eu te ensinei; então, é nesse sentido que aparece a ajuda cá entre os estudantes”. (Manuela, 14.06.2001)

Outro estudante que também emitiu sua opinião a esse respeito (sobre a relação aluno-aluno) foi Filipe e descreveu-a da seguinte maneira:

“Eu não vou generalizar o Brasil todo, mas eu diria que em cada região do Brasil, acho que o pessoal tem uma certa cultura e aqui o mineiro, vê-se mesmo que o mineiro é um cara acolhedor, mas ele é um cara muito desconfiado porque, sinceramente, a coisa que mais me indignava nos 1.ºs momentos quando eu cheguei é aquela coisa que o colega te encontra na sala de aula, não te cumprimenta, é difícil você bater um papo com alguém, então foi tão difícil adaptar-me na sala de aula e o que me aliviava era o fato de sermos 3 angolanos na sala. Agora, dentro da sala de aula a gente não tinha muito contato com os colegas, no entanto, até hoje também essa situação quase que continua a prevalecer. Você vê que eu estou quase formando, mas não tenho aquele convívio do dia-a-dia com os colegas; a gente se encontra uma vez ou outra na sala de aula, conversa, mas aquela amizade profunda, aquela conversa profunda é difícil”. (Filipe, 29.05.2001)

Como pudemos ver, diante de um mesmo objecto dentro da escola que é, neste caso, a *relação professor-aluno e aluno-aluno*, a partir dos olhares dos nossos entrevistados, produziram-se “múltiplos olhares” e variadas interpretações. Por isso é que eu penso que nós devemos entender esse espaço escolar como um espaço prioritariamente “sócio-cultural” onde se admite que há diversas manifestações culturais e isso deve ser reforçado mais ainda se houver, no seu interior, pessoas vindas de outras culturas como, por exemplo, de outros países, como é o caso dos estudantes angolanos na UFMG.

Quem muito bem sintetiza o que seria analisar a escola como um espaço sócio-cultural é DAYRELL (1996:136) pois, segundo ele,

“Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história”.

Dayrell(1996) acrescenta ainda que a escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão: *institucional*(o conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos na instituição) e *quotidianamente*. Sendo assim, penso que as instituições escolares angolanas têm também os seus espaços ordenados de acordo com as culturas locais e, portanto, as pessoas que delas saem devem levar consigo essas marcas para quaisquer lugares para onde forem, pois já se tratará – e usando aqui a expressão de Pierre Bourdieu – de um *habitus* que fará parte da maneira de ser dessas pessoas, que se pode manifestar por meio de suas ações voluntárias ou involuntárias nos seus contactos com os **outros**.

Na minha opinião, não é possível separar, de maneira cristalina e cristalizada, esses dois momentos que configuram as identidades que essas pessoas já trazem consigo ao Brasil e, se assim o fizermos, creio que se perderá a noção cronológica e a do sujeito histórico que existe nesses estudantes angolanos, o que poderia levá-los a se sentirem órfãos de suas raízes culturais.

SEGUNDA PARTE

4.3 As relações raciais DENTRO e FORA da universidade

“A primeira coisa que me vem á mente é o olhar que te é dirigido muitas das vezes em sala de aula. Não é nada palpável. É muito sutil. Não é aquilo de chegar e dizer que você não é da mesma cultura, você não é da mesma raça... aqui a discriminação é muito sutil. É do tipo que à frente te ofereço um sorriso e atrás te espeto um facão. É bem nesse estilo”. (Manuela, 14.06.2001)

Ao longo das entrevistas que fiz com esses estudantes angolanos, posso adiantar que esse é um dos assuntos que mais mexeu comigo, pois eu também sou vítima dessas atitudes que aqui tratarei. Por isso, em alguns casos não tive coragem de prosseguir com o assunto por perceber que tanto o entrevistado quanto eu não estávamos mais em condições emocionais para continuar falando dessas questões inerentes às relações raciais.

É nessa conformidade que acredito que não será uma tarefa fácil, para mim, falar de **preconceito e de discriminação** vivida por esses estudantes angolanos da UFMG quando, eu mesmo, sou também parte dessas vivências. Corro, portanto, o risco de ceder o pêndulo para um só lado em função das marcas que possuo, como ser humano que tem sentido na “pele”, as vicissitudes dessas práticas. Não é que as questões raciais se resumam apenas nessas duas palavras, mas é o recorte que eu fiz para poder concentrar os depoimentos dos sujeitos dessa pesquisa, pois acredito que falar em relações raciais no interior da sociedade, inclui isso e muito mais.

Para não incorrer no erro de catalogar como atitudes preconceituosas e/ou discriminatórias aquelas que não os são, gostaria, desde já, de deixar claro o que é que estou a denominar assim, com base nas palavras de BERND(1994:9-11), já que nelas consegue-se perceber, de maneira simples e compreensível, a conceituação desses dois vocábulos.

Para BERND(1994) o **preconceito** seria *“o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestem”*. A mesma acrescenta ainda que *“o preconceito é algo extraordinariamente difundido e muito perigoso, pois é **muito raro que as pessoas admitam ser preconceituosas**”*. (Grifo meu)

Bernd(1994) define a **discriminação** com as seguintes palavras: “*discriminar significa separar, distinguir, estabelecer diferenças*”, ou seja, em outras palavras, podia-se dizer também que discriminação seria a separação/distinção/diferenciação das pessoas em função da sua cor, do sexo, religião, nacionalidade, etnia, etc.

Como bem nos esclarece BERND(1994) que é “muito raro que as pessoas admitam ser preconceituosas”, assim, creio que a discriminação também passa pelos mesmos caminhos, pois numa sociedade como a brasileira, em que essas atitudes estão encobertas sob o manto do mito “da democracia racial”, só torna mais difícil ainda o diagnóstico de ações desse tipo. Mesmo para as vítimas de preconceito e/ou discriminação também não lhes é fácil perceber essas posturas, a não ser para aquelas pessoas que mantêm os seus olhares e ouvidos bem atentos para que consigam ler nas entrelinhas de tudo que acontece a sua volta (olhares, falas, gestos, piadas, anedotas de mau-gosto, silêncios, etc), visto que, o racismo à brasileira é do tipo amigável, isto é, aquele que a ONU chama de “racismo amigável” por se manifestar sem violência física.

É num cenário como esse em que apesar dos contrastes, existem leis oficiais que punem os crimes decorrentes do preconceito e da discriminação, onde enquadrar-se-ão os depoimentos dos estudantes angolanos da UFMG. Neles serão relatadas de maneira clara e precisa as experiências vividas por esses estudantes em relação às questões inerentes às relações raciais ao longo de suas experiências no Brasil, tanto no **interior** quanto **fora** da universidade.

Para início de conversa, todos os estudantes angolanos entrevistados foram unânimes em admitir que são vítimas de preconceito e de discriminação, tanto no interior, quanto fora da universidade, mas reconheceram também que é muito difícil conseguir perceber essas atitudes nas pessoas que os cercam, porque elas se manifestam de maneira muito sutil e, na maioria dos casos não explicitamente. É importante chamar atenção ao facto de que, apesar de haver concordância generalizada em relação à existência dessas atitudes, a meu ver, isso não se manifesta da mesma forma com todos os estudantes angolanos, pois existe nessas relações também a dimensão individual.

A estudante Lorena, por exemplo, que está no Brasil desde os 17 anos de idade, diz ter vivenciado já muitas situações que envolveram preconceito e discriminação. Segundo

ela, no Brasil as pessoas não assumem ser portadoras dessas atitudes, mas isso existe e é muito forte. Afirma ainda que prefere o jeito como essas coisas acontecem nos Estados Unidos: muito às claras; mas no Brasil as pessoas conseguem camuflar de tal maneira esse assunto que tornam as coisas mais difíceis para todos os envolvidos. Ela admite, ainda, que no Brasil as pessoas vão convivendo contigo como se tudo fosse normal e, em determinado momento, você percebe que se aproximam de ti por um motivo ou por outro.

“Ah! Aqui é muito forte. Eles dizem que não, mas têm muito. Eu prefiro, sinceramente, o racismo dos Estados Unidos do que o daqui porque aqui a pessoa que come contigo no mesmo prato, consegue camuflar tão bem, né! É muito difícil. Eu prefiro aquele que é bem declarado: eu gosto de você e você de mim. Agora, a pessoa anda contigo, mas determinada circunstância, situação, você nota que a pessoa está contigo ou por um motivo ou por outro... te aceita, quer dizer, como é que eu posso dizer, não é que ela te aceita totalmente, sabe! Vai convivendo como se tudo fosse normal. É muito estranho”.(Lorena, 20.04.01)

Todas as formas de preconceito e discriminação, a meu ver, são condenáveis. Pouco importa se são brandas, duras ou ambíguas, pois cada uma delas carrega consigo formas diferenciadas de tratamento que dependem do tipo de sociedade e das relações que historicamente as pessoas nela desenvolveram. Para PEREIRA(In: MUNANGA, 1999:126), no caso do Brasil, “entre as características do racismo brasileiro, a ambigüidade é uma delas. Ela permeia tanto a reflexão do estudioso do tema como o próprio viver das pessoas que cotidiana e institucionalmente, enfrentam a pluralidade étnica brasileira”.

Por sua vez, a estudante Manuela admite que levou muito tempo para acreditar que os factores ligados ao preconceito e à discriminação pudessem influenciar na sua vida no **interior** e **fora** da universidade mas, depois de três anos no Brasil, as circunstâncias em torno de si levaram-na a perceber que as ações das pessoas a sua volta que, inicialmente, não significavam nada, eram, na verdade, uma personificação enrustida de preconceito e discriminação.

“ Eu levei um tempo a acreditar, mas o fator raça influencia muito; influencia muito mesmo tanto que nos meus 3 primeiros anos, custava a acreditar, mas depois tive que me render que isso pesava muito. Há pessoas que te vêem: estrangeiro!?! No meu país!?! Está a ocupar o lugar de um brasileiro!?! Ele não pensa, nem atina para o facto de eu ser realmente estrangeira e estar ali, muitas das vezes, a ocupar o lugar de um brasileiro, mas

o meu país paga ao Brasil por estar aqui então, ele não tem que me prejudicar por eu ser estrangeira; ele tem que olhar para mim como um estudante que está ali a estudar com o desejo de vir a ter, num futuro próximo, uma formação superior, como ele tem. Uma pessoa que almeja ter um nível de vida melhor no futuro, como ele. Então são esses fatores”. (Manuela, 14.06.2001)

A mesma estudante afirma ainda que essa situação tem dificultado, inclusive, o seu bom desempenho em sala de aula pois, por causa disso, não consegue ficar à vontade durante as aulas para manifestar sua opinião de forma livre e espontânea, já que se sente constantemente sob observação e vê questionada a sua capacidade intelectual de ser ou não ser inteligente, de ser ou não ser capaz de levar a bom termo o curso que faz.

“ Não me sinto à vontade. Tem vezes que eu procuro me sentir à vontade como um todo, mas ainda não me sinto à vontade. Não me sinto à vontade para expor tudo o que eu penso porque, por exemplo, existe o factor raça e, se eu abrir a boca e disser alguma coisa errada: é negra, só tinha que dizer bobagem. Se eu abrir a boca e disser algo certo: vão olhar para mim de um modo diferente, mas questionando do mesmo modo a minha capacidade. É isso que não me deixa à vontade; a todo momento está sendo questionada a minha capacidade de ser ou não ser inteligente, ser ou não capaz de levar a bom termo o curso. É duro porque a todo dia eu sou provada; tem uma prova toda aula. Então... assim... o que é que acontece? Eu vou para a aula, fico lá, a não ser que a pergunta me seja dirigida, eu dou uma resposta, mas se a pergunta não me for dirigida, eu prefiro me manter calada; às vezes tenho uns surtos de querer expor o que eu penso mas, muitas das vezes, sou obrigada a reprimir esse desejo de expor a idéia, o que eu penso ou, de questionar o professor: professor por quê que é desse modo? Por quê que não poderia ser desse modo? E isso, de certa forma, prejudica o meu desenvolvimento como estudante”. (Manuela, 14.06.2001)

Essas palavras são, por si só, claras naquilo que querem dizer-nos, mas é importante lembrar que, nos relacionamentos entre as pessoas, também interferem as características pessoais de cada indivíduo e, nesse caso específico, temos que acrescentar ainda as identidades que cercam essa estudante: a africana, a angolana, a negra, a mulher, etc, sem esquecermos que, por trás de tudo isso, existe uma cultura que pode ou não ser valorizada pelos **outros** em função dos referenciais histórico-sociais destes. Por proceder de um país africano, do terceiro mundo, isso já cria nas pessoas um certo preconceito em relação a qualidade do ensino nesse país; normalmente é visto como sendo um ensino de má qualidade por isso, penso eu, é que essas pessoas são isoladas, pois não teriam o que compartilhar com

os **outros**. Nesses casos, o diverso, ao invés de ser um elemento a ser incorporado, é, simplesmente discriminado.

Ainda sobre as relações raciais, a estudante Manuela diz que houve momentos em que, nos trabalhos em grupos na universidade, entre alunos, além de ficar, quase sempre, fora dos grupos que eram formados, quando conseguia entrar em algum deles, por intervenção do professor, no decorrer das discussões do trabalho dentro grupo, constatava que havia um sutil abandono, ou melhor, um *distanciamento* dos colegas em relação a sua pessoa, a ponto de não levarem em consideração suas opiniões na elaboração do corpo do trabalho. No começo chegou a pensar que eles faziam aquilo por ela ser mulher – o que não deixava de ser também uma forma cruel de preconceito e de discriminação –, mas com o andar do tempo foi entendendo que aquilo acontecia pelo facto de ela ser negra, ou seja, “negra não tem capacidade de pensar”.

*“ Na faculdade se fazem muitos trabalhos em grupos, claro que existem as “panelinhas”, tem as panelinhas que vêm desde o pré-vestibular e coisas do gênero. Você nota que havia vezes que se formavam os grupos na turma, faltando alguém no grupo, simplesmente não te chamavam; o professor é que tinha que dizer: tem alguém aqui solto. Incluem no grupo que tem menos pessoas. Entrava para o grupo que estivesse faltando um componente, mas eu notava, por exemplo, que as minhas opiniões não eram levadas em conta; eu opinava sobre o trabalho a ser elaborado, sobre a compilação do trabalho mas minhas sugestões não eram levadas em conta. No princípio eu pensei que era por ser mulher, mas não, era por ser negra; **negra não tem capacidade de pensar**; isso é que muitos deles pensam, até ser provado o contrário, claro. Sei que, até que termine o curso ainda vou encontrar muito disso lá à frente, mas não tem jeito. O jeito é enfrentar, de frente”. (Manuela, 14.06.2001)*

O que ali acabei de descrever pode ser reforçado com base na análise feita por BERND(1994) das pesquisas de G. W. ALLPORT, onde a autora estabelece uma escala das diferentes manifestações de racismo, partindo das formas mais brandas até às mais radicais. Existem, na sua opinião, três níveis de *heterofobia*: racismo **primário**, **secundário** e **terciário**. Para esse trabalho referir-me-ei, especificamente, aos dois primeiros níveis, por considerá-los mais próximos ao assunto em questão.

O nível que Bernd(1994:44) denomina como **racismo primário** é aquele em que

O outro (o desconhecido) é visto como inimigo. Existe no racismo

primário uma desconfiança generalizada a qualquer estrangeiro. Trata-se de uma espécie de comportamento quase instintivo, de reação “primitiva” de medo ao estrangeiro, que é visto como invasor, como ameaça ao equilíbrio do grupo. No limite, poderíamos considerar esse nível de racismo como um mecanismo de autodefesa do grupo que, por insegurança teme a intromissão ou a concorrência que o outro pode representar.

Por sua vez, o **racismo secundário**

Se manifesta através da xenofobia ao que é estrangeiro. É uma manifestação de impermeabilidade de um grupo em relação ao outro grupo que venha de fora. O estrangeiro é percebido como inimigo potencial. Fazem-se generalizações apressadas e abusivas, sendo que todas as manifestações de agressividade são confortavelmente justificadas e legitimadas por argumentos pseudocientíficos ou pela irracionalidade. (BERND, 1994:44)

Todavia com relação aos episódios, ocorridos em sala de aulas, envolvendo os professores em situações entendidas pelos discentes como sendo preconceituosas e/ou discriminatórias, posso ressaltar, ainda, do depoimento da estudante Lorena aquilo que me pareceu elucidar de forma clara esse comportamento dissimulado por parte de um docente.

Essa estudante narra uma situação ocorrida com ela numa aula de Antropologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-Fafich, da UFMG, durante a qual o professor se debruçava, dentre outros temas, acerca do etnocentrismo e do racismo. Diz ela que o professor, ao longo da sua exposição, dava muitos exemplos sobre a África, sobre o negro e o branco e, sempre que fazia alguma pergunta referente aos africanos, essa era dirigida para ela; só que o professor não imaginava que ela era, na verdade, uma negra angolana.

Numa de suas aulas o professor deu um exemplo que provocou uma situação um tanto quanto embaraçosa, já que os alunos a caracterizaram como sendo uma atitude discriminatória de sua parte. Segundo afirma a estudante Lorena, que presenciou o facto, é que no exemplo que ele deu qualificou como sendo “normais” os cabelos lisos e, por causa disso, imediatamente, os outros tipos de cabelos foram interpretados pelos alunos como cabelos “anormais”, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente pelo docente, mas para os estudantes isso ficou subentendido.

*“Ele estava dando sua aula e falando justamente de racismo e ele acabou falando assim: por exemplo, uns têm cabelo liso que é o **normal** e os outros têm cabelo... eu não falei nada, mas os meus colegas disseram: credo, professor! Você vai falar que o meu cabelo que é crespo ele é **anormal**? – Eu fiquei lá no meu canto só observando. Eu na sala sou muito quieta. Ai eu fiquei ressentida. Quem tem o cabelo liso, para ele é o cabelo normal. E quem não tem cabelo liso é **anormal**? Mas como é que é isso? Por quê que o liso tem que ser **normal**? – As minhas colegas que têm cabelo todo encaracolado, crespo disseram: ah professor! O meu cabelo é anelado, meu cabelo é crespo, mas ele não é **anormal**. Eu como única negra na sala de cabelo duro, eu olhei para a minha colega e falei para ela: espera aí! Para mim o seu cabelo é liso, não importa se ele está esticado ou anelado, mas é cabelo liso. Se o seu cabelo é anormal, o meu é o quê? A colega falou para mim: pergunta para o professor, foi ele que falou. Ai eu falei: professor, você chama o meu cabelo de **anormal**? É isso mesmo?! Foi isso que eu entendi? Ele falou que não, mas todo mundo começou a falar para ele que ele era racista. E ele estava justamente criticando os racistas. Todo o mundo falou: professor, você é racista! Ah, não adianta, você é racista. E eu só queria saber se ele chamou o meu cabelo de anormal. Ele tentou se desculpar de várias formas, mas não adiantava mais. Não sei por quê motivo, ele virou para mim e falou: você sabia que se estivesse nos Estados Unidos você poderia me... eu já respondi: te processar? Eu disse para ele que não precisava ser nos Estados Unidos. Se fosse no meu país, em Angola, eu te processaria. Ele perguntou: você é angolana? Ai, os colegas disseram: ela é africana. Você não sabia não?! Ele me perguntou: você está falando sério? Você me processaria? Eu disse: eu te processaria, por que não? Eu só não te processo aqui no Brasil porque, até provar, a sua atitude, até esse processo desenrolar todo, eu vou me desgastar e não vou ganhar nada com isso. A aula acabou aí. O clima ficou feio.”(Lorena, 20.04.2001)*

É interessante verificar nesse depoimento alguns dos aspectos, dentre tantos, que mais me chamam a atenção. O primeiro que posso vislumbrar aqui é que quando a discriminação afeta diretamente a “pele” das pessoas elas não a vêem com bons olhos, muito pelo contrário, há moções de repúdio, pois ninguém gosta de ser maltratado. Isso é perceptível no depoimento da estudante no momento em que alguns alunos reivindicam do docente o reconhecimento da não “anormalidade” dos seus cabelos e, posteriormente, quando todos acusam-no de racista.

Em segundo lugar, pode-se perceber o que eu já vinha dizendo, acerca da dificuldade que existe na sociedade brasileira, para que as pessoas assumam ser preconceituosas e/ou discriminatórias, pois preferem camuflar essas posturas que, por vezes, só são descobertas através das entrelinhas de suas palavras, gestos, olhares e outras práticas. Essa é, na minha opinião, a conseqüência da ação do “manto da democracia racial” que confina as pessoas a

viverem na aparente harmonia social como se tudo fosse assim: normal e, portanto, nada de preconceito e nada de discriminação. Só que o reconhecimento que as pessoas fazem ao declararem que, se fosse em outros países, *onde existe a prática declarada do racismo*, atitudes como as que vimos no Brasil seriam punidas com penas severas, ou seja, seus autores poderiam e deveriam ser processadas na justiça, joga por terra a crença na “democracia racial” brasileira e isso indica, por sua vez, que as pessoas sabem que, no Brasil, existem tais práticas.

O terceiro aspecto que também poderia depreender-se desse depoimento é que, quando há envolvimento de estrangeiros e brasileiros em episódios de discriminação racial, por exemplo, quando o brasileiro descobre que o *outro* é de outra nacionalidade, quase sempre, tem havido uma mudança de postura na forma de tratamento, que pode ser para melhor ou para pior, ou seja, como muito bem retrata Manito em seu depoimento: *ele é negro, mas é africano* ou ainda, ele é negro e é africano.

“ Já sofri um tipo de preconceito, mas muito na entrelinha... de você chegar, o lugar que você teria acesso como ser humano você não tem e o outro tem acesso com facilidade[...] o tratamento diferenciado isso aí a gente percebe nas entrelinhas, é claro; mas quando percebem que você é estrangeiro, aí o tratamento é diferente[...] ele é negro, mas é africano. Ele é negro, é brasileiro; a gente percebe esse tipo de coisas”.(Manito, 10.08.2001)

Há ainda um quarto e último aspecto que eu gostaria de salientar, aqui, em função daquele depoimento. Refiro-me à sensação de impotência que cerca a vítima de preconceito/discriminação, sobretudo quando se trata de um estrangeiro como é nesse caso, pois, mesmo amparados pela lei, as circunstâncias obrigam-os a se manterem calados porque, nesses momentos, fica também em jogo a sua permanência no país, já que a condição de “ilegalidade social” do estrangeiro não acaba com a obtenção da “legalidade oficial”; ele o será até à extinção total dessa condição, isto é, quando abandonar o país do *outro* e *voltar para seu* ou talvez, como apontam Park e Thomas, quando se tornar um *assimilado*.

Como se toda essa aflição não fosse o suficiente, a vítima de preconceito/discriminação, se quiser lutar pelos seus direitos, ainda tem que enfrentar o desgaste de ter que provar na justiça a agressão sofrida e, além disso, ter que suportar, com

paciência, a morosidade da tramitação da ação na esfera jurisdicional, que poderá culminar com uma punição, ou não, do infrator.

Eu mesmo sou uma prova viva disso porque cheguei a sofrer dentro do Campus universitário da UFMG, bem na porta da Faculdade de Educação, graves humilhações, agressões físicas e isto, é claro, sem falar dos constrangimentos a que fui submetido por seguranças dessa instituição porque, segundo eles, tinham me confundido com um cidadão negro que tinha cometido algum delito em uma das faculdades do campus. Mesmo depois de ter feito a denúncia na delegacia de Polícia Civil próxima à universidade e, inclusive munido dos Exames de Corpo e Delito da Medicina Legal, ainda assim senti-me impotente para continuar a ação contra os seguranças e a instituição, porque todas as evidências indicavam que eu seria, infelizmente, o perdedor: sou negro e estrangeiro e, portanto, encontrava-me numa situação vulnerável e de desvantagem.

Depois desse lamentável acontecimento, reduzi, consideravelmente, a minha circulação pelo campus e, quando fosse necessário, optava por fazê-lo acompanhado com outros colegas, pois, pelo menos, assim diminuiria, a meu ver, o risco de ser confundido com outras pessoas e de ser abordado gratuitamente e sem o menor respeito.

Essa forma de discriminação é uma das que o pesquisador Antônio Sérgio A. Guimarães qualifica em sua obra **Preconceito e Discriminação** como uma das formas de manifestação de crimes de racismo mais freqüentes no Brasil: a “*discriminação de alguém pelo fato de que sua cor ou aparência a tornam suspeita de crimes ou de comportamentos anti-sociais que não perpetrou, nem viria a perpetrar, como, por exemplo, furtos em estabelecimentos comerciais, roubos em bancos ou condomínios, prostituição em hotéis, etc. Nestes casos – acrescenta o autor –, a cor da pessoa a torna suspeita de ser um criminoso ou vagabundo, dando lugar a constrangimentos em diversas esferas da vida social, limitando sua liberdade de circulação, os seus direitos de consumidor, ou o livre exercício de sua ocupação profissional*”. (GUIMARÃES, 1997:33)

Mas não é só na escola que há situações desse tipo, não. Fora da universidade esses estudantes angolanos também vivenciam coisas desse tipo; afinal de contas, a sociedade é a mesma e o espaço geofísico também. Veja-se o que ocorreu com o estudante Zezinho quando passeava na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e, logo depois farei o devido comentário:

“Eu saía de uma discoteca de Copacabana com um colega meu que formou-se em Economia lá na Universidade Gama&Filho. Então o motorista que estava nos levando, sei lá, pode ser por questão de insegurança dele, ele ficou com algum receio – eles têm certas regras, acender as luzes de dentro, enfim, dar a entender aos policiais que estão com medo enfim... ele fez isso. Eu notei. Os policiais nos mandaram parar e fomos interpelados. Mas o que é que acontece? Os policiais queriam que a gente fosse até aos caixas eletrônicos, tirarmos dinheiro para lhes entregar porque nós éramos negros, dito assim, taxativo, éramos estrangeiros e tínhamos dinheiro, e se não o fizéssemos, poderíamos apodrecer nas prisões porque eles apresentariam maconha dizendo que a gente estava mexendo com droga e era a palavra deles contra a nossa. E como é que nós haveríamos de provar o contrário! A nossa sorte é que o meu colega do Rio estava namorando uma menina e a menina estava lá presente, a menina é branca, estava no último ano de direito e o pai é um advogado reconhecido no Rio. Essa foi a nossa chance”. (Zezinho, 29.05.2001)

Como vemos, ser negro e estrangeiro só potencializa o preconceito e a discriminação. Em outra conversa que tive com esse mesmo estudante, fora dos microfones, confirmou-me que aquele problema tinha morrido naquele mesmo lugar, pois não deram queixa á polícia sobre o comportamento dos seus colegas e, muito menos, tentaram buscar os seus direitos na justiça.

Com base no Código Penal brasileiro, pode-se qualificar, nesse lamentável episódio ocorrido com o estudante Zezinho e seus amigos, no mínimo, seis crimes puníveis por lei: *discriminação racial, constrangimento ilegal, ameaça, extorsão, violência arbitrária, exercício arbitrário ou abuso de poder*, pelos quais os autores podem sofrer penas que vão desde a detenção até à reclusão. Porém, mesmo diante de tantas evidências a seu favor, as vítimas não tiveram outra reação senão a de se silenciarem. É o que já dizia atrás: a vulnerabilidade e a fragilidade desses estudantes estrangeiros só acabará quando eles deixarem essa condição de estrangeiro o que, na minha opinião, poderá ocorrer essencialmente por dois caminhos: abandonando o país dos **outros** ou, então, atingindo o estado de *assimilados*.

Uma outra entrevistada diz ter tido uma experiência muito dolorosa em relação á discriminação, quando tentava comprar peças de roupa feminina em uma loja especializada. Segundo ela, a vendedora tentou com atitudes preconceituosas e discriminatórias mostrar que ela não era bem-vinda naquele espaço. A primeira coisa é que, desde que ela entrou na loja, estava a ser seguida e vigiada de perto por uma vendedora e, em segundo lugar,

impediram-na de experimentar as roupas que escolheu alegando que não havia um manequim adequado ao seu tamanho. Veja o que ela diz:

“Eu já fui discriminada muitas vezes. Um dia eu estava com a minha prima ali na Av. Afonso Pena – a loja existe até hoje, às vezes me dá vontade de entrar lá. Eu entrei nesta loja de roupa feminina e procurava um estilo de blusa que eu não estava achando em lugar nenhum e achei justamente naquela loja. Então, atrás do balcão, no caixa, tinha uma japonesinha. Eu entrei com a minha prima, peguei a roupa para experimentar – porque procurei em tantos lugares e achei justamente naquela loja e eu queria ver. Eu já sabia que iria caber em mim. Peguei a peça, aliás, antes de pegar a peça para experimentar, a Sra já saiu lá de trás, veio e ficou de braços cruzados bem na minha frente. A minha prima me deu o toque e eu falei para ela: não tem nada a ver. Nós estamos na loja, não vou roubar, eu vou comprar. Eu tenho dinheiro para comprar. Aí eu falei: segura a minha bolsa que eu vou experimentar. A Sra virou para mim e falou assim: não te serve. Eu parei e olhei para ver se estava falando com outra pessoa e, eu, insistindo: vou lá experimentar a roupa. A Sra gritou bem alto: eu já disse que não te serve! Falei: a Sra está falando comigo? Como não me serve? A Sra grita novamente: menina você é teimosa. Eu já disse que não te serve! Então eu falei: qual é o problema minha Sra? Não posso experimentar a roupa? Ah, se a peça é branca, não seja por isso, eu posso pegar uma cinza... preta... – porque normalmente na loja não deixam experimentar roupa branca então, peguei outra cor para experimentar. A Sra olhou para mim e falou: você não vai experimentar, não te serve. Aí eu percebi o que é que estava acontecendo e falei: qual é o teu problema? Por acaso nesta loja vocês não atendem negros? – Quando você toca nesse assunto e vê que você está reagindo, já ficam meio receosos porque você pode aprontar – Aí ela falou: não! O que é isso! Aí todo o mundo começou a sair da loja, começaram a se aglomerar ali; aí eu falei: é isso sim! Por quê que as outras pessoas estão ali no provador experimentando a roupa e eu não posso experimentar também? Por acaso a Sra conhece o meu manequim? Eu sei o meu manequim e eu sei que isso vai servir em mim! Eu já estava pronta para sair por aí para uma delegacia só que a minha prima, na altura, não tinha documentação: estava ilegal. Ela seria a minha única testemunha lá na delegacia porque todo o mundo ia ficar à favor da Sra... como ela não tinha documentos, tinha que deixar o caso para lá. (Lorena, 20.04.2001)

O estudante Manito, por exemplo, acredita que podemos encontrar manifestações de preconceito e de discriminação em todas as sociedades (é bom deixar claro aqui que isso vai depender também do tipo de sociedade, sua história e o tipo de relações que as pessoas, nela estabelecem, como já falei atrás), pois, na opinião dele, “quando você coloca o diferente, você tem o preconceito, quer dizer, tem preconceito tem discriminação porque ele é diferente do outro, ele não faz parte daquele perfil que toda a gente partilha então, tudo que é diferente cria divisão no meio; o diferente faz o jogo da oposição do outro lado para

se sentir aceito ou não no colectivo”.

Deste modo, para amenizar os desgostos decorrentes do preconceito e/ou da discriminação que ele tem vivenciado na sociedade brasileira, o mesmo afirma que procura ter como referências pessoais os heróis da resistência negra contra a colonização europeia e tirar destes exemplos de vida que lhe dêem forças para “tocar a vida para frente”. Isso, na sua opinião, o difere do negro brasileiro que, muitas vezes, tem como referências figuras públicas destituídas de um histórico de luta ao lado das causas dos negros.

“Eu como negro tenho referencial e, o meu referencial é Agostinho Neto, meu referencial é Patrício Lumumba, meu referencial é Amílcar Cabral, meu referencial é Senghor, meus referenciais são os heróis da resistência negra contra a colonização europeia. Eu cresci vendo esses referenciais o tempo todo. Cresci, apesar de ter sido num estado de colonização, num país onde o negro é a maioria então, é diferente do negro brasileiro... então os nossos referenciais são diferentes e a partir desse referencial, você percebe a discriminação no dia-a-dia ou não”.(Manito, 16.08.2001)

Engana-se, portanto, quem pensa que somente os estudantes angolanos negros é que se sentem discriminados no Brasil, pois a estudante Camila, que é uma angolana branca, admite ter se sentido, em muitas ocasiões, duplamente discriminada: tanto por brasileiros quanto por seus conterrâneos. Os primeiros a discriminam porque eles têm, segundo ela, muita dificuldade em entender que ela possa ser angolana e fale português com sotaque brasileiro (Veja acerca da língua no Cap. 6) e também pelo facto de ela ser branca, já que as imagens que os brasileiros têm de Angola são, segundo ela, as da rede Globo de televisão onde só se vêem negros.

Já a discriminação que sofre por parte dos seus conterrâneos é devida ao facto de ela não ter sotaque angolano, ser branca e estar no Brasil há bastante tempo, o que faz com que a consideram mais como uma brasileira e/ou portuguesa e menos como uma angolana tal e qual como ela gostaria que fosse realmente vista.

Certa vez ela foi solicitada a proferir uma palestra sobre Angola e, quando chegou no local marcado, depois de ter ficado muito tempo à espera, para que fosse encaminhada à sala onde seria feita a palestra, teve que sair procurando onde é que seria, pois a presença dela naquele lugar não causava diferença, porque os anfitriões estavam aguardando uma pessoa negra e não uma branca. Às vezes, diz ela, “parece que as pessoas querem que você

se arrependa de ser branca e quase que tem que fazer um processo inverso ao do Michael Jackson: virar negro”.

“[...] eu fui dar uma palestra, fiquei duas horas na porta do lugar e, por fim, eu tive que entrar e sair perguntando onde é que era, com quem tinha que falar, porque eles estavam esperando uma negra; só porque eu ia falar sobre Angola e era angolana, então eles estavam esperando uma negra... afinal de contas, as pessoas quase que querem que você deixa de ser angolana e nasça de novo”.(Camila, 18.08.2001)

Para terminar, eu diria que a constatação desses factos na experiência desses universitários angolanos no Brasil, não deve significar o fim, mas sim o começo de um processo de reflexão por nossa parte (professores, alunos, instituições de ensino, programas de intercâmbio educacional e outras autoridades) de forma a trazer, para a realidade escolar as circunstâncias vividas por esses estudantes e inserí-las dentro de um campo de relações mais amplo, onde se possa perceber essas pessoas como sujeitos portadores de identidades que vêm para somar, prioritariamente no interior da universidade e, depois, na sociedade como um todo.

Essa seria uma forma também de mostrar essa realidade que tem feito sofrer seres humanos, pois pode parecer algo simples para alguns, mas para esses universitários que sofrem na “pele” essas questões do preconceito e da discriminação não é nada simples de enfrentar. É muito complexo e é bem real.

Num momento em que vimos repetidas vezes o *slogan* “TODOS OS HOMES SÃO IGUAIS”... na propaganda feita pelas redes televisivas do Brasil para anunciar a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Correlata realizada em Durban, África do Sul, de 31 de Agosto a 17 de Setembro do ano 2001, penso que coisas como as que discutimos nesse item parecem-me não ser privilégios apenas dos universitários angolanos; muitas pessoas têm sofrido essas mazelas em suas vidas, o que não faz essas práticas menos dolorosas, mas sim, cada vez mais repugnantes e repudiáveis.

Como religioso que sou, diria que nós, seres humanos, precisamos voltar à essência da vida e ver, no outro, a imagem e semelhança de Deus e amá-lo como a nós mesmos. Se fizermos isso, entenderemos, cada vez mais, o verdadeiro sentido da essência de sermos

seres humanos dotados da capacidade de poder ser, cada vez mais: mais humanos, mais educados, mais respeitosos, mais generosos, enfim, fazer tudo em função do bem.

4.3.1 Aproximações/distanciamentos entre os estudantes angolanos e os motivos que favorecem essas práticas

À continuação abordarei um tema que tem muito a ver com o anterior. Também tratará das relações humanas só que, enquanto no anterior abordei as relações dos angolanos com os **outros**, dessa vez, falarei da convivência destes entre si.

Um dos objectivos específicos propostos no projecto que deu origem a essa pesquisa era o de *descrever as redes de relações que os estudantes angolanos estabelecem entre si e com a sociedade brasileira em todas as suas esferas e espaços*. Nesse capítulo que vem abordando *a vida dos estudantes DENTRO e FORA da universidade*, chegou a hora de nos debruçarmos especificamente sobre os laços e os desenlaces entre esses angolanos, assim como os principais catalisadores dessas práticas.

Dizia, no item 4.2.1, que os laços que se estabelecem entre veteranos e novatos, ou entre novatos e novatos, no momento da chegada ao Brasil, nem sempre continuam firmes, ao longo dos percursos formativos desses estudantes, por causa de outros factores, próprios das interações humanas, que contribuem, ora positivamente, ora negativamente, nesses contactos e que minam a convivência entre esses conterrâneos que, em princípio, espera-se que seja coesa e agradável.

Esses momentos inerentes à chegada desses estudantes, são lembrados nos depoimentos com um certo saudosismo, o que dá a sensação de que esses tenham sido muito agradáveis. Uma das estudantes admitiu que sempre que pôde faz comparações entre a época em que chegou a Belo Horizonte e a atual, já que, naquela havia uma maior interação entre os conterrâneos, inclusive com a participação de uns na vida dos outros. Porém, com o andar do tempo passaram a surgir distinções internas no grupo, que fizeram

com que houvesse separações entre os próprios estudantes, que impediram a continuidade desses laços de maneira harmoniosa, afirma Manuela.

“Eu faço, sempre que posso, uma comparação entre a época em que eu cheguei e essa época atual. Eu lembro que naquela época eu interagia mais com o resto do pessoal, estávamos quase sempre juntos em churrascos, a gente inventava sempre alguma coisa só para poder estar todo o mundo junto num lugar para conversar... nos divertirmos e houve tempo em que participávamos uns da vida dos outros. De certa forma isso diminuiu bastante porque, infelizmente, existem certas pessoas que insistem em querer fazer distinção entre classes, entre quem é filha do Senhor “fulano” e quem é filho do Senhor “sicrano”, quererem fazer diferenciações entre quem tem mais posses ou tem menos posses, quem pode e que não pode, infelizmente, esquecendo-se que isso não deve existir entre nós; em primeiro lugar, somos todos seres humanos; em segundo lugar, independentemente das possibilidades de cada um ter ou não ter, devemos respeito uns aos outros e para me fazer respeitar tenho que respeitar o outro... não devo fazer ao outro aquilo que eu não gostaria que me fizessem; então, por isso é que existe essa péssima convivência; aliás, já não é convivência, na verdade, deixou de ser convivência porque estamos muito afastados uns dos outros, atualmente. (Manuela, 14.06.2001)

Essa opinião é compartilhada por Zezinho. Ele acrescenta que essas distinções chegaram ao ponto de gerar classificações que categorizavam as pessoas em função das condições financeiras ou a partir do poder da sua família o que contribuiu consideravelmente para o real distanciamento entre os estudantes.

“Mal quando eu cheguei, eu via uma coisa prazerosa na comunidade angolana em que o pessoal era muito unido. Isto não se restringia apenas à festas, havia alguns churrascos em outras casas do pessoal... se debatiam aspectos candentes da nossa sociedade angolana porque nós somos intelectuais; então, mesmo que isso não tivesse que mudar nada no nosso país, mas ficávamos com boas relações, era troca de experiência. Isso também começou a gerar certos descontentamentos porque, onde o angolano está, também, às vezes, pisa nos ovos. Para você não estar junto e acontecerem coisas ruins, melhor você se afastar. O pessoal começou a se afastar: houve certas fofocas, intromissão na vida privada de certas pessoas e o pessoal começou a se afastar até chegarmos a ponto de vermos coisas ruins porque já havia angolanos de primeira classe... “filhinhos de papai”... não sei como fizeram esta divisão, se é por questão de aquisição, de dinheiro enfim... o angolano de primeira classe não toma café com pessoas de última geração, coisas assim. Acho que é em função da bolsa. Quem tem bolsa regular ou quem tem pai dele que é executivo lá, enfim, começaram a aparecer coisas do gênero...”.(Zezinho, 29.05.2001)

O estudante Filipe acredita que as bases que dão origem às futuras

aproximações/distanciamentos entre os angolanos são criadas logo na chegada do estudante ao local de estudos porque, segundo ele, quando a pessoa chega, a primeira coisa que os outros querem saber é a sua província de origem e, logo depois, em caso de ser bolsista, a instituição que a financia. A partir desse momento – diz ele – já começa a diferenciação entre uns e outros o que, aos poucos, vai tomando proporções mais críticas até atingir o divórcio total. Ele acrescenta, ainda, que não esperava encontrar uma realidade dessas entre os angolanos no Brasil.

“[...] quando a pessoa chega no Brasil a primeira coisa que te perguntam, ao ter contacto com os outros angolanos... a primeira preocupação dele é saber se você é de que província. Essa é a primeira pergunta: você é de quê província? E a segunda pergunta é: a tua bolsa é de quê Ministério? Essas duas coisas fazem com que a pessoa procure separar-se; a partir daí já começa a ter aquela distância, aquele distanciamento entre as pessoas. Eu até tinha outra convicção antes de chegar aqui. Na realidade eu pensava que as pessoas eram mais unidas, mas quando eu cheguei aqui não é o que eu constatei. Nos primeiros momentos foi havendo aquela amizade depois... praticamente hoje em dia está tudo ‘cada um por si Deus para todos’ ”. (Filipe, 29.05.2001)

Um outro entrevistado também reconheceu que houve momentos que Belo Horizonte se destacava pela estreiteza das relações entre os angolanos. Com o afloramento das segmentações baseadas essencialmente na fonte de renda das pessoas (bolsistas/não bolsistas; bolsas regulares/bolsa irregulares) e na condição de permanência do estudante no Brasil (Visto de estudante, Visto de refugiado, etc) formaram-se grupinhos de afinidade em detrimento da “união”, ou melhor, da aparente união que vigorava entre os angolanos o que, segundo o estudante Manito, reaparece de novo, especialmente em ocasiões festivas.

*“ Já houve época que Belo Horizonte se notabilizava pela estreiteza de convívio entre os angolanos, mas depois começou a aparecer esse tipo de segmentações as pessoas começaram a se distanciar. Quem é **bolsista** do governo angolano e tinha bolsa regular, se relacionava com aqueles; quem era bolsista do governo angolano e não tinha a bolsa regular, ficava como que na berlinda e as pessoas não queriam muito contacto com ele; quem era **refugiado** também acabava espantando as pessoas porque a idéia que se tem de refugiado é que o gajo fugiu de Angola porque aprontou contra o sistema e quem veio de Angola, para estudar com bolsa do governo não queria, de forma alguma, dar razão para que fosse conotado com aquele que está aí como refugiado. Quer dizer: amizade, companheirismo, andar junto, criava um mal estar então, isso acabou separando muitas pessoas. (Manito, 16.08.2001)*

É lamentável, mas é imprescindível reconhecer que assim como há *preconceito e discriminação* dos **outros** para com os angolanos, pode-se encontrar também essas manifestações entre os angolanos só que, com uma diferença: aqui é feito de maneira mais clara. Isso é, a meu ver, o reflexo de uma realidade vivida dentro de Angola que é, de alguma forma, transportado para o Brasil onde esses estudantes tentam, na pior das hipóteses, superar, em suas convivências, as diferenças étnicas, lingüísticas, regionais, ideológicas, etc, para que as relações possam ser mais salutareis pois, como bem diz o estudante Zezinho, “na África essa questão da origem vinga muito e nós nos identificamos com a nossa origem”. É bom esclarecer que essas relações entre os angolanos no Brasil, que envolvem preconceito e discriminação, também são re-configuradas em função de mudanças no espaço e no tempo; elas não acontecem tal e qual como vigoram em Angola.

Ainda sobre esse mesmo assunto a estudante Lorena que não é da região Norte do país, deixa claro no seu depoimento que *“nós sofremos discriminação entre nós mesmos, entre nós angolanos. Quem é do Norte, quem é do Sul, enfim... eu já presenciei e já vivi algumas situações muito desagradáveis de alguém não querer andar contigo porque você é do Sul. É muito chato”*.

Mas alguém poderia questionar-se da seguinte forma: como é possível haver desunião no seio de um grupo em que, há pouco tempo, se dizia haver solidariedade, ajuda aos conterrâneos, redes de sociabilidade e outras acções positivas?

A resposta seria muito simples e pode ser dada em poucas palavras: o que mais une essas pessoas é, a meu ver, a *africanidade* e a *angolanidade*, isto é, o facto de serem oriundos do mesmo continente e do mesmo país. Isso os identifica enquanto grupo e, neste caso, as fronteiras étnicas, lingüísticas, regionais, ideológicas, etc, são relevadas para o segundo plano dando, assim, lugar a um sentimento mais “puro” que valoriza as identidades macros, em detrimento das diferenças no âmbito do micro, o que facilita a aproximação entre os nacionalmente diferentes.

Para ser mais claro eu diria que, em virtude da preservação da união entre esses angolanos, prima-se pela busca dos traços mais comuns, que lembram as origens do indivíduo. Nesse caso são exatamente África e Angola. Pode, é claro, haver divergências entre essas pessoas quando se trata de questões internas ligadas ao país mas, nesse

momento, elas são superadas em função da busca de uma unidade, vista de um ponto de vista mais amplo. Na minha, opinião essa é uma forma que o grupo encontra para resolver os seus problemas inerentes, por exemplo, a solidão do estar longe da sua terra, para se defenderem dos **outros** e se sentirem amparados nos momentos que sentirem aquela enorme *falta da falta de...*

As emocionantes palavras da Manuela, ditas no fim de nossa entrevista, demonstram bem esse sentimento de *africanidade* e de *angolanidade* que cerca essa comunidade quando, com os olhos já cheios de lágrimas, dizia sentir-se muito feliz, sempre que se depara com um angolano ou um africano concluindo o seu curso e voltando para as origens.

“[...] cada vez que eu sei que tem um angolano, um africano, que esteja prestes a terminar o curso, nem queiram saber o tamanho da minha alegria; se eu pudesse pôr no colo cada um de vocês eu punha. É com muito orgulho que eu vejo cada um de vocês se formarem e voltarem para as origens”. (Manuela, 14.06.2001)

Para finalizar essa parte gostaria de ressaltar resumidamente os pontos que me pareceram ser o cerne nessas aproximações/distanciamentos entre os estudantes universitários angolanos da UFMG. Pelo que percebi nos depoimentos desses estudantes, há cinco questões que influenciam grandemente na determinação da convivência interna dessa comunidade angolana, mas é bom que se diga, antes, que a ordem em que serão apresentados esses factores não dita, necessariamente, a hierarquização dos mesmos no interior do grupo pesquisado. Além disso, é importante que essas questões não sejam analisadas isoladamente mas sim que sejam vistas como um conjunto de aspectos onde uns podem complementar os outros ou, até mesmo, inutilizarem os efeitos – positivos ou negativos – dos outros com base nos jogos das compensações, presentes também nas relações desse grupo.

Na verdade, não é um factor sozinho que vai determinar a posição que deve tomar o sujeito dentro do grupo, mas é a soma deles que deverá contribuir para adesão a uns ou a outros. São eles: **a) Ser ou não ser bolsista; b) A província de origem do estudante; c) A condição de permanência estudante no Brasil; d) Interesses pessoais do estudante; e) Relações raciais.**

a) Ser ou não ser bolsista

A divisão que normalmente ocorre entre esses estudantes consiste na separação entre os angolanos que têm bolsa e os que não têm bolsa de estudos, ou seja, acontece no interior do grupo uma diferenciação entre aqueles que estão na universidade sob a tutela de organismos angolanos (Governo Nacional, Governos Provinciais, Empresas Públicas e/ou Particulares, etc.) e aqueles estudantes que estão nela sem o amparo de nenhum desses organismos. Os primeiros têm a “garantia” da ajuda financeira por parte dessas instituições o que garante a sua manutenção, ao passo que os outros têm que suprir suas despesas conforme puderem: por conta própria.

Nas conversas com os entrevistados tentei explorar tanto os *bolsistas* quanto os *não bolsistas* para tentar perceber como é que essas questões interferem nas aproximações/distanciamentos entre esses estudantes angolanos. O que pude concluir é que há mútuas acusações, tanto de um lado, quanto do outro. Cada grupo procurava, de alguma forma, justificar suas atitudes.

Os *não bolsistas* acusavam os *bolsistas* de serem os grandes promotores das separações no seio da comunidade, pois sentem-se “poderosos” pelo facto de possuírem “garantias” de dinheiro. Eles também dizem sentir-se injustiçados pelo sistema vigente no país porque somente uma minoria tem acesso a esses benefícios que, por direito, todos deveriam ter.

Do outro lado, os *bolsistas* dizem que isso não corresponde à verdade, pois os *não bolsistas* é que se sentem complexados, por isso é que se isolam nos seus cantos e procuram cultivar amizades, prioritariamente, entre si. Acrescentam ainda que o facto de eles possuírem uma bolsa de estudos financiada por instituições angolanas não os faz culpados de uma política irregular de distribuição de bolsas, adotada no país, nos últimos anos.

Dentro do grupo dos estudantes *bolsistas* há ainda uma outra consideração a se fazer. Existe, dentro dele, uma outra subdivisão: aqueles estudantes que recebem regularmente os seus estipêndios, ou seja, aqueles que contam todos os meses com o dinheiro, sem atrasos e podem, com isso, colocar em dia os seus compromissos financeiros sem a necessidade de recorrerem à ajuda de terceiros para solucionarem seus problemas

nessa área.

O outro grupo de *bolsistas* é aquele cuja recepção dessa verba é extremamente irregular, isto é, aqueles que recebem o “seu” dinheiro com meses ou, até mesmo, anos de atraso e que, em função disso, têm sua saúde financeira completamente desregulada e isso, é claro, sem falarmos de todas as consequências que disso advêm: falta de alimentos, dívidas, doenças físicas e psicológicas, problemas acadêmicos, baixa auto-estima, etc. Sobre esse grupo de estudantes vale ressaltar que muitos deles só conseguiram continuar os seus estudos porque tiveram a ajuda – essas ajudas não se restringiam necessariamente a objectos materiais eram também de apoio moral e encorajador – apenas dos conterrâneos e de outras instituições (como, por exemplo, a UFMG e as instituições religiosas) que se compadeciam deles, já que quando cá chegaram, muitos perceberam que os estipêndios que estavam programados pelos organismos mantenedores angolanos que os trouxeram ao Brasil, não eram depositados em suas contas bancárias a tempo e hora, como estava previsto o que os impedia honrar os compromissos pessoais assumidos.

As palavras do estudante Zezinho podem ser-nos uma referência importante para visualizar a sensação desses momentos difíceis vivenciados por ele e outros estudantes na mesma condição, quando se viram sem os recursos financeiros das instituições angolanas que deveriam mantê-los no Brasil.

“[...] logo quando cheguei, o governo não honrou com os compromissos assumidos. Um mês depois a bolsa parou e eu tive que ficar dois anos consecutivos sem a bolsa e era uma fase de adaptação... quase comi o pão que o diabo amassou”. (Zezinho, 29.05.2001)

Nesse sentido, pode-se dizer que as aproximações/distanciamentos entre esses estudantes normalmente acontecem entre os que têm as bolsas regulares, de um lado, e os que as têm irregulares, do outro lado, mas nada disso impede que haja também bons e maus relacionamentos entre pessoas do mesmo grupo ou entre pessoas de um grupo e do outro, até porque esse factor não é o único que determina esse convívio, pois tal como já frisei, existem outros.

b) A província de origem do estudante

Quando falo em província de origem do estudante estou-me referindo ao local de nascimento dessa pessoa, já que esse aspecto atrai para si outras identidades que, apesar de não estarem explicitadas nessa única palavra, coadjuvadas aos outros factores, influenciam fortemente na convivência dessa comunidade angolana no Brasil, aproximando os indivíduos ou distanciando-os. Trata-se, portanto, da emergência do regionalismo, do etnocentrismo, das questões ideológicas e das relações de poder produzidas por esses aspectos.

Tudo isso, na minha opinião, somente pode ter algum significado palpável quando analisado de acordo com o contexto sócio-político e econômico angolano, pois acredito que tudo que acontece entre esses estudantes, no Brasil, tem a sua base fundada na vida dentro do nosso país. Lá, historicamente, o regionalismo, o etnocentrismo e as questões ideológicas também têm influenciado cotidianamente a vida das pessoas. Não quero com isso, negar os avanços que têm acontecido nesse país, no sentido de aproximar internamente essas comunidades, porém também não posso negar que há ainda muito a se fazer para chegarmos a uma unidade coesa e coerente entre os angolanos dentro e fora de Angola.

Posso dizer que, entre esses estudantes angolanos de Belo Horizonte, persiste ainda atitudes que demonstram a reprodução do que se vive dentro de Angola. A personificação disso é perceptível nas posturas que as pessoas assumem, ao se depararem com os seus conterrâneos, que tenham nascido em uma determinada região do país, e que são, por isso, automaticamente inseridos dentro de um imaginário popular padrão (social, político e ideológico) que se vive dentro do país, com ou sem a nuance do próprio envolvido. Para terminar, gostaria de acrescentar que essas concepções pré-concebidas que pairam no imaginário popular angolano refletem-se, também, na configuração das relações dos estudantes angolanos da UFMG.

c) A condição de permanência do estudante no Brasil

É também um motivo que pode influenciar na aproximação/distanciamento entre os estudantes angolanos o tipo de visto em que esteja inserida essa pessoa. Apesar de haver

diversos tipos de vistos conferidos pelo governo brasileiro a cidadãos estrangeiros, no caso desses estudantes angolanos destacam-se dois tipos: o visto de estudante e o visto de refugiado. As pessoas que se enquadram na última categoria dizem que os outros não se misturam com eles porque pensam que o facto de possuírem essa modalidade de visto indica que estão envolvidos em problemas políticos. Já os que estão na primeira modalidade de visto dizem que o problema está com os outros, que se isolam. Assim como há distanciamentos, também podem-se encontrar aproximações entre eles.

Apesar disso, vale a pena lembrar que esses factores também não atuam sozinhos na determinação dos afetos e/ou desafetos entre esses conterrâneos, o que significa que se faz necessária a soma dos outros factores, conforme já tive a oportunidade de expressá-lo atrás.

d) Interesses pessoais do estudante

Esse é também um dos factores orientadores nas aproximações e distanciamentos entre os estudantes angolanos, pois pude perceber, nos depoimentos e ao longo desse período de convivência com eles que, em função de interesses individuais, determinadas pessoas se afastaram de umas e se aproximaram de outras.

Na minha opinião e na dos entrevistados, considerando a forma como são configuradas essas questões, elas não passam necessariamente pelo equilíbrio financeiro das partes envolvidas no episódio, mas sim, pela possibilidade dos ganhos (satisfação pessoal, ascendência pessoal, ascendência social, ascendência profissional, oportunidades futuras, etc) gerados em torno dessa aproximação, sobretudo para a parte menos favorecida.

Essa modalidade de aproximação é mais perceptível quando há no meio dos estudantes pessoas oriundas de famílias influentes no cenário político angolano os quais, pela sua condição, tornam-se o centro das atenções dos outros angolanos. É importante salientar que, assim como há alguns estudantes que se aproximam dessas pessoas, outros há que se distanciam delas.

e) Relações raciais

A população angolana é predominantemente de negros. Em função disso, não é muito comum encontrarmos nessas comunidades no exterior estudantes angolanos que não sejam negros, mas quando isso acontece, parece-me que tendem a manifestar-se reações que levam ao afastamento ou ao isolamento dessas pessoas do resto do grupo.

No caso específico do grupo pesquisado, onde há uma estudante branca, ela admite que, apesar das amizades que possui com alguns indivíduos na comunidade angolana, percebe que existe um tratamento diferenciado dessas pessoas em relação a ela. Tratam-na com certo distanciamento e desconfiança o que pode ser entendido como uma forma de preconceito e de discriminação.

Creio que as relações raciais entre esses estudantes angolanos devem ser analisadas dentro de um contexto maior, que deve englobar as manifestações dessas relações na sociedade brasileira, pois acredito que esse espaço tende também a configurá-las de acordo com o contexto histórico local.

Penso que no interior da sociedade angolana – gostaria de ressaltar que o que vou dizer agora não é fruto de uma pesquisa mas sim de impressões pessoais do pesquisador, frutos de suas vivências no terreno – essas relações não se dariam dessa forma, pois existe entre negros e não negros (brancos e seus descendentes) uma convivência que poderia chamar de amena ou tranqüila. É mais fácil, na minha opinião, deparar-se em Angola com preconceito e discriminação em questões ligadas ao regionalismo, ao etnocentrismo, a ideologias, enfim, como já falei no factor “b”, do que com aspectos estritamente raciais. Por isso, repito, as atitudes desses estudantes devem ser analisadas também em conformidade com as diretrizes espaço-temporais no contexto brasileiro.

Em relação á relativização desses factores na determinação das aproximações e dos distanciamentos no interior dessa comunidade angolana, como já disse atrás e mais uma vez elucidado nesse item, pode-se reafirmar que esses enlaces não são influenciados apenas por um factor, o que não impede que, em alguns momentos, um deles possa assumir o papel dominante e os outros, recessivos, isto é, um deles assumir o papel principal e os outros ficarem em segundo plano na determinação desses enlaces e desenlaces.

TERCEIRA PARTE

4.4 O significado da experiência de viver no Brasil para os estudantes angolanos da UFMG

Numa relação intercultural tal como na que estão envolvidos os sujeitos dessa pesquisa, todas as ações que partem deles e dos **outros** contribuem, de alguma maneira, para a formação de marcas positivas, como também de marcas negativas nos sujeitos, dos dois lados. Como fruto de minha experiência sei que, depois de uma aventura dessas de viver vários anos no país dos **outros**, nós nunca mais somos os mesmos até porque, conforme já disse atrás, ao interagirmos com os **outros** isso nos transforma, assim como nós também influenciemos na mudança daqueles que estão a nossa volta.

Nas entrevistas com esses estudantes, quando pedia que falassem daquilo que ficava como mais significativo de suas experiências no Brasil, por muitas vezes apareceram expressões como: “foi uma lição de vida”, “foi uma grande experiência”, “aprendi muito”, “foi uma escola de verdade”, “é um aprendizado”, “conheci verdadeiramente a sociedade brasileira”, “a experiência foi boa”, “amadureci muito”, etc.

Diante de uma variedade tão grande de sentenças como as que acabei de citar, não há como não acreditar que esses estudantes tenham tido uma experiência rica em todas as esferas de suas vidas: no lado espiritual, no lado intelectual, no lado material, no lado das relações humanas, no lado cultural, no lado estético, no lado musical, no lado político, no lado profissional, enfim, para resumir, poderia dizer que eles tiveram uma experiência rica do ponto de vista humano e profissional.

O estudante Zezinho expressou os seus sentimentos em relação ao seu aprendizado em terras brasileiras com as seguintes palavras:

“[...] a vida é uma escola e a gente tem que saber também perder; perder com dignidade. Das derrotas a gente tira um proveito para não voltar a cometer os mesmos erros e eu acredito que o tempo que estou aqui amadureci muito em todos os níveis: no lado crítico, no lado de ser um bom observador, o lado de ser organizado porque a faculdade é isso também está a me preparar para ser um bom profissional. Lógico que em toda coisa tem lado bom e lado negativo; nós temos que ver a coisa do lado positivo. Essa maturidade que a gente granjeou aqui é muito boa. A experiência foi boa. Esse intercâmbio com o pessoal

brasileiro... a faculdade... os conhecimentos que estamos tendo seria bom se a gente também pudesse aplicar nem que fosse uma 4.ª parte disso; seria proveitoso mesmo no nível pessoal como no nível profissional”.(Zezinho, 29.05.2001)

Já o estudante Manito foi categórico em afirmar que viver no Brasil constituiu um aprendizado. Segundo ele, quando é que se poderia ver, no cenário político africano, um Presidente do Senado ou um Presidente da República serem questionados e julgados pelos seus atos? A nossa presença, como africanos, no Brasil e em outras nações do mundo – acrescenta –, é uma oportunidade que temos para aprendermos com eles alguma coisa positiva e compartilhá-la na nossa terra com os nossos povos, para assim ajudarmos na construção de novos caminhos, diferentes daqueles que têm sido trilhados por nossos governantes, pois, se procedermos como eles, de nada valerá a nossa passagem pelo Brasil ou em outra nação do mundo com experiência democrática.

“Para nós que somos africanos e que estamos aqui a estudar é para aprendermos alguma coisa positiva para compartilharmos na nossa terra, porque se nós repetirmos as atrocidades que os nossos governantes cometem em África contra o povo, não valeu a pena nossa passagem pelo Brasil. Nem no Brasil, nem em Portugal, nem na França, nem em qualquer outro país ocidental com experiência democrática. Estaremos traindo as nossas convicções, estaremos traindo o nosso povo porque, por algum motivo, Deus nos mandou para o Brasil. Eu acho que é exatamente esse aprendizado para a gente poder compartilhar com o nosso povo esse negócio que é o Brasil. Em síntese, eu acho que é isso”.(Manito, 16.08.2001)

Como vemos, esse viver e conviver com a sociedade brasileira proporciona, não só a aquisição daqueles saberes escolares que poderão garantir, ou não, o sucesso profissional, mas também contribui para que esses estudantes reflitam sobre os problemas dos seus países e as possíveis saídas. Assim, falar dos significados das experiências dessas pessoas no Brasil implicaria, sem dúvida, conforme já dizia no capítulo 2 na parte referente à Revisão Teórica, incorrer também na experiência extra-escolar deles, o que nos levaria, entre outros campos, ao campo dos processos de constituição das identidades que são contínuos, e nunca estáticos, em função das mudanças espaço-temporais e, no caso deles, na *hibridização das culturas* brasileiras e angolanas a que estão submetidos esses estudantes e da qual, ainda que queiram, não poderiam escapar.

Lembro-me que, no momento em que esses estudantes eram solicitados a falar acerca do significado dessa experiência, inicialmente silenciavam-se por alguns segundos e,

em seguida, davam um longo e profundo suspiro, o que deixava transparecer neles um aspecto externo um tanto quanto ambíguo e confuso, difícil de descrever. Era possível perceber que vivenciavam, ao mesmo tempo, sensações que variavam entre satisfação/insatisfação, bem-estar/mal-estar, ânimo/desânimo, otimismo, perdas/ganhos, tristeza/alegria, felicidade/infelicidade, preocupação/despreocupação, enfim – isso chamou-me atenção porque reparei que esse estado somente era perceptível nesse momento e repetiu-se com vários dos entrevistados.

Ao analisar os depoimentos depois desse pequeno momento de introspecção, pareceu-me que as informações que davam, davam-nas a partir de um prisma utilitarista e positivista da experiência vivida em terras brasileiras, ou seja, procuravam falar sobretudo do lado positivo dessa experiência e da possível utilidade desses saberes, apreendidos ao longo de suas trajetórias quando, um dia, estiverem no país de origem, como apareceu, por exemplo, nos depoimentos supracitados. No entanto, para minha surpresa, nesse momento pouco se falou dos percalços surgidos no decorrer desse processo optando, ao invés disso, por valorizar tudo quanto adquiriram na convivência com os **outros** nessas terras brasileiras, como ingredientes importantes em seus currículos.

Para alguns desses estudantes, incluindo o pesquisador, a experiência de ser estudante no Brasil, veio complementar e estruturar o que já tinham vivenciado na época em que cursaram o Ensino Médio em outras localidades, longe de suas famílias, onde também tiveram que aprender a dividir tudo: dividir espaço, dividir dificuldades, dividir alegrias, dividir tristezas, dividir vitórias, dividir fracassos, ser solidário, compartilhar roupas, ou seja, aprender a aprender com a vida dos outros e de si próprios e, além disso, a saber dar valor às conquistas, porque cada uma delas tem o seu valor.

No meu caso – só para ilustrar essa situação –, o valor que tem a conquista do Ensino Médio, feito na República de Cuba, jamais será superada por nenhuma outra experiência desse tipo porque, apesar de ter sido feito também fora do meu país, o sabor dela é singular e as circunstâncias que cercaram sua efetivação se enquadram num momento muito especial da minha vida, em que as minhas pretensões, as minhas aspirações, os meus desejos, etc, eram diferentes dos de hoje, por exemplo. Porém, do mesmo modo que aquela conquista tem o seu valor preservado na minha memória, essa também será imortalizada em

minha vida por causa dos numerosos ganhos (Acadêmicos, Artísticos, Financeiros, Profissionais, Afetivos, Religiosos, Pessoais, Culturais, etc) que obtive e também por causa dos infortúnios que vivenciei ao longo desse tempo no Brasil que nunca tinha vivenciado antes.

4.4.1 A vida religiosa como parte importante da experiência dos universitários angolanos da UFMG

A meu ver, ao falar do significado da experiência da vida desses estudantes no Brasil, não podemos esquecer de nos referirmos também ao papel da crença em Deus que essas pessoas carregam consigo, já que todos eles reconheceram encontrar nela, nos momentos mais difíceis, forças e conforto espiritual para superar seus desgostos, dados pelas adversidades no dia-a-dia, mas também para comemorar, quando chegassem, as vitórias.

Para a estudante Manuela, por exemplo, a crença em Deus ajudou-a, entre outras coisas, a ter fé em que, apesar das dificuldades, tudo teria um fim glorioso; a ter fé na vida; a ter fé no ser humano; a acreditar que, no futuro, teremos um mundo melhor; a não desacreditar dela mesma porque existem muitas barreiras e elas se levantam todos os dias, mas que é capaz de superá-las com a força do poder de Deus. É também nessa mesma óptica de pensamento que a estudante Lorena admite que o facto de estar em contacto com as obras divinas, faz-lhe acreditar que existia uma esperança e que as dificuldades eram necessárias e, por isso, buscava forças em Deus para vencê-las.

Já o estudante Filipe, que cresceu sob a influência direta dos ensinamentos da palavra de Deus, através dos pais frequentadores da Igreja Tocuista, diz acreditar muito no poder de Deus e na educação religiosa porque ela ajuda a impedir que as pessoas não cometam actos negativos contra si mesmos e contra os seus semelhantes, pois o conhecimento desses ensinamentos abrem caminho, segundo ele, para que a pessoa veja o outro como filho de Deus também e, portanto, digno de respeito. Esses, entre outros, são, segundo ele, os motivos que não o fazem distanciar-se dos ensinamentos de Deus, nem das práticas religiosas.

O estudante Manito, por sua vez, afirma que a questão religiosa é muito forte e, acrescenta ainda que quando uma pessoa se identifica com Deus, quando ela coloca Deus em primeiro lugar, as chances que ela tem de identificar-se com o outro são maiores e quando ela se identifica com o outro, ela não passa por cima do outro; ela respeita o outro.

“A questão religiosa é muito forte em mim. Ela é, acima de tudo, você poder se identificar com o outro. Quando você se identifica com Deus, quando você coloca Deus em primeiro lugar, as chances que você tem de se identificar com o outro são maiores e quando você se identifica com o outro você não passa por cima do outro, você respeita o outro. Quando você tem diferenças com o outro você resolve as diferenças sem mágoas, sem transtornos, então, para mim, acima de tudo, religião é isso. A maior religião que eu aprendi de Deus é a religião de você se apaixonar pelo homem. Você se apaixonar pelo homem é você sentir a dor do outro. Nesse sentido a religião ocupa, para mim, o centro de todas as coisas. Não é a religião dos homens, de igreja 100% o tempo todo, mas é uma religião do indivíduo com Deus. É uma coisa que tem que sair de dentro para fora; não é algo imposto de fora para dentro. Não é uma coisa que você tem que fazer aquilo porque o Padre ou porque o Pastor mandou. Sou eu e Deus”.(Manito, 16.08.2001)

Mais adiante, o mesmo estudante comenta, ainda, que é essa concepção que tem de Deus que o “incentiva a lutar por mudanças em Angola, na África, nas famílias e, em particular, em busca de uma religião que não o tolha como indivíduo, porque Deus respeita a opinião do homem desde que ela não venha a tirar a liberdade dos outros, é claro”.

Na essência, esses estudantes angolanos integram as mesmas denominações religiosas dos brasileiros. Não existem, em Belo Horizonte, comunidades religiosas restritas aos angolanos ou africanos; sendo assim, suas obrigações, enquanto membros dessas comunidades, são as mesmas das outras pessoas integrantes da denominação onde estiverem inseridos esses sujeitos, o que poderá variar de um lugar para outro e de acordo com o compromisso que cada um tiver com sua igreja.

Em função de suas tarefas escolares, alguns desses estudantes admitem ter uma frequência irregular aos cultos (ou missas) durante os dias de semana mas, nos fins de semana, normalmente vão. Outra actividade que seria importante destacar aqui é que aqueles que são Protestantes participam da Santa Ceia em suas igrejas e os Católicos também recebem a eucaristia junto com os outros fiéis em suas congregações. É também de praxe fazerem contribuições financeiras, mas não são todos os que se dedicam a dar o

chamado dízimo, ou seja, dez por centos dos rendimentos que a pessoa obtenha durante um certo período de tempo.

Durante as férias escolares alguns participam de campanhas de evangelização, no Brasil e em outros países, de forma, segundo eles, “a ganhar almas para Jesus”. Há ainda que se considerar a presença desses estudantes-religiosos na área musical de suas igrejas, através de suas participações em grupos corais, bandas, solos ou em outras formas de manifestação artística musical que tem sido, para eles, como uma forma de unir o útil ao agradável, isto é, louvar a Deus e “matar a saudade”(no próximo capítulo falarei mais sobre isso).

Bem, para finalizar, diria que, para esses estudantes, a crença em Deus, trás a eles um conforto que não há como mensurá-lo ainda que eu queira fazê-lo. Isso se qualifica no âmbito dos ganhos espirituais que guardam, a meu ver, uma relação de esperança em algo que transcende o campo terreno e alcança o campo do sobrenatural de onde acreditam, muitos deles, buscar forças suficientes para diminuir carências que não são supríveis por coisas materiais.

É importante deixar claro que, com a exceção da estudante Camila, que declarou acreditar em Deus mas não pertencer a nenhuma denominação religiosa, os demais já faziam parte de comunidades religiosas em Angola, o que pode justificar, também, o apego deles as questões religiosas no Brasil; seria apenas uma maneira de dar continuidade àquilo que já exerciam, apesar da necessidade de ter que contextualizar essas práticas.

Posso dizer, para concluir, que, para mim, não é fácil expressar de maneira cristalina o que significaria para essas pessoas a experiência de viver na terra dos **outros**, visto que, nas condições em que se encontram essas pessoas, ora transparecendo-lhes amor, ora mal-estar, em relação à sociedade anfitriã, por causa da hibridização, inclusive dos sentimentos, torna essa descrição concentrada mais difícil. Para propiciar uma compreensão da magnitude desse fenômeno, creio que é necessário remetermo-nos à obra como um todo, pois cada detalhe dela procura evidenciar o lugar dessa experiência na vida desses sujeitos.

Penso que conflitos como esses, no âmbito dos sentimentos, é muito comum que aconteçam, pois a própria convivência com os **outros** encarrega-se de deixar em nós experiências de marcas positivas e também negativas; porém, o mais importante é saber

aprender algo nesses acontecimentos, conforme explicita o depoimento do estudante Zezinho no início desse item(4.3.1)

4.5 Homens e Mulheres: diferenças e identidades nas trajetórias no Brasil

Apesar desse estudo não estar especificamente voltado para a análise de relações de gênero, achei por bem falar um pouco disso, pois essa é uma das categorias que sustenta o estudo e deve ser tratado.

Conforme apontei na introdução desse capítulo, não farei uma análise aprofundada dessa dimensão da vida desses sujeitos porque, ao longo da coleta dos dados, as informações relativas a isso não foram suficientemente exploradas. Sendo assim, ater-me-ei em torno daquilo que pude colher no decorrer da pesquisa e com base na experiência que tenho como integrante desse grupo.

Durante as entrevistas quando eu indagava às pessoas acerca das diferenças e/ou igualdades que percebiam entre os homens e as mulheres angolanos ao longo de suas experiências como estudantes no Brasil, as respostas pareciam-me ser fracas e pouco significativas. Tanto os homens quanto as mulheres diziam não conseguir perceber grandes diferenças entre uns e outros; só conseguiam perceber de um modo mais genérico as identidades entre eles.

Dentre os aspectos ressaltados pelos depoentes está o concernente aos relacionamentos(namoros e casamentos) entre homens e mulheres, nos quais as mulheres qualificam-se como conservadoras porque, segundo elas, normalmente procuram formalizá-las com homens africanos e, de preferência, que sejam angolanos. Para justificar essa postura, uma delas disse que isso é para evitar o jugo desigual porque, algum dia, elas terão que voltar para Angola e, certamente, nem o rapaz, nem a sua família desejaria deslocar-se para Angola e, por causa disso – acrescenta –, teria que voltar sem ele e, além disso, amargar com a dor do abandono: aquela que popularmente se chama no Brasil de “dor de cotovelo”.

Ao mesmo tempo em que dizem isso, também, se contradizem quando afirmam que os brasileiros é que “não se aproximam” para que isso aconteça realmente. Será que eles é que “não se aproximam” ou elas é que não deixam que eles se aproximem? Segundo elas, é mais fácil encontrar um homem africano namorar uma brasileira do que uma africana namorar um brasileiro.

“ Sempre que eu posso eu fico me perguntando isso: é mais fácil encontrar um africano namorar uma brasileira do que uma africana namorar um brasileiro. Eu não sei o por que!”. (Manuela, 20.04.2001)

O que tenho percebido em relação a isso é que quanto mais novas (infância e/ou adolescência) as angolanas tenham vindo ao Brasil, menos resistência têm em estabelecer laços com brasileiros; porém, quanto mais adultas, maior resistência têm em se relacionarem com eles. Creio que existem também outros factores que determinam esses entrelaçamentos como, por exemplo, a presença de africanos, no local de estudos, que interessam a elas, e vice-versa.

Concordo com as mulheres quando dizem que os homens têm menos resistência em relação a isso, pois são muito comuns nessas comunidades a celebração de matrimônios entre africanos e brasileiras, o que não é comum entre as africanas e os brasileiros. Penso que isso tem a ver também com a educação que elas recebem ao longo de suas vidas na qual ás mulheres são-lhes permitidas socialmente algumas ações ao passo que aos homens dão-lhes mais liberdade. Em resumo, penso que esses papéis sociais assumidos historicamente por homens e mulheres, embora sejam dinâmicos e inerentes às sociedades, também têm sua interferência nesse processo.

Em tarefas como as que envolvem a realização de festas dentro da comunidade, apesar da contribuição financeira ser igual para todos, para que não haja falhas, quase sempre há a participação efectiva de homens e mulheres, tanto na preparação, quanto na sua concretização, mas as tarefas são diferenciadas: as mulheres pelos seus finos conhecimentos de culinária, são quem prepara as comidas típicas africanas, que são saboreadas nesses eventos tão desejados, tanto pela comunidade africana, quanto pela brasileira e de outros países. Aos homens, cabe a compra dos produtos essenciais, a arrumação do salão, o transporte desses produtos ao local do evento, etc.

Certamente esse assunto merece uma discussão maior mas, nesse momento, são esses aspectos os que pude elucidar em relação aos homens e as mulheres angolanos estudantes da UFMG.

5 EU SINTO FALTA DA FALTA DE...

5.1 Introdução

Ainda no âmbito da “*vida dos estudantes angolanos no Brasil*”, nesse capítulo que intitulei “*eu sinto falta da falta de...*”, abordarei as questões relativas ao sentimento de **saúde** que envolve essas pessoas no decorrer de suas experiências na terra dos outros. Veremos, portanto, como é que essas pessoas lidam com esse sentimento inerente ao ser humano e as formas mais comuns que eles usam para tentar amenizá-la.

Inicialmente farei uma síntese sobre o que esses estudantes dizem sobre a saudade que eles têm de sua terra natal mas enfatizando, sobretudo, aquilo de que eles mais sentem falta. Logo depois falarei das formas mais usadas por eles para suprir essa falta que sentem dos seus “bens”, em virtude da ausência dada pela distância e pelos factores psicológicos e sociais.

Dentre as formas mais comuns, identificadas por esses estudantes, como mecanismos de atenuar a “*falta da falta*”, podem-se destacar: *o diálogo e as visitas aos conterrâneos, as confraternizações, os trabalhos escolares e a participação em actividades artísticas: música e dança.*

No primeiro caso, falarei do lugar que esse item ocupa no meio desses estudantes e como é que, na prática, isso se efetiva entre os conterrâneos. Já com relação às confraternizações (Festas) elas serão fruto de uma análise minuciosa de modo a deixar claro para o leitor, do papel social delas para essa comunidade angolana e não só.

Para finalizar esse capítulo, tratarei dos últimos dois aspectos supracitados, que fazem parte do sub-item correspondente às “*outras formas de matar a saudade*”. Nelas abordar-se-á o espaço que ocupam, na vida desses estudantes angolanos, os exercícios académicos que tratam de temas ligados à África e/ou Angola, já que eles contribuem também para a valorização da identidade desses estudantes e atuam como nexos na aproximação dos mesmos às suas origens podendo até aliviar a *falta da falta de*.

Nesse mesmo momento também referir-me-ei aos grupos musicais (e de danças) formados por angolanos, residentes em Belo Horizonte, que procuram expressar, com suas

manifestações artísticas, parte daquilo que se vive na sociedade angolana através dos cânticos e das danças pois, segundo seus integrantes, esse instante, além de ser um momento de distração e de lazer, transforma-se, também, numa oportunidade de reviver, um pouco, as culturas africana-angolana, ao mesmo tempo em que ajudam também a amenizar *a falta da falta*.

Conforme já vinha dizendo ao longo dos outros capítulos, todas essas manifestações deverão analisar-se a partir do contexto brasileiro, pois, a meu ver, elas são estratégias colectivas de superação das carências, mas também de resistência ao desenraizamento de suas culturas de origem, estando no Brasil. As alianças, que se fazem em prol da efetivação disso, provavelmente não seriam possíveis ou, até mesmo desnecessárias, se esses indivíduos estivessem em suas regiões de origem. Por isso é que devemos analisar essa experiência dentro dessa realidade brasileira em que vivem esses sujeitos, até porque esse ambiente também os modifica (na forma de ver o mundo, na forma de ver o outro, na forma de pensar, de vestir, de comer, de falar, de ouvir, etc) o que contribui, em alguns momentos, para uma mudança de postura, pois o que a pessoa pensava lá, no conforto de todo o seu aparato familiar, pode não ser a mesma coisa no Brasil, em função dos determinantes espaço-temporal e do hibridismo cultural.

5.2 Tenho saudade da minha terra

Segundo o Novo Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA (1989), **saudade** quer dizer: *lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las*. Nele acrescenta-se ainda que isso pode designar também *o pesar pela ausência de alguém que é querido*.

Nunca antes tinha-me ocorrido definir o que é que seria saudade. E você? Já lhe ocorreu fazer isso? Lembrei-me agora de uma conversa que tive, acerca disso, com minha amiga, Sra. Marli, quando ela me disse que “saudade a gente não define; a gente sente e pronto!” E o que é que nós sentimos quando estamos com saudades? Muita coisa, não é

verdade? E poderia imaginar as conseqüências disso? Bem, só quem já sentiu **saudade** alguma vez na vida é que poderá identificar-se com esse sentimento e, evidentemente, com a grandeza desse capítulo como um todo. Saberá, por exemplo, entender que, por mais que o autor dessa obra queira descrever as manifestações dessas virtudes no seio dos universitários angolanos da UFMG, não conseguirá ser suficientemente claro para desnudar isso porque a **saudade** é um sentimento indescritível, sobretudo quando ela é genuína, isto é, quando ela brota do fundo do coração.

Mas voltemos agora ao que mais interessa no nosso trabalho, ou seja, aos depoimentos desses estudantes angolanos em relação a isso. Como já dizia atrás (Ver capítulo 3) que a literatura sobre experiências de migração têm apontado que essas pessoas sentem muita falta dos apoios psicológicos e sociais dos grupos de referência da sua área de origem (PASTORE, 1969), o que, no caso dos sujeitos dessa pesquisa, apesar de não se tratarem de casos típicos de migrantes definitivos, mas sim de migrantes temporários, eles também sentem falta desses apoios, pelo que podemos enquadrá-los nas mesmas circunstâncias das outras modalidades migratórias respeitando, é claro, as devidas diferenças.

Através dos depoimentos desses sujeitos pude constatar que, independentemente do tempo que essas pessoas tenham vivido fora de Angola e dos problemas sociais que aquela nação africana atravessa, eles sentem muita saudade da vida naquele país. Esse sentimento se manifesta através de desejos muito simples e que, às vezes, podem parecer incoerentes e, até mesmo, causar espanto, por parte de quem as ouve dizer, por exemplo, o sentir “a falta da falta da água”, como se referiu uma das entrevistadas; mas também por aquelas questões mais complexas, das quais somente o convívio no ambiente da cultura de origem é que pode proporcionar o espaço adequado para que tais factos aconteçam naturalmente, como pôr uma roupa típica sem que, para isso, se torne alvo de olhares constantes dos **outros**.

A estudante Manuela, por exemplo, ao se referir à saudade que tinha do seu ambiente de origem, dizia que só não conseguiria dimensioná-la porque não há como fazê-lo, já que, “a saudade não tem tamanho”. Ela acrescenta, ainda, que sente muita falta da convivência familiar o que, aliás, com a exceção de uma das entrevistadas, que se encontra no Brasil desde pequena, com os seus pais, é característica predominante da maior parte

desses estudantes angolanos.

“Se pudesse dizer o tamanho da saudade eu diria... (risos), mas ela não tem tamanho porque apesar de nós termos aqueles todos nossos problemas eu ainda acho o nosso país muito acolhedor; muito caloroso; muito lar... (risos). Eu sinto falta da convivência familiar, da convivência com os meus amigos, do país em si. Eu sinto falta da falta da água, eu sinto falta do mosquito, eu sinto a falta da falta de luz; é engraçado, mas eu sinto a falta disso... (risos)”. (Manuela, 14.06.2001).

Como vemos nesse depoimento, várias dessas coisas que a estudante cita aí poderiam, e têm sido vivenciadas por ela, também no Brasil, mas o que está em jogo nesse caso é o significado que envolve o contexto de cada uma dessas experiências, pois acredito que, uma vez ou outra, essa estudante deve ter se deparado com falta de água na sua casa, com falta de luz, etc, – ainda que isso tivesse sido programado e avisado antecipadamente pelas empresas responsáveis por esses serviços – mas nada disso poderia satisfazê-la porque faltava o contexto psicológico e social que cercava esses factos no seu local de origem, o que lhe permitiria reconhecer e aceitar esses factos como “seus”.

Para o estudante Manito, que afirma que o seu desejo sempre foi o de morar em Angola, tudo lhe dá saudade: a igreja, os amigos, os torneios desportivos, as viagens pelo país, as farras, as meninas, enfim, e tudo isso exige retorno, mas o retorno, infelizmente, ainda não é tempo de fazê-lo, afirma ele.

“O meu sonho foi sempre morar em Angola e tudo me dá saudade, quer dizer, os finais de semana na Igreja, o final de semana na farra com os amigos, os torneios desportivos que a gente disputava, o campeonato nacional, o torneio africano, quer dizer, as viagens para Cabinda onde a gente detonou o “time” lá de handebol, quer dizer, tudo me dá saudade, cada detalhe de Angola dá saudade. A saudade exige retorno e o retorno ainda não é hora, infelizmente. A gente tem que esperar o tempo certo. Tudo me dá saudade em Angola”. (Manito, 16.08.2001)

Até aqui, pode-se perceber que, independentemente das possibilidades, ou impossibilidades, que cercam cada um desses angolanos estudantes da UFMG, o sentimento de saudade é algo comum para todos eles. Como bem apontou o estudante, Manito em seu depoimento, “a saudade exige o retorno” e eu também concordo, mas nem todos os angolanos dessa universidade possuem condições para retornarem periodicamente ao país de origem, em função de limitações financeiras, assim como também por impedimentos do

ponto de vista jurídico, isto é, os casos dos estudantes que têm os vistos de exilados políticos que não podem voltar, porque senão perdem legalmente essa condição de refugiados.

Para isso é que existem as outras formas, que tentam amenizar a sensação “*da falta da falta de*”, que impregna essas pessoas das quais lançam mão, tendo em conta a realidade da comunidade onde está alocado esse angolano. Dentre essas práticas suplementares tenho a destacar, como já disse no início desse mesmo capítulo, *o diálogo e as visitas aos conterrâneos, as confraternizações, os trabalhos escolares e a participação em actividades artísticas: música e dança*. Sobre isso que, a seguir, dedicarei a minha exposição.

Porém, é importante deixar claro, aqui, que essas práticas, que serão apresentadas, não devem ser vistas isoladamente de tudo quanto já se falou nos capítulos anteriores, em relação á convivência desses estudantes angolanos entre si e com a sociedade brasileira. Digo isso para que não se perca a noção de relação e continuidade que deve caracterizar o interior dessa pesquisa, pois essas práticas também se inserem nas mesmas relações, que já existem no âmago das redes de solidariedade e sociabilidade, que caracterizam a convivência entre os angolanos.

5.3 O diálogo e as visitas aos conterrâneos como uma das formas de “matar a saudade”

Tinha dito no capítulo anterior que existem entre esses estudantes angolanos, apesar de todas as limitações internas, redes de solidariedade e de sociabilidade que fazem com que se constitua, no meio deles, uma comunidade, dentro daquilo que chamei de *africanidade e angolalidade*. É, portanto, a partir dessa visão, quase que homogeneizante, porém restrita, que podemos dizer que acontecem, também, as práticas de diálogo e de visitas aos conterrâneos, como uma das formas de “matar a saudade”.

Claro que não podemos nos esquecer de que as relações que esses estudantes estabelecem entre eles nas suas variadas formas de interação, têm também a influência daqueles factores que apontei no item 4.3.1 dessa pesquisa e que não deixam de ser

preponderantes também nessa etapa, já que podem favorecer, ou não, os diálogos e as visitas entre os conterrâneos. A intensidade e a regularidade desses contactos vão depender, portanto, do tipo de relação que as pessoas envolvidas possuem entre elas.

Nesses encontros, normalmente, esses estudantes angolanos compartilham de informações relativas à situação socioeconômica e política de Angola, pensam nas perspectivas futuras para o país, assistem vídeos, lêem revistas, jornais e tudo que os possa deixar informados dos acontecimentos do país e da África; escutam músicas angolanas e de outros países africanos, preparam comidas típicas – nem sempre isso é possível –, partilham das dificuldades e vitórias de uns e de outros, além de poderem conversar em português angolano (Ver Cap. 6) e nas línguas nacionais, isto é, em casos em que sejam pessoas pertencentes às mesmas etnias. Mas, nesses encontros, também surgem as complicações próprias da sociabilidade humana (fofocas, intrigas, mentiras, etc) o que contribui para o surgimento de discórdias entre esses compatriotas.

Para a estudante Lorena, as visitas aos colegas foram, durante muito tempo, uma de suas opções favoritas de “matar a saudade” porque, nelas, ela podia manter um contato pessoal com os conterrâneos, conversar de coisas comuns da terra mãe ou de outros assuntos pertinentes, ouvir músicas, etc., mas com a deterioração das relações dentro da comunidade angolana em Belo Horizonte, essas práticas ficaram limitadas a um círculo de pessoas muito reduzido.

“Eu gosto mais é de visitar as pessoas, ficar conversando, ligar para as pessoas quando eu não puder ir, enfim... ir á casa de alguém ficar conversando, escutar música, pra mim já basta! Hoje eu posso visitar, mas eu não posso. Você sabe! Como nós já falamos, esse preconceito, discriminação, fofoca aqui, fofoca ali, eu acabei me retraindo e falei: olha, para evitar problemas, intrigas, quem quiser procurar me procura”. (Lorena, 20.04.2001)

Outro estudante, que também admitiu ver nesses mecanismos uma fonte de amenizar a dor da distância, foi o Filipe, que afirmou que o diálogo entre os colegas permite que a pessoa se distraia um pouco pois, muitas vezes, mesmo que a pessoa esteja em um lugar onde há música angolana e/ou africana, ela o remete a um ambiente imaginário e, nesse momento – diz ele – precisa-se de alguém para compartilhar essa sensação que brota

espontaneamente na sua mente e que, de alguma forma, mexe consigo.

“O diálogo entre os colegas é que faz com que você procure se distrair, porque a música te toca mas na medida em que te toca, te faz recuar no espaço e no tempo... é uma coisa que você, às vezes, acaba convivendo imaginariamente. Depois, pela conversa com colegas... dançando e tal... você acaba matando aquela saudade. Se é que tem possibilidade de matar isso”. (Filipe, 29.05.2001)

Para finalizar, eu diria que, como disse no início, apesar da *africanidade* e da *angolanidade* que influencia as relações entre esses estudantes, essa convivência não deixa de ter os resquícios dos laços baseados naqueles factores, que citei, quando falava da *aproximação e do distanciamento entre os estudantes angolanos*. O mais importante de tudo isto é que, apesar de todas diferenças existentes entre esses angolanos, eles mantêm ainda laços de solidariedade e sociabilidade entre si.

5.4 As confraternizações (as festas) como uma das formas de “matar a saudade”

Os espaços de lazer e de convivência entre os angolanos, em Belo Horizonte, se fundem e se complementam com os que existem, de um modo geral, para a comunidade africana. O ponto mais expressivo que marca a convivência dessa comunidade são, quase sempre, as festas promovidas por estudantes e/ou imigrantes desses países africanos em comemoração das datas alusivas às independências dos seus países de origem, e cujo intuito principal é o de reunir a comunidade africana para lazer; mas esses momentos acabam servindo, também, para o fortalecimento dos laços entre os continentalmente iguais e na auto-afirmação das identidades.

No entanto, dentre todas, a festa que mais reúne africanos é a que se faz em virtude do dia 25 de Maio, em reverência a data da fundação da Organização da Unidade Africana-OUA, evento que já se tornou, por unanimidade, uma referência importante de lazer tanto para a comunidade africana assim como para alguns dos não africanos em Belo Horizonte. Creio que o facto dessa festa, em especial, não possuir a marca de um único país africano,

isso facilita a adesão das pessoas à mesma, sem o perigo de atrair compromissos político-ideológicos, priorizando apenas a diversão.

Em função do papel social dessas actividades festivas elas são esperadas com muito entusiasmo por essa comunidade pois, nelas, as pessoas, além de poderem rever os amigos, conhecerem outros africanos, ouvir e dançar variados estilos de música africana, podem também usar roupas típicas da África, com um pouco mais de tranquilidade do que se o fizessem em outros espaços, onde teriam os constantes olhares de admiração dos outros e isso, sem contar com as atitudes daquelas pessoas que são mais ousadas e que chegam ao ponto de tocar nas roupas e fazer perguntas, com aquela expressão de quem vê alguma coisa muito estranha, ou melhor, exótica.

Em relação a isso, vou narrar, rapidamente, um facto engraçado, que aconteceu comigo, dentro de um restaurante, quando trajava roupa típica africana feita de um tecido parecido com a pele de uma onça.

Eu já estava sentado à mesa, na sala do restaurante, à espera da refeição que tinha solicitado ao garçom quando, de repente, um menino, com aparentemente doze anos de idade, chegou perto de mim, segurou na minha roupa e disse: quantas onças você matou lá na África para fazer essa roupa, hein? Inicialmente levei um susto, porque eu não esperava que alguém me tocasse naquele momento e, menos ainda, que me fizessem uma pergunta dessas. O pior de tudo isso é que quando olhei para o menino – que estava acompanhado dos pais – parecia-me que estava realmente chateado com a situação e falava a sério! Bem, para encurtar a história, tentei explicar para ele que aquilo não era uma pele de onça, mas sim um tecido desenhado com a aparência da pele de uma onça.

O que eu queria mostrar, com esse pequeno acontecimento, é que, se eu trajasse essa mesma roupa, lá na minha terra, as probabilidades de que aparecesse algum menino para fazer insinuações desse tipo seriam mínimas, ou até mesmo nulas. É claro que esse menino, certamente, tinha alguma noção da diversidade da fauna africana e devia ter, se não me engano, alguma consciência dos perigos que ela corre por causa das matanças indiscriminadas dos animais pelos caçadores, que são incentivados pelos grandes mercados dentro e, sobretudo, fora do continente africano.

Por causa de factos como esses é que esses estudantes angolanos afirmam que

evitam utilizar suas roupas típicas africanas, a não ser em ocasiões especiais, pois elas chamam muita atenção das pessoas, por onde quer que passem. Para evitar esses constrangimentos, alguns deles adotam estratégias como, por exemplo, usar apenas uma peça desses trajes africanos de cada vez, combinando-os com outras roupas não típicas.

Por exemplo: no caso de um traje típico masculino, eles optam por usar apenas a camisa ao invés de vestir também a calça, os sapatos e o chapéu juntos formando o conjunto, já que tudo junto chamaria muito a atenção das outras pessoas e transformaria o usuário em “o diferente” mesmo sem querer sê-lo.

Apesar disso, gostaria de advertir os leitores para o facto de que, apesar dessa roupa típica despertar tanta atenção das pessoas em sua volta, isso não é concebido por esses angolanos, necessariamente, como um ato negativo mas sim, também, como formas de elogio e de reconhecimento à beleza que só essas roupas têm, dadas as suas especificidades e particularidades.

A estudante Manuela, que diz que nunca foi usuária assídua de roupas no estilo africano, nem em Angola, nem no Brasil, admite que aproveita os momentos festivos para envergar os poucos trajes desse tipo que possui.

“Não. Não é comum para mim usar roupa africana. Nem aqui nem lá. Uso roupa africana, basicamente, em festas. Nas festas africanas eu faço questão de usar roupa africana. Como eu não uso todo o dia, não tenho essa possibilidade de usar todo dia porque elas são caras então, tenho a possibilidade de usar elas mais no dia da África”.(Manuela, 14.06.2001)

Penso que esse momento ele é revestido de um grande significado que excede, a meu ver, aquilo que é aparentemente observável a olho nu: os pratos típicos, ou as comidas típicas; a dança, ou as danças típicas; as roupas típicas; as amizades “antigas” e a possibilidade de constituir “novas”; as conversas com os conterrâneos – que podem efetuar-se na língua portuguesa angolana, na brasileira ou em ambas concomitantemente e, também, em línguas nacionais. Enfim, pode-se dizer que esse é um espaço que permite que essas pessoas revivam um pouco de suas culturas de origem, sem a preocupação de que poderão ver examinados os seus modos de ser, atos ou comportamentos, a não ser pelos

seus pares, o que é menos preocupante, pois nessas festas eles são os anfitriões e os **outros** ocupam o lugar de visitantes.

Um dos estudantes entrevistados, que já se encontrava no último semestre lectivo do seu curso faz, inclusive, um apelo aos seus colegas, que ficariam no Brasil, para que não deixassem morrer essas actividades, porque, segundo ele, era uma forma que tinham para viver e reviver suas culturas e de mostrar aos outros o que é deles.

“[...] eu acho que são importantes as nossas festas porque a gente recorda os nossos pratos que nem sempre a gente tem tempo de fazer no nosso dia-a-dia[...] acho que as pessoas se encontram, conversam, procuram mostrar aquelas danças africanas é aí que eu vejo que é importante esse tipo de ambiente continuar mesmo para os que vão ficando, a medida que vão ficando, não podem deixar desaparecer esse lado. É uma forma de mostrar também a nossa cultura”. (Filipe, 29.05.2001)

É bom esclarecer que esses encontros de confraternização não se limitam somente a datas alusivas às Independências dos países dessas pessoas, mas também por outros motivos como aniversários, casamentos, nascimentos, formaturas, comemorações de vitórias em copas desportivas, churrascos ou, simplesmente, um encontro de amigos sem nenhuma pretensão especial, a não ser o de promover uma confraternização no âmbito da *africanidade* e da *angolanidade* porque, para nós africanos, tudo é motivo de festa e, portanto, tem que ter a música e um “pé de dança”.

5.5 Outras formas de “matar a saudade”: os trabalhos escolares e a participação em actividades artísticas.

5.5.1 Participação em actividades artísticas: música e dança

Dentre as outras formas de “matar a saudade” que esses estudantes usam estão as actividades artísticas ligadas á música e á dança. Essas duas actividades artísticas são interligadas entre si, isto é, têm tudo a ver uma com a outra, a partir de uma leitura africanista dessas artes. Para mim, que sou músico, quando escrevo ou entôo um cântico, junto com ele também imagino os possíveis movimentos que podem acompanhá-lo. Creio

que isso é próprio da cultura africana. Só nós é que podemos explicar isso, mas também não há palavras que possam fazê-lo; talvez, só vivenciando isso na prática.

Em relação á música, existem em Belo Horizonte três grupos, que se encontram em plena actividade, mas de dança, existia apenas um e não resistiu por muito tempo, porque alguns dos seus integrantes terminaram seus cursos e foram para Angola ou, simplesmente, mudaram-se para outras localidades dentro do Brasil e os que ficaram não puderam prosseguir com os trabalhos, por falta de integrantes. Tanto esse, quanto os grupos musicais, são constituídos por angolanos estudantes, imigrantes e refugiados que usam, em suas apresentações/representações, músicas e danças tipicamente angolanas e/ou africanas.

Os grupos musicais contêm, nos seus repertórios, cânticos religiosos e do folclore tradicional angolano, assim como de outras nações africanas, que são entoadas nas línguas dos nativos (Fiote ou Ibinda, Kikongo, Kimbundo, Umbundo, Lingala) e também na língua portuguesa. Os seus integrantes, conforme pude apreciar em várias ocasiões, além de cantarem essas músicas em suas línguas, também, para melhor caracterização de suas origens, vestem-se com trajes típicos africanos.

As apresentações/representações desses grupos são efetuados em eventos promovidos por instituições públicas brasileiras (Governo do Estado, Prefeituras, Empresas Públicas, Escolas e Universidades Públicas, etc), instituições particulares (Escolas, Universidades e Empresas Particulares, Igrejas, etc), Ong's como, por exemplo, a Cruz Vermelha Internacional, que chegou a condecorar a um dos grupos musicais (o grupo Vocal África Kiese), com uma Menção Honrosa por causa das actividades beneficentes que vinha desenvolvendo junto aos angolanos e africanos em Belo Horizonte e região metropolitana.

Dentre esses grupos, pela sua formação e maneira idônea de atuação junto à sociedade brasileira, dentro do cenário belohorizontino, mineiro e até mesmo nacional, destaca-se o Grupo Vocal African Kiese que tem despertado grande interesse das pessoas e, por isso, tem merecido o reconhecimento notório do público e da imprensa local. Esse grupo é composto por três pessoas que vieram ao Brasil em situações e épocas diferentes; além disso, suas regiões de origem, em Angola, diferem de um para outro: um é da província de Cabinda (o pesquisador), um, da província do Huambo e o outro, da província do Uíge.

Esse grupo representa, na verdade, uma mistura de línguas, etnias, províncias e culturas angolanas o que já não acontece com os outros grupos existentes em Belo Horizonte o que, provavelmente, não seria possível no contexto do país de origem.

As tarefas desses grupos funcionam, a meu ver, como um meio de fortalecimento e valorização da identidade dessas pessoas, já que a presença deles nos eventos, em parte, se deve – não quero aqui desmerecer o valor do talento artístico dessas pessoas –, essencialmente ao facto de eles serem nativos e se dedicarem a uma actividade que só eles saberiam fazê-lo em perfeitas condições. O intuito desses grupos não é, fundamentalmente, o de ganhar dinheiro com essas actividades, mas sim, pelo que me parece, é uma oportunidade que essas pessoas têm de se proporcionarem um ganho interior, isto é, um ganho na auto-estima. Fazer isso remete-os a uma dimensão patriótica, no sentido de que a sua presença, ali, representa um povo, uma nação e não um indivíduo por si só.

Portanto, as pessoas que afluem a esses eventos vão dispostas a apreciar um grupo de Angola ou da África e, como quer que seja, elas não estão muito preocupadas com o indivíduo mas, sim, com o todo: a roupa, a música, a língua, o jeito de falar, o jeito de dançar, etc. Essas particularidades, creio eu, fazem a diferença e chegam a despertar interesse das pessoas porque não é qualquer povo que é representado nesses eventos mas é o povo angolano, que pertence ao continente de onde vieram muitos dos bisavós das pessoas que, hoje, povoam o Brasil. Na realidade, pode-se dizer que o cenário que envolve a apresentação/representação desses grupos, é um espaço que possibilita a exacerbação de múltiplas identidades, tanto do lado da platéia, quanto do lado dos artistas em cena.

O estudante Manito, que forma uma dupla musical com outro angolano, afirma que a participação em actividades artístico-culturais como essas, no Brasil, ajudam-no a manter acesa a chama do amor pela Pátria. Acrescenta, ainda, que quando se refere a um amor pela Pátria isso não pode ser entendido como um ato ideológico pois, para ele, esse amor pela Pátria significa o amor à sua mãe, ao seu pai, aos seus avós, aos seus primos e identificar-se com os problemas que eles vivem, com as pessoas com quem conviveu, o bairro onde morou, com as estradas, com as ruas, as brincadeiras, quer dizer, isso tudo leva-o a amar um pouco daquela Angola. Amar Angola é amar a África em si porque o sofrimento da sua mãe é o sofrimento da maioria das pessoas em Angola.

“Quando eu falo amor pela Pátria parece ser muito ideológico, mas o amor pela Pátria é o amor á minha mãe, ao meu pai, aos meus avós, aos meus primos e identificar-me com os problemas que eles vivem... com a galera com quem convivi, o bairro onde eu morei, com aquela estrada, com aquelas ruas, aquelas brincadeiras “poloquiaie”, menina de Moçambique, quer dizer, isso tudo me leva a amar um pouco daquela Angola e, amar Angola é amar a África em si porque o sofrimento da minha mãe é o sofrimento da maioria das pessoas em Angola, então, isso me faz estar mais próximo de Angola”.(Manito, 16.08.2001)

Não há como representar um povo quando não nos identificamos com ele, isto é, quando não nos identificamos com as suas virtudes, com os seus defeitos e com as suas culturas. Portanto, como já dizia atrás, quando essas pessoas se apresentam em algum lugar, elas também representam um povo, com uma cultura, com uma identidade, com os seus hábitos e costumes e isso é que faz a diferença em meio à riqueza e à grande diversidade artístico-cultural existente na sociedade brasileira. Contudo, o grande ganho de tudo isso é que essas pessoas podem deliciar-se, a cada apresentação, com uma representação de suas culturas de origem e, assim, tentar “matar a saudade” o que não é possível a todos os angolanos, porque nem todos têm esse talento a florado a ponto de agradar-se e agradar à platéia com tais proezas.

5.5.2 Os trabalhos escolares

Resolvi falar um pouco dos **trabalhos escolares** como sendo uma das formas importantes de “matar a saudade” porque, ao longo de minha experiência, tenho sido testemunho desses feitos na vida dos meus conterrâneos. Não deixa de ser também uma outra forma de apresentação e representação de um povo, porque à medida que um estudante estrangeiro fala de um assunto referente ao seu país, mobiliza a si mesmo e aos seus ouvintes, que estarão curiosos em saber cada vez mais – o que é natural, em caso de pessoas provenientes de países como o nosso, quase desconhecido pelos **outros** e, quando sabem alguma coisa, é sobre aquilo que todo o mundo está cansado de ouvir: guerras, fome, doenças, safáris, enfim, para quê falar mais sobre isso se já me dediquei acerca disso no

terceiro capítulo dessa mesma obra.

Apesar das dificuldades de acesso à bibliografia específica, referente a Angola, os estudantes angolanos, que fizeram trabalhos acadêmicos com temas referentes ao seu país e/ou sobre o continente africano, garantiram-me, nos seus depoimentos, terem sentido uma satisfação e um entusiasmo muito particular na realização dessas tarefas. Eles descrevem esses momentos como sendo de um aprendizado especial, particular e de retorno às origens e que os incentivaram, inclusive, a procurar por mais informações científicas sobre o seu próprio país, coisas que, antes da realização de tais trabalhos escolares, não os preocupava.

Na realidade, essa é uma das maneiras importantes que, do ponto de vista acadêmico, poderia ser mais explorada por parte dos docentes, para incentivar a aproximação desses estudantes aos seus países de origem, porque eles passam muito tempo efetuando trabalhos escolares referentes ao Brasil e, um dia, terão que enfrentar uma realidade diferente, onde deverão aplicar os princípios científicos que apreenderam no Brasil. Por isso, na minha opinião, um retorno, ainda que literário e no campo das idéias, faria muito bem para muitas dessas pessoas que, há anos, não põem os seus pés nas suas terras; conforme aponta um dos estudante do curso de engenharia que, se por acaso, lhe pedissem que descrevesse a estrutura geológica do Brasil estaria em condições de fazê-lo mas, se fizessem o mesmo pedido para com a situação geológica angolana, não estaria em condições de descrevê-la.

“... hoje em dia, se você me perguntar: você é capaz de descrever com maior exatidão sobre a estrutura geológica de Angola? Eu vou te dizer que não. Mas se você me disser como é a estrutura geológica do Brasil, principalmente o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, eu vou te descrever normalmente porque são áreas onde a gente vai fazer trabalho de campo, o professor nos leva lá, nos explica a formação, a gênese, aquela coisa toda... então, você acaba conhecendo uma coisa que amanhã você tem possibilidade de mostrar mais para outras pessoas. Então acho que o país perde muito nesse campo porque, praticamente, eu vou chegar em Angola, se você me perguntar eu não vou saber nada sobre a formação Geológica do país. Esta é a desvantagem de estudar fora do país; eu acho”. (Filipe, 29.05.2001)

Como pudemos ver, mais do que uma forma de “matar a saudade”, os trabalhos escolares são também uma maneira de adquirir um aprendizado. E não é qualquer aprendizado; é aquele aprendizado que é imprescindível também ao bom exercício da

profissão. Se quisermos construir um ensino, no verdadeiro sentido da internacionalidade, onde se possam levar em conta as diversidades culturais, as diferenças e as necessidades apresentadas pelas nações representadas nas salas de aulas dessas instituições, e ver as pessoas como elas são, e não como uma massa uniforme, distanciando-nos, portanto, de uma visão *multiculturalista* do ensino para uma uniculturalidade, devemos, então, começar a incentivar, ou até mesmo a forçar mais a realização dessas pequenas ações no meio acadêmico.

Outros estudantes que experimentaram a sensação da realização de trabalhos escolares nessa mesma linha, não tiveram reação diferente, pois admitiram que foram oportunidades únicas que tiveram, para poder mostrar às pessoas, a visão africana sobre certos assuntos, tal como eles as viam como africanos e não a partir da visão dos **outros**: os não africanos. O depoimento a seguir sintetiza bem, mais uma vez, a sensação que esses estudantes sentiram ao fazer alguma coisa que teve a ver com *eles mesmos*.

“... foi uma chance que eu tive de mostrar para eles a visão que os africanos têm sobre a África que é uma visão diferente daquela que o branco tem sobre a África. Uma é a visão que eu tenho sobre mim e outra é a visão que o outro tem sobre mim; então, naquele trabalho, eu pude colocar, realmente, algumas visões que eu, como africano, tenho sobre a África... falar sobre o direito em África e defender uma visão africana que é baseada nos nossos mitos, nossas lendas, nas nossas tradições porque nós, africanos, temos a nossa visão sobre o mundo; a nossa forma de perceber o mundo, temos os nossos mitos, as nossas lendas... se nós trabalhássemos essa visão que nós temos sobre o mundo, se trabalhássemos os nossos mitos, chegaríamos a um paradigma científico nosso e, aí, a gente vai dividir com Antropologia, com a Educação, com cultura, com Direito, com todas as áreas do saber... foi uma chance que eu tive para desbanjar um pouco do meu africanismo na escola... (risos)” (Manito, 16.08.2001)

Para finalizar eu diria apenas que, ao longo de minha experiência escolar fora de Angola, nunca estive tão próximo dela como agora, que me tenho dedicado a um trabalho especificamente voltado para um público oriundo de lá. Penso que, se esse trabalho não me aproximar de Angola, pelo menos eu vou poder conhecer um pouco melhor os meus conterrâneos. Pelo que percebi até agora, ambas idéias são válidas. Da mesma forma, penso eu, que aqueles angolanos que, ao longo de suas trajetórias, fizeram estudos desse tipo, tiveram algum ganho, seja ele acadêmico ou pessoal.

6 “NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA?”

6.1 Introdução

Que o Brasil e Angola são países de língua oficial portuguesa parece-me que, para muitos, isso já não constitui uma novidade. Mas, então, para que é que terei que dedicar parte dessa pesquisa somente para falar acerca dessa “nossa língua portuguesa?”.

O que pretendo mostrar aqui são as variações nas expressões lingüísticas, isto é, as variações na forma de falar, na forma de escrever, no sotaque, na entonação da voz, etc, que caracterizam os estudantes universitários angolanos e que, na interação com os **outros**, corroboram para diferenciá-los dos seus patrícios de língua: os brasileiros.

Julguei pertinente abordar esse assunto aqui porque a experiência dos sujeitos dessa pesquisa, palpada através dos seus depoimentos e da convivência que tenho com eles, não deixa dúvidas de que têm tido dificuldades no uso da língua portuguesa e que isso ocupa um lugar nada desprezível em suas experiências no Brasil. Dependendo do contexto em que essas pessoas estejam inseridas, suas dificuldades na comunicação nem sempre são vistas como problemas; podem também ser interpretadas como um dado positivo.

A questão da língua é tão significativa na vida desses estudantes que eles admitem, inclusive, que chegaram a ponto de ver seus rendimentos escolares diminuídos por causa das dificuldades surgidas em torno da comunicação (ou melhor, pela falta dela) por não conseguirem fazer chegar suas mensagens de maneira eficaz, tanto no ambiente acadêmico onde *o ofício de aluno* exige-lhes uma correta expressão oral e escrita (nos modelos brasileiros), quanto em outros espaços onde se faz necessário estabelecer comunicação.

Por quê será que essas pessoas tiveram dificuldades ao se expressarem? Será que estamos a falar da mesma (ou, na mesma) língua portuguesa agora?

Se esses estudantes tivessem vindo da mesma região de Angola, talvez, diríamos que a inadequação lingüística no Brasil é um problema das pessoas que vêm daquela região, mas, para nossa felicidade – e também nossa infelicidade –, eles vieram de diversas províncias angolanas, o que descarta, automaticamente, essa possibilidade e leva todos eles ao mesmo patamar, pelo menos no que tange à questão da língua. É bom lembrar que essas

variações nas regiões de origem implicam também em possuir uma língua nativa, isto é, uma língua própria do grupo étnico predominante na região, o que pode influenciar na relação do sujeito com a língua portuguesa – conforme já aponte na página anterior, essas variações não serão objecto de análise nessa pesquisa; tomar-se-á como referência a linguagem formal.

BOURDIEU (1996:44) lembra que as “características lingüísticas influenciam fortemente o êxito escolar, as possibilidades de obtenção de emprego, o sucesso profissional, a atitude dos médicos (que dão mais atenção aos pacientes do meio burguês e às suas manifestações, tendendo, inclusive, a formular a seu respeito diagnósticos menos pessimistas) e, de modo mais geral, a inclinação dos receptores a cooperar com o emissor, a ajudá-lo ou a dar crédito às informações por ele fornecidas”.

Como vemos, devido à relevância desse assunto na vida das pessoas em geral e, em particular, na vida dos sujeitos dessa pesquisa, não poderia deixar de abordá-lo. Portanto, será discutido, nesse capítulo, em quatro partes conforme aparecem discriminados a seguir:

Na primeira parte dedicarei algumas linhas para mostrar as dificuldades que esses estudantes tiveram (e têm ainda) tanto no campo acadêmico quanto fora dele, para falar e/ou para escrever na “língua portuguesa brasileira”, visto que os nativos acusam-nos de cometerem erros lingüísticos na comunicação e, do outro lado, os angolanos também dizem as mesmas coisas em relação aos nativos, ou seja, há acusações de ambos os lados em relação ao domínio dessa “nossa língua portuguesa”. Por quê será que isso acontece? O item que tratará desse assunto tem como título **a língua portuguesa angolana X a língua portuguesa brasileira**. Após esse item, virá o que abordará as estratégias de que essas pessoas lançam mão para tentarem preservar o seu *habitus* lingüístico no Brasil. O título dele é: **estratégias usadas pelos estudantes para preservar a língua portuguesa angolana no Brasil**.

À continuação falarei das variações lingüísticas no uso da “nossa língua portuguesa” nos diferentes espaços em que esses angolanos participam. Os pontos de partida para essa análise são as comunicações que essas pessoas estabelecem com os *outros* nos ambientes em que eles vivem e convivem. Um dos ambientes que será retratado é o “ambiente doméstico”.

Chamá-lo-ei assim por ser mais restrito à família e/ou aos conterrâneos. O outro é o ambiente “não doméstico”. Esse se enquadra na comunicação que esses estudantes estabelecem com os não conterrâneos, em quaisquer espaços (na universidade, no supermercado, no restaurante, no cinema, no clube, na igreja, etc.), onde se exige, tanto do emissor quanto do receptor, uma leitura correcta do dito (e do não dito), do escrito (e do não escrito) ou ambos, ao mesmo tempo, para conseguir captar a mensagem “certa”. Esse item está sob o título: **as variações no uso da “nossa língua portuguesa” no ambiente doméstico e em outros ambientes.**

Falarei, para terminar, da **língua como um dos traços distintivos que identificam o estudante angolano no Brasil**, tema que se refere à abordagem que farei em relação às particularidades que caracterizam as expressões dessas pessoas na comunicação com os **outros**, que é uma espécie de “marca registrada”, que permite identificá-los como pessoas não nativas nos espaços onde estiverem. É também nesse item que vou falar da importância da preservação desse elemento diferenciador e identificador da língua portuguesa angolana, no Brasil, como uma forma de aumentar a auto-estima e o orgulho pessoal.

Na verdade, se levássemos em consideração, desde o início, todas essas questões inerentes às variações lingüísticas na vida desses estudantes angolanos no Brasil, creio que as expressões que mais se adequariam a anunciar esse capítulo seriam: “nossas línguas portuguesas” ao invés de “nossa língua portuguesa?” pois, apesar de ser nominalmente a mesma língua, como veremos mais adiante, elas diferem muito uma da outra, de tal forma que as diferenças chegam a causar transtornos à vida dos sujeitos que se vêem envolvidos em situações em que, porventura, precisem comunicar suas idéias, sentimentos, desejos, angústias, enfim, entre outras coisas.

6.2 A “língua portuguesa angolana” X a “língua portuguesa brasileira”

Será que existe uma língua portuguesa angolana e outra língua portuguesa brasileira ou existe apenas uma única língua portuguesa? Se nos detivermos a analisar essa pergunta nos seus detalhes, certamente ela nos daria outros desdobramentos e, provavelmente, nos conduziria a uma outra pesquisa. Como essa não é a nossa intenção, então partiremos, sem perda de tempo, ao que mais nos interessa: às vivências desses estudantes angolanos em relação aos usos da língua portuguesa no Brasil.

Uma breve incursão à literatura que versa acerca do papel da linguagem na estrutura social, nos alerta que *não se pode dissociar a linguagem da estrutura social em que é usada, pois uma relação de comunicação lingüística é, fundamentalmente, uma **relação de força simbólica**, determinada pela estrutura do grupo social em que ocorre a comunicação, ou seja, pelas relações existentes entre os interlocutores.*(SOARES, 1995:55 In: GOMES, 1998:43. Grifo do autor)

Ainda acerca dessa relação comunicativa entre as pessoas, ou melhor, entre “emissor e receptor, fundada no ciframento e no deciframento, e, portanto, na operação de um código ou de uma competência geradora, a troca lingüística é também”, segundo BOURDIEU,

“uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital lingüístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos”. (1996:53)

Partindo do pressuposto de que não devemos dissociar a língua do seu contexto de produção e que o processo de sua efetivação na interação diária com os **outros**, pode despertar reações positivas mas também negativas, onde *o dito e o não dito* (tanto na escrita quanto na fala) são caracterizados como “signos de riqueza” alvos de apreciação, de aceitação, de admiração, de negação, etc, pode-se prever que esses estudantes universitários angolanos que estão longe do contexto onde se produziu a língua que usam, teriam dificuldades na comunicação com as outras pessoas no contexto brasileiro.

Essas dificuldades foram expressas nas falas dos entrevistados e nelas mostravam suas preocupações em relação a isso, mas também buscavam justificativas para tentar entender o que estava a acontecer, visto que são pessoas que pensavam que dominavam os rituais da fala e da escrita mas, num dado momento de suas vidas, viram questionadas suas formas de expressão; seja ela oral ou escrita.

A questão da língua, para o estudante Zezinho, tem uma incidência negativa para os não nativos do Brasil. Além de terem adotado alguns termos totalmente desconhecidos em Angola, na sua opinião, os brasileiros também falam diferente, escrevem diferente, pronunciam diferente e, sobretudo, usam muito o gerúndio. Ele afirma, ainda, que, em algumas das aulas que assistiu na sua chegada ao Brasil, não conseguia entender nada do que os outros falavam.

“[...] esse é um problema a se ter em conta porque, parecendo que não, influi negativamente para nós porque eu digo que o brasileiro adotou certa linguagem que adaptou à linguagem brasileira e, isso faz com que a gente se perca um pouco. Parecendo que não, eu tive dificuldades sim. Apesar de ser a mesma língua eu tive dificuldades porque eles escrevem diferente de nós, sem dúvidas, e pronunciam também diferente de nós e têm termos que eles adotaram, são totalmente desconhecidos e eu tive problemas sim. As vezes eu ficava na sala de aulas e não entendia nada do que estavam falando... havia relatórios de práticas de laboratório de Física, Química, eu escrevia, mas algumas palavras que eu escrevia eram tidas como erradas, porque eu tinha que escrever como eles e, sobretudo, usam muito o gerúndio. Então foi difícil. Parecendo que não, mas influi muito para nós”. (Zezinho, 29.05.2001)

Mesmo depois de ter sido um profissional de jornalismo em Angola, actividade que lhe exigia, de antemão, um domínio da língua portuguesa, como vemos, muitas de suas palavras eram concebidas como erradas e, para piorar as coisas, quando se viu privado de condições financeiras no Brasil por causa dos atrasos verificados na recepção do seu estipêndio, apesar dos obstáculos legais que impedem o exercício de actividades remuneradas para estudantes-convênio, não podia atuar como jornalista no Brasil, segundo ele, por causa das diferenças na linguagem usada, já que o público alvo seria o público brasileiro. Acrescenta, ainda, que se fizesse alguma coisa nesse sentido, devia sujeitar-se à

censura dos colegas para que pudessem adequar os seus escritos à escrita brasileira. Foi a partir daí que conseguiu pequenos trabalhos que lhe permitiram ganhar “algum dinheiro”.

“Isto foi muito triste porque como estudante convênio estou proibido de exercer actividades remuneradas então, como jornalista eu tenho minha carteira profissional, sou membro da OIJ (Organização Internacional de Jornalistas) posso exercer a minha profissão em qualquer parte do mundo... eu corri atrás, só que a linha editorial é diferente, então, eu não podia falar como locutor em qualquer órgão de comunicação social. Eu não podia porque o público alvo é o público brasileiro e eu estou totalmente deslocado. O mínimo que eu podia fazer era escrever e merecer a censura para poder adequar a minha escrita à escrita brasileira... então fui fazer assim algumas coisas que chamam de “bico” na TV Cultura, no Jornal O Globo depois, estive também um certo tempo num jornal filiado ao Sindicato dos Trabalhadores... coisas que podiam me dar algum salário mínimo, não como salário, alguma recompensa pelo o que eu estava fazendo”. (Zezinho, 29.05.2001)

É fundamental, antes de imergir em outros depoimentos em torno desse assunto, observarmos alguns aspectos que já me parecem ser importantes: o primeiro é que ao mesmo tempo que o estudante diz que a sua linguagem (oral e escrita) é tida como errada pelos brasileiros, ele também vê da mesma forma a linguagem deles, ou seja, diz que a linguagem dos brasileiros é errada; o segundo aspecto é que ele reconhece que existem diferenças entre a língua portuguesa usada no Brasil e a língua portuguesa usada em Angola; o terceiro e último aspecto é que à medida em que crescia o seu tempo de interação com os brasileiros isso favoreceu uma identificação mais apurada ao modelo lingüístico brasileiro e permitiu-lhe, com o tempo, entender e ser entendido melhor.

O estudante Filipe também admite que, quando chegou no Brasil, teve muitas dificuldades para se comunicar, tanto por via oral, quanto pela escrita. Ele afirma ainda que as pessoas ao seu redor, mesmo depois de terem passado muitos anos, argumentavam que a sua forma de falar era muito “enrolada”, isto é, muito complicada e difícil de se entender com perfeição. Segundo ele, os seus interlocutores diziam que o seu português é mais parecido com o português de Portugal e isso dificulta a compreensão.

“Tive uma dificuldade enorme porque isso impedia a minha comunicação. Quando eu cheguei, escrevia uma coisa do jeito que pensava que era, o professor colocava errado... principalmente em termos de Química que tinha que escrever algumas respostas teóricas. Em caso de Matemática até valia porque são contas, mas em termos de teoria aquilo dava

uma grande dificuldade porque você, por exemplo, escrevia uma palavra que aqui eles escrevem diferente aí o professor riscava, considerava como errado e você tinha que ir lá discutir com o professor. Até hoje as pessoas dizem que eu falo muito enrolado. Segundo eles, meu português é mais português de Portugal... eu tive nota negativa em Geometria Analítica porque o professor chegava na sala de aula, tinha uma voz fininha, ele falava e eu não entendia nada... às vezes quando eu ia perguntar, ele também não entendia nada. Houve um dia que a gente apresentou um trabalho na escola – me recordo que é o 1.º seminário que a gente apresentou – e o nosso grupo ficou formado com quatro pessoas: três angolanos e um brasileiro. Nós fomos falando, coloquei uma planilha, comecei a explicar e o professor só foi acompanhando porque eu estava colocando as transparências. Depois da gente ter terminado de apresentar o trabalho, ele chamou a gente e disse assim: eu entendi do vosso trabalho porque a medida em que vocês foram apresentando as transparências, eu estava acompanhando as transparências e, aquilo que vocês estavam falando, na verdade, é aquilo que eu também sei; mas o que vocês estavam a falar... a explicar... sinceramente, eu não estava entendendo nada. Aí ficamos: mas professor nós estávamos a falar português! Ele disse: mas vocês estão muito enrolados com o vosso português porque vocês falam português de Portugal e nosso português é mais brasileiro. Sinceramente, foi uma grande dificuldade a questão da língua, a adaptação porque às vezes você chegava e falava uma coisa que lá em Angola é uma coisa normal e aqui é uma ofensa, então são coisas que foram limitando os nossos contactos”.(Filipe, 29.05.2001)

A limitação a que esse estudante se refere em relação ao cuidado no uso de palavras que, em Angola podem significar uma coisa e no Brasil significar outra coisa, na verdade, é uma forma de sobrevivência da língua nas comunidades lingüísticas pois, segundo BOURDIEU (1996:26), “numa sociedade diferenciada, as palavras que chamamos comuns como, por exemplo, ‘trabalho’, ‘família’, ‘mãe’, ‘amor’ recebem, na realidade, significações diferentes, e até antagônicas, pelo facto de que os membros da mesma ‘comunidade lingüística’ mal ou bem utilizam a mesma língua e não várias línguas diferentes”. O autor acrescenta ainda que “o que explica a existência de um número cada vez maior de significados para os mesmos signos é, sem dúvida, a unificação do mercado lingüístico”. Isso é que permite que angolanos e brasileiros possam, apesar das limitações, “dialogar” entre si, pois a unidade lingüística permite-lhes o mínimo de condições reais para que isso aconteça no meio deles.

Na minha opinião o que é preciso que haja entre nós é a consciência de que essa “nossa língua portuguesa” é produzida em contextos diferentes e deve ser entendida assim, porque senão, continuaremos acusando uns aos outros de agressores das nossas “próprias”

línguas. Devemos, além disso, entender que a língua é diversa e dinâmica e é nesse processo que podemos encontrar a sua vitalidade, existência e resistência para as outras gerações que, algum dia, ocuparão nosso espaço.

Muitas vezes a insistência dos professores, dos colegas, dos amigos e as obrigações próprias da necessidade de comunicar-se com os outros, tem feito com que essas pessoas adotem para si, paulatinamente, a língua portuguesa no modelo brasileiro. É o caso da estudante Lorena que afirma que no primeiro ano dela no Brasil, teve um verdadeiro choque lingüístico, pois a maior parte do que ela falava (e escrevia) era considerado como erro pelas pessoas que estavam à sua volta, sobretudo a sua professora de língua portuguesa nos primeiros anos do Ensino Médio. Ela exemplifica essa situação dizendo que quando se dirigia às pessoas com frases do tipo “estou a comer” isso soava para elas como se fosse uma forma errada de dizer “estou comendo”. Apesar de não ter abandonado por completo essa maneira de falar e de escrever, depois de ter vivido muito tempo no Brasil, já conseguia lidar com essas questões com uma maior “naturalidade” do que na época em que chegou.

“Quando eu fiz o segundo grau, nós tivemos muitas dificuldades – digo nós porque estudei com outros angolanos. No primeiro ano, foi um choque, porque nós falamos ‘estou a comer’ e a nossa professora de Português considerava errado. Então, assim... hoje que tenho sotaque brasileiro, foi bem forçado pelos professores, principalmente essa professora de Português porque para ela, o nosso infinitivo ao falar é uma forma errada do tipo ‘estou comendo’. Até hoje, posso te dizer assim, com os meus colegas eu, às vezes, eu me esforço o máximo para não falar ‘estou a comer’, ‘estou a fazer’ e eles sempre falam: Lorena, ‘estou a fazer’, não. ‘Estou fazendo’. Eu falo ‘estou a fazer’. Não tenho obrigação de falar estou fazendo. Se bem que eu falo, aliás, tenho doze anos de Brasil!”.
(Lorena, 20.04.2001)

A adaptação lingüística do estudante angolano à língua portuguesa usada no Brasil, é dada na mesma proporção em que incorpora, também, outros aspectos que perfazem a cultura brasileira. Esse movimento implica, de um lado, a aproximação à linguagem brasileira, mas, do outro lado, o distanciamento paulatino da língua portuguesa usada em Angola. Isso traz consigo suas vantagens, mas, também tem suas desvantagens.

As vantagens disso é que essas pessoas poderão, a partir daí, comunicar-se com maior facilidade com os brasileiros, já que, “o produto lingüístico só se realiza

completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado; além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientam a produção. Por meio desses efeitos, inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso”. (BOURDIEU, 1996:24)

De posse do arsenal lingüístico, ainda que não seja no nível dos nativos, ele poderá emitir e receber mensagens com maior fidelidade, isto é, estará com isso munido das ferramentas que lhe permitirão codificar e decodificar os discursos dos outros, visto que,

*“o que circula no mercado lingüístico não é “a língua”, mas discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor transforma a língua comum num idioleto, e do lado da recepção, na medida em que cada receptor contribui para **produzir** a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva”.*(BOURDIEU, 1996:25. Grifo do autor)

Como já disse se, de um lado, consegue-se perceber todas essas vantagens na aproximação do estudante ao modelo lingüístico brasileiro, do outro lado, não é possível dizer-se a mesma coisa porque o distanciamento do estudante angolano do modelo lingüístico usado em Angola, subtrai de si parte importante de sua identidade (falarei disso mais adiante).

O estudante Manito, por exemplo, afirma que esse distanciamento acontece aos poucos e é mais perceptível quando ele conversa e/ou escreve para familiares ou amigos que estejam em Angola ou, ao manter contacto com pessoas que tenham vindo recentemente de lá. No primeiro caso, segundo ele, essas pessoas têm demonstrado descontentamento em relação à mudança para “pior” na sua forma de expressar-se: por via oral e na escrita.

“Hoje eu tenho dificuldade de escrever como escrevia antigamente; muita dificuldade. Eu escrevo para amigos, para colegas em Angola, eles dizem: o que é que aconteceu com o seu português? A gente fala português ao telefone, eles dizem: o que é que está acontecer com o teu português? Você não sabe mais falar português? Então, isso não é só em relação à ortografia, é também em relação à própria articulação da linguagem do Brasil. Então, para quem quer voltar para Angola, o conselho é que ele tenha essa articulação transcultural com o Brasil mas, ao mesmo tempo, continue pesquisando como autodidacta, para não perder aquilo que adquiriu de Angola. Agora, se o estudante quiser permanecer

no Brasil, tudo bem. Querendo voltar, ele precisa realmente guardar essa parte cultural lingüística que é do país, porque vai fazer falta, com certeza! (Manito, 16.08.2001)

Em relação ao outro aspecto, que diz respeito aos contactos com os conterrâneos, é importante porque é uma forma de poder readaptar suas formas de expressão ao modelo angolano, pois “quanto mais recente é o angolano no Brasil, mais as pessoas tentam também chegar àquele português original da nossa terra. Porém, quanto mais antigo no Brasil é esse angolano, mais à vontade as pessoas se comportam, quer dizer, isso dá presença a termos regionais do Brasil, principalmente os mineiros, é claro. Ele afirma ainda que percebe que “há uma luta das pessoas em tentar adaptar-se à linguagem angolana e, ao mesmo tempo, à linguagem brasileira; isso é “um inferno!” “é um horror!”.

Baseando-se em sua experiência de vida com os conterrâneos, o estudante Manito diz ainda que, na época em que chegou ao Brasil, notou que os angolanos que encontrou tinham uma linguagem muito impregnada com os jeitos brasileiros de falar, mas com a aceleração da convivência deles com os outros angolanos, alguns deles, conseguiram retornar minimamente ao referencial lingüístico angolano. Porém – acrescenta – a aquisição do modelo lingüístico brasileiro é uma realidade que todos nós, tarde ou cedo, acabamos incorporando em nossas vidas, consciente ou inconscientemente, tanto na fala, quanto na escrita do português.

“essa galera que está aqui há mais tempo, quando nós chegamos, falavam “dji”, “tchi” “jdipois” o tempo todo. Alguns já conseguem fugir do “dji”, “tchi” “jdipois”. Outros ainda não conseguiram fugir do “dji”, “tchi”, “jdipois”; talvez pelo tempo que eles desenvolveram essa linguagem. Tem gente que não tinha outra saída e foi falando “dji”, “tchi”, “jdipois” com o tempo. Essas pessoas lutam para voltar a falar “de”, “te” “depois”. Não sei se você – dirigindo-se ao pesquisador – percebe isso no dia-a-dia. Daí a importância do relacionamento dos que vêm com os que estão aqui há muito tempo”. (Manito, 16.08.2001)

Esse esforço desesperado feito consciente ou inconscientemente, para alcançar a correção dos aspectos estigmatizados de suas pronúncias, de seus léxicos (com todos os eufemismos) e de sua sintaxe, ou então, na confusão que os faz “ficarem sem ação”, tornando-os incapazes de “encontrar suas palavras”, como se ficassem de repente expropriados de sua própria língua (BOURDIEU, 1996:39) corrobora, evidentemente, a

deixar esses estudantes numa situação nada confortável social e lingüisticamente.

Preservar a língua nos moldes da aquisição primária – considerando aqui como primária a língua portuguesa no estilo angolano – não é uma tarefa fácil para nenhum desses estudantes angolanos que vivem *na terra dos outros* e que estão expostos constantemente, à forças proporcionalmente opostas, entre si, em função da falta dos reforços que os garantam o equilíbrio entre os factores a favor e os factores contra a aquisição dessa linguagem dos **outros**, tanto na fala quanto na escrita, para que não se percam nesse emaranhado de línguas. Falando nisso, em qual dessas línguas esse discurso está a ser escrito? Será que é na língua portuguesa angolana ou na língua portuguesa brasileira?

Essa é uma pergunta que me persegue ao longo de toda a minha pesquisa e, aliás, não vou conseguir respondê-la, pois, pelo que me parece esse texto traz em si as duas formas de expressão e, confesso que me é difícil, nesse momento, depois de ter vivido oito anos no Brasil, decidir-me por uma ou por outra forma de escrever. Não consigo mais escrever como angolano, mas também não sou um autêntico brasileiro na escrita.

São essas múltiplas identidades que permeiam a vida do estudante angolano no Brasil – das quais não pode fugir – e que o tornam tão híbrido a ponto de correr o risco de não saber mais quem ele é, pois não é só a língua portuguesa que é afetada nessas interações, mas também alteram-se as maneiras de vestir, de concepção de mundo, de paladar, de dançar, de ouvir, enfim, são tantas coisas que se continuar a listá-los aqui, a lista seria infinita. Mas, então, diante desse cenário, como é que esses estudantes fazem para tentar preservar suas identidades lingüísticas angolanas?

6.3 Estratégias usadas pelos estudantes para preservar a “língua portuguesa angolana” no Brasil

Penso que agora já é possível entender que esses estudantes angolanos, apesar de incorporarem traços lingüísticos da cultura brasileira, também preservam, tanto na fala quanto na escrita, traços lingüísticos do português no modelo angolano. Essa preservação é feita de maneira consciente, mas também através de atitudes inconscientes, ou melhor, com

atitudes não programadas.

Preservar o hábitus lingüístico primário é uma necessidade permanente para esses estudantes, sobretudo para aqueles que pretendem, como bem apontou o estudante Manito, um dia voltar para Angola, pois lá não bastará apenas “falar” português, mas sim, será necessário “saber falar” português e, o que é pior, fazê-lo no modelo lingüístico angolano.

Percebi, pelas falas desses sujeitos, que essa não é uma tarefa fácil de garantir, porém para tentarem equilibrar a balança lingüística, eles lançam mão de algumas estratégias. Dentre as práticas mais comuns que contribuem para a preservação da língua para esses estudantes angolanos, podem-se citar as seguintes:

- As conversas com os conterrâneos;
- conversas por telefone com parentes e amigos em Angola;
- correspondência via internet com amigos e parentes em Angola;
- correspondência por cartas com amigos e parentes em Angola;
- escutar música angolana em português;
- leitura de revistas, jornais e livros de autores angolanos;
- visitas periódicas a Angola.

Como já disse atrás, esses aspectos ajudam a preservar, mas não impedem que o estudante incorpore, na sua escrita e/ou na fala, termos próprios do contexto brasileiro e que concorrem à formação de uma linguagem, que não é a que se pode chamar de autenticamente brasileira, mas também não é a angolana. Essa mistura lingüística é mais perceptível quando essas pessoas têm contacto com os seus conterrâneos no Brasil ou em Angola – para aqueles que podem fazê-lo periodicamente.

O preservar e o não preservar a língua é um dilema que permanece vivo para esses sujeitos, ao longo da vida deles *na terra dos outros* pois, na condição de estrangeiros em que estão imersos esses angolanos, ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de manter um distanciamento dos falantes nativos, de modo a preservar, em parte, a identidade inerente às suas origens, também sentem-se na obrigação de melhorar sua forma de expressão para que possam ser entendidos melhor pelos outros. Tal como têm vindo a

apontar os dados dessa pesquisa, esses universitários angolanos vivem constantemente sob esse dilema que reveste sua condição de estrangeiros, não só com relação à língua, mas também em outras áreas de suas vidas: na estética, na indumentária, na alimentação, na música, na dança, na religião, na habitação, etc.

6.4 As variações no uso da “nossa língua portuguesa” no ambiente doméstico e em outros ambientes.

Conforme apontei no começo desse capítulo, essa parte será dedicada às variações do português em função do ambiente onde ele é usado. Estará em foco o “ambiente doméstico” e o ambiente “não doméstico”. O primeiro refere-se àquele ambiente onde o português é usado em espaços mais familiares ao estudante do ponto de vista da língua, isto é, aquela língua que é usada na interlocução com a família, com os amigos e, em geral, com os conterrâneos angolanos. O outro ambiente é aquele em que essa língua é usada nos contactos com pessoas que não se incluem na primeira categoria: amigos, colegas, vizinhos, etc, não conterrâneos.

Já vimos atrás que uma das estratégias de preservação do estilo lingüístico primário usado por esses estudantes são as conversas que eles estabelecem com os seus pares: os angolanos. Acredito, portanto, que quando esses sujeitos conversam com outros angolanos, eles criam e formulam os seus discursos também em função das características específicas que cercam o seu interlocutor, pois, segundo BOURDIEU (1996:24),

“todo o ato de fala e, de um modo geral, toda a ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do habitus lingüístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade lingüística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado lingüístico que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas”.

Assim, a estudante Camila revela em seu depoimento que, quando está em sua casa

com os seus pais, ou quando está em meio aos seus *conterrâneos*, por exemplo, a sua linguagem difere dos momentos em que está só com os *não conterrâneos*. No primeiro caso ele tem o sotaque do português no modelo lingüístico angolano e formula as frases nessa mesma modalidade lingüística, porém, quando está com os *não conterrâneos* tenta adequar a sua linguagem à deles. Ela admite que nem sempre dá certo porque quando fica a falar muito tempo de Angola, às vezes, sem querer, chega a proferir algumas palavras no estilo angolano ou, como diriam os brasileiros, com o sotaque “enrolado”, “estranho” ou ainda, com o sotaque “meio esquisito”.

“Quando eu estou com os brasileiros, em geral, falo a língua que eles falam. Falo com o mesmo sotaque, as mesmas palavras, dificilmente eu escorrego e falo alguma palavra que eles não conheçam; só quando eu passo muito tempo falando de Angola, sem querer, eu acabo soltando alguma palavra que eles não conhecem. Agora, na minha casa, geralmente eu fico com sotaque que os meus pais têm que é um sotaque meio misturado entre o português de Portugal e o português angolano. Eu pego o sotaque rapidinho... em geral, eu uso muitas expressões que não são usadas aqui; são expressões de lá. Primeiro os meus pais usam muito essas expressões depois, eu leio muita literatura angolana, escuto muita música angolana então, vai entrando aí; quando eu estou no meio acabo usando, mas quando eu estou fora, inclusive quando eu vou usar uma palavra que não é brasileira ou que não é do vocabulário brasileiro, eu, geralmente, já inicio a frase com sotaque angolano ou esse sotaque meio esquisito”. (Camila, 18.08.2001)

Essas características lingüísticas que de um lado podem constituir-se como vantagens e, do outro, em desvantagens do ponto de vista comunicativo podem afetar inclusive o estabelecimento de relações sociais com os **outros**. Independentemente das suas conseqüências o que pude perceber nos depoimentos desses estudantes é que a preservação dessa “nossa língua portuguesa” na forma como é usada em Angola, além de ser uma maneira de tentar resguardar sua identidade também constitui-se em motivo de orgulho pessoal para esses universitários angolanos.

Para concluir, diria que, na comunicação com os outros, o conhecimento da língua é apenas um dos aspectos que os interlocutores precisam saber para que a conversa possa ocorrer de facto, pois nisso influi também o conhecimento que as pessoas tenham da cultura onde são engendradas essas maneiras próprias de falar e de ouvir o que está a ser dito e o não dito que aparece somente nas entrelinhas dos gestos, na entonação da voz, nos olhares,

ou seja, tudo que já foi dito até agora em relação ao uso da língua, sem nunca perdermos de vista o contexto de sua produção.

6.5 A língua como um dos traços distintivos que identificam os estudantes angolanos no Brasil

“o pessoal africano defende que para me fazer entender eu teria que falar como os brasileiros. Estou no Brasil, tenho que ser brasileira. De certa forma eu concordo, mas de certa forma também não concordo porque quando eu vim para cá tinha 23 anos, quer dizer, foram 23 anos interiorizando uma coisa, uma educação, um jeito de falar, tu vais chegar aqui, me engrenar nos 3 primeiros anos e falar do jeito que eles falam! Tanto que até hoje, eu abro a boca, todo o mundo sabe que eu sou estrangeira. Não tem como eu disfarçar. Eu conservo ainda muito daquilo que eu trouxe... é claro que o pessoal já defende que eu já mudei, já falo meio cantado, uso mais expressões brasileiras... realmente é influência de área, mas não falo com sotaque brasileiro. É uma coisa que também faço por não ganhar... (risos) posso até ganhar o sotaque, o jeito cantado, mas quero conservar a nossa gramática... a boa gramática portuguesa que eu ainda consegui trazer e faço por guardar isso”. (Manuela, 14.06.2001)

Nessas palavras da estudante Manuela pode-se perceber, claramente, o seu anseio no sentido de “lutar” para preservar a sua maneira de expressar-se na forma como aprendeu em sua terra natal. Olhando por esse lado, a língua não é mais apenas um simples mecanismo que facilita a comunicação, mas já é também um símbolo de identidade e é uma identidade à qual ela se apega e se orgulha em tê-la como parte de si mesma, conforme já tive oportunidade de dizê-lo atrás.

É importante ressaltar que esse movimento em direção à preservação da língua portuguesa no modelo angolano assim como o movimento em direção à não preservação desse modelo, o que implicaria na incorporação da outra forma lingüística, exigem do seu pretendente um grande investimento (tempo, disposição, dinheiro, etc) para alcançá-lo, pelo que, muitas vezes, essas pessoas preferem permanecer (ou, quem sabe, sejam forçadas a permanecer) com as suas línguas no modelo brasileiro no estado de “fossilização” onde, dentre outros aspectos, “o indivíduo considera desnecessário melhorar sua pronúncia, uma vez que consegue se comunicar, a despeito do fato de não possuir uma pronúncia perfeita” (KLEIN, 1986 In: FIGUEIREDO, 1987:32) o que contribui também, a meu ver, no reforço à preservação de suas identidades lingüísticas.

Normalmente os estrangeiros (incluindo os angolanos) identificam-se entre si e por outras pessoas externas a esses grupos (não se eliminam aqui outras formas que permitem

reconhecê-los) também pelo sotaque que eles carregam e que os diferencia dos nativos. Caso o estrangeiro tenha perdido esse distintivo há sempre uma surpresa da outra parte. Dependendo do contexto, isso pode ajudar ou até mesmo prejudicá-lo.

Há casos em que o nativo gosta e até acha interessante a forma como eles, os angolanos, articulam a sua linguagem. Nesses casos a pessoa poderá conseguir vantagens a partir do seu sotaque, mas nos casos a que me referi atrás, em relação ao preconceito e à discriminação, logo que a pessoa é identificada com aquela fala “enrolada”, “estranha” ou “meio esquisita” pode sofrer constrangimentos por causa disso – é claro que existem também outros factores que podem contribuir para que haja esse constrangimento ou não. Portanto, não basta apenas ter essas características para ser estigmatizado.

Para concluir esse capítulo referente à “nossa língua portuguesa?”, gostaria de ressaltar, com base nos dados dessa pesquisa, que o facto de o Brasil e Angola possuírem oficialmente a mesma língua, não anula a possibilidade de aparecerem dificuldades decorrentes do uso dessa língua tal como acontece em outras sociedades onde as línguas dos falantes diferem literalmente uma da outra. É também importante aclarar que o falar a mesma língua cria certas expectativas nos seus interlocutores que podem interpretar as diferenças ou quaisquer deslizes, tanto na fala quanto na escrita, como erros, o que, pela minha experiência, percebo que não ocorre quando se está diante de falantes de línguas diferentes, pois o que fica em evidência, nesses casos, é fazer chegar a mensagem desejada, ou seja, os deslizes são tolerados porque *a pessoa não sabe a nossa língua*. Seria o caso de nós fazermos o mesmo em relação aos nossos patrícios lingüísticos? Eis aí a questão!

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, neste momento, apresentar alguns pontos, que se consideram como os mais significativos do estudo em questão, sem a pretensão de fechar o assunto em debate ou de trazer idéias conclusivas:

Em várias ocasiões, nesse estudo, remeti-me à cultura, à língua portuguesa, às relações raciais, às culturas escolares, à condição de estrangeiro, ao hibridismo cultural, à saudade, enfim, para esses e outros aspectos para tentar explicitar e qualificar o dia-a-dia desses estudantes angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais. Essas são algumas das questões que permearam a pesquisa e marcaram, por sua vez, a experiência de vida dessas pessoas na **terra dos outros**.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro, aqui, que a percepção da influência destes aspectos na vida desses sujeitos não deve significar o fim mas, sim, devem servir de exortação para o começo de uma relação e, sobretudo, de nova concepção de política institucional capaz de ver o estudante estrangeiro como uma pessoa portadora de identidades que podem e devem ser incorporados ao processo docente educativo, como uma forma de enriquecimento do mesmo, pois a diversidade, quando bem trabalhada, ao invés de diminuir, pode somar.

Vimos, nesse trabalho, que, em virtude da condição de estrangeiro, que obriga esses estudantes a viverem constantemente na fronteira entre as suas culturas e a dos **outros**, essas pessoas estão o tempo todo sob pressão, pois essa condição que, às vezes atua como um aliado, pode também ser um factor desabonador, em outras circunstâncias da vida desses indivíduos, o que torna sua situação ambígua, na hora de decidir por um lado ou pelo outro. Em relação à língua portuguesa, por exemplo, esses estudantes necessitam conciliar-se sempre entre a preservação da mesma, no estilo usado em Angola, e a não preservação desse modelo porque ao mesmo tempo em que recebem elogios pelos seus “lindos” sotaques, há outros momentos em que são criticados por tê-los ou, simplesmente, não são entendidos, quando precisam estabelecer uma comunicação com os **outros**, por terem a fala ou a escrita “esquisita”, “estranha” ou “meio enrolada”.

Da relação professor-aluno e aluno-aluno percebi que, apesar dos sistemas de ensino angolano e brasileiro serem modernos e ambos baseados no modelo ocidental, existem diferenças entre eles, em função das relações culturais historicamente desenvolvidas em cada uma dessas sociedades e que imprimem características específicas ao sistema escolar e a cada instituição envolvida nesse processo. Ressaltou-se que os estudantes angolanos têm, aos poucos incorporado a cultura escolar brasileira, assim como o fazem com outros aspectos da cultura brasileira, como um todo. Dizia, para resumir, que eles têm aos poucos, “vestido a camisa” da instituição em que estão inseridos, fazendo deles as suas práticas, as suas linguagens, os seus modos de vida, etc, mas sem perder a sua condição de estrangeiros.

Como vimos no capítulo 4, as relações raciais também foram objectos de análise. Mostrei que essas manifestações não eram restritas à convivência dos brasileiros com os angolanos, mas isso acontecia também no interior da comunidade angolana. Todos os estudantes admitiram, de um modo ou de outro, terem sido vítimas de preconceito e/ou de discriminação, mas ressaltai também que, apesar da generalização dessas atitudes, era preciso observar que, nisso tudo, atuam também as características pessoais.

Com relação à convivência dos estudantes angolanos entre si vale a pena destacar, ainda, que uma das possíveis saídas que ajudariam na melhoria dessa convivência seria a unificação das bolsas em uma instituição, cuja responsabilidade não se restringisse apenas à administração dos recursos financeiros, mas que abarcasse, sobretudo, o controle e acompanhamento do percurso real de formação desse estudante. Isso evitaria aquelas diferenciações que vimos no capítulo 4.

Foi nesse capítulo que enfoquei também os aspectos ligados à chegada ao Brasil e entrada para a universidade desses angolanos, como sendo um momento marcado por grandes tensões e conflitos, por causa da vulnerabilidade desses sujeitos diante de situações novas e, às vezes, inesperadas. Nesse momento de chegada, os conterrâneos mais antigos são os que mais ajudam essas pessoas recém-chegadas a se sentirem em casa: ajudam-nos a conseguir lugar para morar, encaminham-nos na universidade, mostram a cidade, dão conselhos, etc.; mas não são só os recém-chegados que obtêm ganhos com essa interação inicial, os mais antigos também os têm. Por exemplo: a renovação do seu léxico português, no modelo angolano.

Vimos também que, apesar da extensão do tempo que essas pessoas estejam fora de Angola, sentem saudade da sua terra de origem e muitos até reconhecem que gostariam de voltar, mas ainda não era hora de fazê-lo. Como muitas pessoas não podem ou não têm condições financeiras para irem periodicamente a Angola, essa saudade é amenizada com recursos que encontram no local de estudos como, por exemplo: os diálogos e as visitas aos conterrâneos, as confraternizações, os trabalhos escolares e outros.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que *estudar na terra dos outros*, na minha opinião e como o demonstraram as palavras proferidas por esses estudantes angolanos no item 4.4 (“foi uma grande experiência”, “aprendi muito”, “foi uma escola de verdade”, “foi uma lição de vida”, “a experiência foi boa”, “conheci verdadeiramente a sociedade brasileira”, “amadureci muito”), constitui um acto cheio de ousadia e de coragem, mas também de muita responsabilidade, tanto da parte dos estudantes, quanto das instituições mantenedoras e das hospedeiras. A formação que esses sujeitos levam consigo, ao deixar o país anfitrião, como vimos, não se limita a formação acadêmica; ela abarca o campo da vida pessoal e também a profissional.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

ANDRÉ, Luzayadio. *Reflexões sobre a gestão, produtividade e qualificação dos trabalhadores da fábrica de tubos de Angola - FATA - Luanda*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ANGOLA. Ministério da Educação. *Atlas geográficos de Angola*. Angola: Ministério da Educação, 1982. v.1. 48p.

ANGOLA, o longo caminho para a paz: 1975-2002. [S.l]: Embaixada da República de Angola no Brasil, [2002].

ANGOLA hoje. Rio de Janeiro: FESA, v.1, n.3, jan-mar 2002. 58p.

ANGOLA informativo. Brasília: Embaixada da República de Angola no Brasil, v.1, n.0, nov. 2000. 8 p.

BERND, Zilá. *Racismo e anti-racismo*. São Paulo: Moderna, 1994.

BOAHEN, A. Adu (Org.). *História Geral da África: a África sob dominação colonial. 1880-1935*. São Paulo: Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus e práticas. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.65-81.

_____. *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Protocolo de 13 de março 1998. Regulamenta o programa de estudantes convênio de graduação. Brasília: [s.d], 1998. (mimeo).

BROOKS, Nelson. Da primeira à segunda língua: algumas teorias lingüísticas. In: FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. *Aprendendo com os erros: uma perspectiva de ensino de línguas*. Goiânia: UFG, 1997. p.15-42.

BURGESS, Robert G. *A pesquisa de terreno*. Oeiras: Celta, 1997.

- CARLOS, López. *Estado, etnia e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Ed.70, 1982.
- CARTA étnica de Angola. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1970.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. v. 2.
- COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995. p. 29-69.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.
- DAMATTA, Roberto. *Revitalizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p.136-161.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DOCUMENTOS da história da alfabetização em Angola. [S.l.]: Instituto Nacional de Alfabetização, 1999. 2p.
- DUARTE, S. G. *Dicionário Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: Nobel, 1986.
- DURHAM, Eunice et al. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FARIA FILHO, Luciana M. de. *Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa*. [S.l.: s.n.], 2000.
- FIGUEIREDO, Francisco J. Quaresma. *Aprendendo com os erros: uma perspectiva de ensino de línguas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- FONSECA, Cláudia L. W. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 10, p. 58-78, 1999.
- FRAGO, Antônio V. El espacio yel tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade & Educação*. Rio de Janeiro, v.7, n.5, p. 93-110, 2000.
- FRANQUE, Domingos J. *Nós, os Cabindas: história, leis, usos e costumes dos povos de N'goio*. Lisboa: Arco, 1940.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.. *Preconceito e Discriminação*. [s/l.]:[s/ed.], 1997.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOMES, José Manuel Sita. *Linguagem oral e o processo de aquisição da escrita como prática cultural*. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 1998.
- GOMES, José Manuel Sita. *A educação de adultos em Angola*. (Monografia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 85-91.
- HISTÓRIA de alfabetização. [S. l.]: Instituto Nacional de Alfabetização, 1999. 6p.
- HONKIS, H. *Os imigrantes*. [S.l.: s.n.], 1914.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4ª Edição. Rio de Janeiro:DP&A Editora, 2000.
- ÍNDICE das profissões. *Guia do estudante*, São Paulo, 1997, p. 45-145.
- LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: FU, 1988.
- LOPES, Ana M. H. *Ficção e História: imagens de nação na obra de agualusa*. 1999. (Mestrado) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- MANUAL de programa estudante-convênio: PEC-G. Brasília: MEC, 1994. 44p.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estrangeiro*. São Paulo: Hucitec, 1938.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MCLAREN, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MELMAM, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992.

MORAIS, Regis de (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse ?*. São Paulo: Papyrus, 1988.

MOREIRA, Antonio Flavio; MACEDO, Elizabeth Fernandes de (Orgs). *Currículo, práticas pedagógicas e identidade*. Porto: Porto Editora, 2002.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis:Vozes, 1999.

NUNES, Edson de Oliveira. *Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. RJ: Zahar Editores, 1978.

OLIVEIRA, Juarez de. *Brasil. Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1991.

PARK, R.; BURGESS, E. *Introduction to the science of sociology*. 3 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1969. p. 506-784.

PASTORE, José. *Brasília: a cidade e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

PEC/PG: programa de estudantes de convênio-Pós-graduação. Brasília:CAPES/CNPQ, [s.d.]. 16p.

PERFIL socioeconômico e cultural dos alunos de graduação da UFMG. Belo Horizonte: FUMP, 1997. 109p.

PERRENOUD, Philippe. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto, 1995.

POLÍTICA nacional de alfabetização de adultos e programa para o decênio 1998-2007. Brasília: MEC, 1999. 53p.

PROFISSÕES universitárias. *Guia do estudante*, São Paulo, n.23, 1997, p. 42-145.

QUIPUNGO, José. *Teologia e cultura africana no contexto sócio-político da Angola*. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1987.

RELAÇÕES raciais e cidadania. [Brasília]: SDS, [199-].

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.9, n.2, p.189-2000, 1998.

SALES, Tereza. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermaival. *Escola e democracia*. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SETILOANE, Gabriel M. *Teologia Africana: Semana Wesleyana*. [S.l.: s.n.], 1990. (mimeo)

SOARES, Leôncio J. Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos Jovens e Adultos. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES, 4, 1999. Campinas: [s.n.], 1999.

SZKLARZ, Eduardo. Batuque pelos 500 anos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, p.12, 16 abr. 2000.

THOMAS, Brinley. *Migración internacional e desarrollo economico*. Paris: Unesco, 1961.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n. 3/98. Dispõe sobre a matrícula de alunos refugiados políticos nos cursos de graduação da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 7 mai. 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Vestibular 2002: manual do candidato*. Belo Horizonte: COPEVE/UFMG, 2002. 111p.

UZOIGWE, G. Partilha européia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. Adu (Org.). *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1991.v.8.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos nos séculos XVII E XIX*. São Paulo: Currupio, 1987.

VIANA, Maria José. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições e possibilidades*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1998. p. 15-43.

WEBER, Max. Relações comunitárias e étnicas. In: ECONOMIA e Sociedade: componentes da Sociologia Compreensiva. Brasília: Unb, 1991.

ANEXO C

Um breve histórico da entrada e saída de estudantes angolanos à UFMG no período compreendido entre 1975 e o Primeiro Semestre Lectivo do ano 2000

Desde a década de setenta, ou melhor, para ser mais exacto, a partir do mês de Novembro do ano 1975 a Universidade Federal de Minas Gerais começou a receber em suas unidades escolares estudantes angolanos que vinham cursar estudos em níveis que variavam desde a graduação até à pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado). Nos primeiros anos da vigência dos convênios eles vinham apenas para a graduação. Somente alguns anos mais tarde, de 1987 em diante, é que começaram a chegar os primeiros estudantes para a pós-graduação.

O período que marca o início da entrada desses estudantes angolanos nessa universidade está atrelado também a dois importantes acontecimentos no âmbito político tanto para Angola quanto para o Brasil: no primeiro caso, referi-me à Proclamação da Independência da República Popular de Angola e, em segundo lugar, seria o reconhecimento oficial do Governo brasileiro dessa Independência. O Brasil foi o primeiro país do mundo a fazê-lo. Penso que, depois disso, as relações entre essas duas nações no âmbito científico-técnico, econômico, político e cultural tornaram-se mais intensas, pois certamente a dinâmica das mudanças ocorridas no mundo, às quais não estavam imunes esses países, tiveram também suas influências nesse processo.

A partir dessa época até o Primeiro Semestre Lectivo do ano 2000, totalizaram-se 74 entradas de estudantes angolanos nessa instituição. Desse grupo, 44 (60%) estudantes concluíram os seus cursos em tempo hábil, 24 (32%) estudantes estavam ainda vinculados à instituição no momento da coleta desses dados e somente 6 (8%) foram computados como desistentes pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico(DRCA).

As informações que obtive do DRCA e com alguns dos “desistentes” consultados indicavam que os motivos mais comuns que justificaram esses casos foram, além do não cumprimento de regras da instituição, que são de cumprimento obrigatório para todos os estudantes da universidade, inclusive os dos convênios como, por exemplo, não

matricular-se na época certa, exceder-se ao tempo máximo de formação, etc; para esses casos acrescentam-se também os motivos pessoais advindos, principalmente, de problemas de saúde, financeiros, não adaptação ao país, reprovações sucessivas, culturais, entre outros.

Apesar de ter havido um aumento crescente de ingressos de estudantes angolanos à UFMG, foi nos anos noventa que se registraram os maiores índices: 45 estudantes de um total de 74 auferidos no período, o que contrasta, por exemplo, com os dados dos outros anos que, juntos, perfazem um total de 29 estudantes ingressos.

Na minha opinião esse fenômeno, nos primeiros anos, se deveu aos baixos níveis de escolaridade da população angolana que, por causa do regime colonial, eram impossibilitados a terem acesso aos saberes escolares onde poderiam ter adquirido as qualificações exigidas para o acesso à universidade. Portanto, eram poucos os angolanos que estavam em condições de vir ao Brasil, freqüentar estudos universitários, pois só para se ter uma idéia do tamanho do descaso da educação dos colonizadores para com a população angolana – conforme aponteí atrás – “o país tinha herdado do regime colonial uma taxa bruta de analfabetismo de cerca de 85% da sua população economicamente ativa” (MEC, 1999), visto que, o analfabetismo “era uma das armas e estratégias usadas pelos portugueses para manter os angolanos sob seu domínio”.(ANDRÉ, 1995:37)

Ainda acerca da escolarização dos angolanos DILÓLUA(1978 In: ANDRÉ, 1995:37) revela que, durante a colonização, um general português, Kauza Arriaga, chegou a declarar que *os negros deveriam ser formados ao ‘relenti’, e ser-lhes-iam colocados todos os obstáculos para, dificilmente terem acesso ao ensino superior*. Pode-se perceber nessas palavras o desprazer dos colonizadores em relação à educação da população autóctone angolana.

Em se tratando de educação, lamentavelmente exceptuando a inculcação da língua – de maneira instrumental – e dos costumes portugueses, a escolarização dos angolanos negros não estava entre as prioridades dos colonizadores. Nessas circunstâncias, acho que, para a grande maioria dessas pessoas, a Proclamação da Independência trouxe, também, a possibilidade de acesso a escola.

Analisando os dados, parece-me que, à medida que o novo sistema político do país se distanciava do *antigo regime* e, conseqüentemente, do seu ensino seletivo e restrito,

percebe-se, também, um paulatino aumento de ingressos de estudantes angolanos na UFMG. Acredito que a política adotada pelo governo local, propondo-se a viabilizar a escolarização em massa da sua população, promovendo, para isso, Campanhas de Alfabetização influenciou também na elevação dos níveis de escolaridade dos angolanos que, com o tempo, puderam alimentar a procura por continuidade de estudos, também fora do país.

Além das características já apontadas em relação ao sistema de ensino angolano, quê outros aspectos favoreceram no crescimento de ingressos de estudantes de Angola à UFMG, especificamente nos anos noventa quando houve 61% dos ingressos ocorridos no período em referência? O que é que motivou esse acréscimo nos números?

Talvez seja necessário tecer, de forma resumida, algumas considerações em relação aos factos que aconteceram na década de 90, já que os anos que compreendem esse período ficaram marcados, no nosso país, por grandes transformações políticas que também reflectiram, de maneira significativa, na vida dos seus cidadãos.

Depois de várias e frustradas tentativas de instauração do “cessar fogo” no país (Gbadolite, 1989 e Lusaka), em 1991, o Movimento Popular de Libertação de Angola(MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola(UNITA), representados por seus mais altos mandatários sendo, no primeiro caso, o Presidente da República Sr. José Eduardo dos Santos e, no segundo caso, pelo então seu líder, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, assinaram em Portugal o “Acordo de Bicesse”, que previa o desarmamento de ambas as partes, a criação de um exército único e a realização de eleições livres e democráticas, com a supervisão da Organização das Nações Unidas(ONU).

No ano seguinte, em 1992, diante de olhares “atentos” de observadores da comunidade internacional, realizaram-se as primeiras eleições livres e democráticas em Angola. Como nenhum dos candidatos à Presidência da República tinha alcançado os votos necessários para vencer os outros no primeiro turno; fazia-se necessário um segundo pleito, em que participariam somente os dois candidatos mais votados no primeiro turno que, nesse caso, foram os candidatos do MPLA e o da UNITA.

Enquanto isso, a população já podia começar a vivenciar momentos de paz e de tranqüilidade que se traduziam, em quase todas as regiões do país, na liberdade de ir e vir, no visível retorno dos angolanos refugiados às suas localidades de origem, no olhar dos

jovens que, há anos, não podiam andar livremente pelas ruas com o medo de que fossem levados ao exército, etc. Ou seja, aqueles que conviviam, direta ou indiretamente, com as mazelas da guerra, puderam sentir-se à vontade para procurar, inclusive instrução escolar tanto dentro quanto fora do país, pois tudo parecia indicar que a força das armas jamais voltaria a se impor, pelo que já se fazia necessário o saber escolar para enfrentar o dia-a-dia em tempos de paz.

A tão aclamada paz, infelizmente, não durou tanto quanto os angolanos esperavam, já que, nos primeiros meses do ano 1993, deflagraram-se novos conflitos armados entre as forças do Governo e as da UNITA. Inicialmente, foram apenas em Luanda e, logo depois, atingiram outras regiões do país, o que tornou inviável, inclusive, a realização do segundo turno das eleições.

Se de um lado a “paz” incentivou também a procura por instrução escolar dentro do país, eu diria que a retomada e posterior agravamento das atividades bélicas, multiplicaram e reforçaram mais ainda essa prática só que, desta vez, para fora do país, principalmente entre os jovens que procuravam, a todo custo, sair do país como uma das formas de salvaguardarem suas vidas e os estudos, longe do cenário amedrontador das constantes “*rusgas*” no dia-a-dia. Isso, a meu ver, contribuiu também para que o número de estudantes angolanos na UFMG aumentasse nesse período.

Além disso, outros factores, que contribuíram para o crescimento expressivo de estudantes angolanos na UFMG, especificamente nos anos noventa, foi o facto de que os Governos Provinciais, Empresas e instituições Públicas e outros organismos privados, passaram a investir mais, e diretamente, na formação de seus quadros no exterior actividade que, como já falei, em anos anteriores era exclusiva do Instituto Nacional de Bolsas de Estudo-INABE, Órgão Oficial do Governo angolano, que se encarregava da tarefa de seleccionar, enviar e manter os estudantes fora de Angola. Essa instituição vinha extinguindo, aos poucos, suas obrigações nesse sentido, por causa de múltiplos problemas ocorridos em torno da administração das bolsas dos estudantes.

Aproveitando essa lacuna nacional, muitas dessas instituições enviaram, sob sua custódia, estudantes para fora do país, inclusive para o Brasil. Dentre essas instituições que lançaram mão dessa abertura para a formação de seus quadros, destaca-se, também, o

Governo Provincial de Cabinda que encaminhou para o Brasil, em 1994, um grupo de estudantes para que se formassem, nos níveis de graduação, nas universidades brasileiras, dentre as quais a UFMG, para onde veio para cursar Pedagogia, o pesquisador.

Contudo, o que parecia vislumbrar-se como uma solução para ajudar na formação de profissionais angolanos, virou também uma dor-de-cabeça para as pessoas envolvidas nesse processo, tanto do lado dos angolanos, quanto do lado dos brasileiros, porque esses estudantes, ao chegarem no Brasil, durante os seus percursos de formação, passaram a enfrentar muitas dificuldades – dentre as quais estavam também os problemas dos atrasos na remessa das bolsas dos estudantes.

Embora esta não seja uma justificativa oficial a esse respeito, parece-me que o agravamento dos problemas enfrentados por esses estudantes angolanos no Brasil nesse âmbito, contribuíram para que diminuíssem o número de ingressos de angolanos por esses programas de intercâmbio para o Brasil. Os dados do DRCA da UFMG, por exemplo, indicam que, no primeiro semestre lectivo do ano 2000, não houve nenhum ingresso por essas vias. É claro que esse facto não pode ser tratado isoladamente. Deve-se, pelo contrário, relacioná-lo também aos demais acontecimentos no âmbito econômico, político e social ligados às duas nações.

Enfim, em meio a todos esses acontecimentos, é importante ressaltar que a UFMG que, nos primeiros anos desses convênios, recebia os angolanos que vinham apenas para a graduação, como já disse, a partir da década de oitenta, começa a receber também aqueles que vinham cursar pós-graduação. Novamente o ápice disso acontece na década de 90 quando atingiu-se a marca dos 13 ingressos, ao passo que na década anterior tinham sido registrados apenas 5 estudantes.

O gráfico nº 1 que, à continuação, apresento ilustra de forma mais clara as discrepâncias dos ingressos, tanto na graduação como na pós-graduação, nas décadas de 80 e 90, mas, na minha opinião, o mais importante é que, apesar de tudo, houve um processo de crescimento gradual.

GRÁFICO 1

2 – Áreas de concentração dos cursos dos angolanos da UFMG, no período compreendido entre o ano de 1975 e o Primeiro Semestre Lectivo do ano 2000

Os dados que obtive no DRCA possibilitaram-me perceber que houve, ao longo desse período, uma grande diversidade de áreas de concentração nos cursos desses estudantes angolanos alocados na UFMG. Porém há áreas com um grande número de estudantes e outras, com uma incidência menor. Parece-me que a grande incidência de estudantes angolanos nesses cursos teria a ver, em princípio, com a disponibilidade de vagas e com os interesses das instituições que financiam essas pessoas para estudarem no exterior, nos casos dos bolsistas.

De acordo com a classificação das profissões, publicada na revista Guia do Estudante(1997), as 33 carreiras da graduação e da pós-graduação freqüentadas por esses estudantes angolanos podem ser redistribuídas em três áreas de concentração: **Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Humanas**; porém, mais da

metade dessas carreiras(14) estão concentradas na área das **Ciências Humanas** conforme demonstrei a seguir.

GRÁFICO 2

Ao contabilizar os estudantes por áreas de concentração nos cursos, mais uma vez, a área das Ciências Humanas destacou-se com o maior número de estudantes: 35 no total. O curso de *Administração de Empresas* foi o que apresentou o maior número de estudantes, mérito que divide também com o curso de *Engenharia de Minas*, já que ambos possuem 5 incidências ao todo.

No entanto, a área das Ciências Agrárias é a que teve o menor número de estudantes(3) angolanos, mas a área das Ciências Biológicas e na das Exactas houve 12 e 24 estudantes respectivamente. Esses dados estão condensados no Gráfico nº 3.

GRÁFICO 3

Conforme pode ser apreciado nesse Gráfico, a maior parte dos estudantes angolanos que estiveram vinculados nesse período à UFMG encontravam-se matriculados em cursos concentrados na área das Ciências Humanas e a menor incidência estava nas Ciências Agrárias. No momento não tenho uma explicação para esse fenômeno. O mais provável é aquilo que já disse em relação às incidências dos cursos de Administração de Empresas e o de Engenharia de Minas: parece-me que tem a ver com o número de vagas disponibilizadas pelas instituições universitárias e, também, as necessidades dos organismos financiadores das bolsas de estudos, isto é, no caso daqueles que são bolsistas.